

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

TALITA GUIMARÃES FONSECA DE PINHO

**CONSTRUÇÃO DE PROPOSTA METODOLÓGICA PARA MAPEAMENTO
PARTICIPATIVO DE MOBILIDADE URBANA: ESTUDO NO “TERRITÓRIO
DO BEM” – BAIRRO SÃO BENEDITO – VITÓRIA/ES**

VITÓRIA
2015

TALITA GUIMARÃES FONSECA DE PINHO

**CONSTRUÇÃO DE PROPOSTA METODOLÓGICA PARA MAPEAMENTO
PARTICIPATIVO DE MOBILIDADE URBANA: ESTUDO NO “TERRITÓRIO
DO BEM” – BAIRRO SÃO BENEDITO – VITÓRIA/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Gisele Girardi.

VITÓRIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

P654c Pinho, Talita Guimarães Fonseca de, 1977-
Construção de proposta metodológica para mapeamento participativo de mobilidade urbana : estudo no “Território do Bem”–bairro São Benedito–Vitória/ES / Talita Guimarães Fonseca de Pinho. – 2015.
142 f. : il.

Orientador: Gisele Giradi.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Espaço urbano. 2. Transportes – Planejamento. 3. São Benedito (Vitória, ES). 4. Mobilidade urbana. I. Giradi, Gisele. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

TALITA GUIMARÃES FONSECA DE PINHO

CONSTRUÇÃO DE PROPOSTA METODOLÓGICA PARA MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DE MOBILIDADE URBANA: ESTUDO NO “TERRITÓRIO DO BEM” – BAIRRO SÃO BENEDITO – VITÓRIA/ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 25 de novembro de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Gisele Girardi.
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Orientadora

Prof. Dr. Soler Gonzalez
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Prof.^a Dra. Renata Hermann de Almeida
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses quase três anos foram muitas pessoas que estiveram presentes enfrentando as dificuldades e as alegrias de se viver esse amadurecimento pessoal e profissional que é o Mestrado. Muitos colegas apoiando, aprendendo e trocando conhecimentos.

Para começar, gostaria de agradecer à professora Gisele Girardi por ter me orientado e mudado minha visão de mundo em várias instâncias do conhecimento. Segundo a própria Gisele, nós temos uma referência do que seja verdade momentaneamente e o conhecimento é a modificação das estruturas do pensamento. Minha referência de Cartografia como ciência proveniente da minha história técnica foi enriquecida. Vibrei e me emocionei ao descobrir novas formas de mapear.

Aos membros da banca de qualificação e da banca final que examinaram este trabalho, Cláudio Luiz Zanotelli, Soler Gonzalez e Renata Hermann de Almeida agradeço os comentários enriquecedores e o incentivo.

Agradeço também aos demais professores a oportunidade de filosofar e compreender melhor as diferentes visões do ser humano, verdadeiras análises e terapias em grupos que pareciam acontecer em quatro minutos e não em quatro horas de aula semanal em cada disciplina.

Estendo meus agradecimentos às secretárias da Pós-Graduação, Izadora Ramos e Luciana Cruz, que prontamente responderam a todos os questionamentos e me auxiliaram inclusive durante o período de licença maternidade.

Durante esses anos tive a felicidade de participar do grupo de pesquisa Política Espacial das Imagens Cartográficas, da Universidade Federal do Espírito Santo, que foi fundamental nas minhas “viagens intelectuais”. Todos os membros do grupo foram importantes, mas destaco as parceiras Maria Elisa Tosi Roquete e a Patrícia Leal. O desfecho deste trabalho foi devido também à parceria do Laboratório de Tecnologias Sociais, do Instituto Federal do Espírito Santo com o projeto “Mapa do Bem” e agradeço em especial à Angélica Tedesco, parceira em outros tempos, à Lidiane Leite, à Marly Rodrigues e ao Pedro Lima Rocha.

Este trabalho foi inspirado e pensado na comunidade do “Território do Bem”, no “Fórum Bem Maior” e suas lideranças. Assim, agradeço principalmente ao Valmir Rodrigues Dantas que esteve sempre por perto. Destaco que esta dissertação jamais seria possível sem a contribuição de Leonora Mol e da equipe do “Ateliê de Ideias”, pessoas que acompanho e vejo o trabalho sério e crescente há mais de dez anos.

Aproveito para parabenizar a todos e agradecer por nos fazer acreditar que tudo pode ser diferente se estivermos unidos e que podemos mudar o nosso futuro com empenho, trabalho e participação.

À Michele Paes Henriques, da Prefeitura Municipal de Vitória, meu obrigada por ter me escutado e avaliado com carinho a metodologia aqui apresentada.

Registro aqui também o orgulho de ter sido financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), instituição do governo que estimula e preza pelo desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no nosso estado.

Sou grata à minha família, amigos, funcionárias e a todos que estiveram próximos nesses anos de estudo e foram pacientes e parceiros. É impossível citar todos, mas, meu agradecimento especial para os meus pais, Orlando Fonseca do Carmo e Oswilda Guimarães Fonseca, e para a minha irmã Mariana Gianordoli pelo incentivo.

E, por fim, dedico este trabalho ao meu marido, Bruno de Pinho, e aos meus filhos, Luca e Maya (essa um presente que nos foi dado no meio do Mestrado), que muitas vezes deixaram de desfrutar momentos de lazer e tiveram que entender que a mamãe não podia dar atenção porque estava estudando para “passar de ano”. Era isso que a mamãe tanto fazia, espero que um dia tenham orgulho!!!

Muito obrigada do fundo do coração!!!

“A lei da mente é implacável.
O que você pensa, você cria;
O que você sente, você atrai;
O que você acredita, torna-se
realidade.”

Buda

Novembro de 2015.

RESUMO

O mapeamento participativo se constitui como uma ferramenta que favorece a consolidação de direitos sociais de comunidades específicas, por contribuir na concretização de princípios e práticas democráticas. No entanto, para que a participação seja a base desse processo, faz-se necessário adotar metodologias específicas capazes de nortear as atividades planejadas, atendendo às características e às necessidades da comunidade interessada. As metodologias de mapeamento participativo têm sido desenvolvidas com maior frequência em comunidades tradicionais e no meio rural e pouco em situações urbanas de ocupação informal. Esta pesquisa objetiva organizar um procedimento metodológico para mapeamento participativo com foco na mobilidade urbana em áreas de alta densidade ocupacional e baixa infraestrutura, tomando como referência para o estudo o bairro São Benedito, localizado no município de Vitória/ES, em uma região denominada “Território do Bem”. Para tanto, o presente estudo apresenta revisão bibliográfica sobre mapeamento participativo e sobre os elementos do espaço geográfico existentes e suas forças nesse bairro, pertinentes para o desenvolvimento de mapeamento participativo, considerando os aspectos da região “Território do Bem”; discorre sobre o contexto das comunidades nele inseridas; sistematiza experiências de mapeamento participativo; e, propõe metodologia de mapeamento participativo para mobilidade urbana. As entrevistas e observações na área em estudo foram realizadas com suporte e apoio da Organização Não Governamental “Ateliê das Ideias” e com parceria do Laboratório de Tecnologias Sociais, do Instituto Federal do Espírito Santo, no projeto “Mapa do Bem”. A proposição metodológica construída foi discutida com atores sociais relevantes para a temática, com vistas à sua validação. Nos resultados obtidos com a pesquisa, constatou-se que ainda temos muito a evoluir para que o mapeamento seja realmente participativo e a inovação das tecnologias georreferenciadas colabora muito para tal fato. Propuseram-se, também, as sugestões de mobilidade na região do “Território do Bem” que possui uma população rica em contrastes e com participação ativa.

Palavras-chave: Elementos do espaço geográfico. Metodologia de mapeamento participativo. Mobilidade urbana. “Território do Bem” – Vitória/ES.

ABSTRACT

The participatory mapping is built as a tool in order to favor specific communities' social rights consolidation. It contributes to concretization of principles and democratic practices. In order to make participation the base of the process, it is necessary to adopt specific methodologies though. They would guide the planned activities complying with the interested community's characteristics and necessities. The methodologies of participatory mapping have been developed more often by traditional communities and also in the countryside, rarely in informal occupations of urban situations. This research aims the organization of a methodological procedure for participatory mapping, focusing on urban mobility in high occupational density areas and low infrastructure. It uses as reference, the *São Benedito* district, located in *Vitória/ES*, specifically on a region named "*Território do Bem*". Therefore this study presents bibliographic revision about participatory mapping and the existing geographical elements and its influence in this district. They are pertinent for the development of the participatory mapping, considering the aspects of the region "*Território do Bem*". It discourses about the context of the communities mentioned and systematizes the participatory mapping experiences. It also proposes the participatory mapping methodology for urban mobility. Interviews and observations in the studied area were taken. They were supported by the Non Governmental Organization "*Ateliê de Ideias*", partering with LabTTEC-lfes, in the "*Mapa do Bem*" project. The built methodological proposition was discussed with social actors who were relevant to the theme, viewing its validation. It has been discussed in the final considerations that it is necessary to evolve a lot in order to make the mapping really participatory. It was noticed that the geo-referenced technologies innovations collaborate a whole lot for that. It is discussed about the mobility suggestions in the "*Território do Bem*" region. It has a rich population in contrast and also has active participation.

Key words: Geographic space elements. Participatory mapping methodology. Urban mobility. "*Território do Bem*" – *Vitória/ES*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bairro São Benedito, no contexto do “Território do Bem” – Vitória – ES; divisa oficial da PMV	16
Figura 2 – Bairro São Benedito, no contexto do “Território do Bem” – Vitória – ES; divisão de bairro da comunidade	17
Figura 3 – Fases do procedimento metodológico participativo para priorização de alternativas locacionais para configuração de barramento (MPPAL-CB).....	52
Figura 4 – Proposição preliminar de metodologia para mapeamento participativo visando tomadas de decisões, com base no modelo de Pereira (2009)	54
Figura 5 – Morro de Vitória conhecido como “Território do Bem”, com destaque ao bairro São Benedito, o ponto mais alto	55
Figura 6 – Região do São Benedito no ano de 1960	58
Figura 7 – Região do São Benedito no ano de 1970	58
Figura 8 – Região do São Benedito no ano de 1988	59
Figura 9 – Região do São Benedito no ano de 2000	59
Figura 10 – Região do São Benedito no ano de 2012	60
Figura 11 – Localização do bairro São Benedito de acordo com os pontos extremos do município de Vitória	61
Figura 12 – Mapas comparando a hierarquia viária presente no Plano Diretor Urbano de Vitória, proposta de intervenção de vias e obras na Avenida Leitão da Silva	63
Figura 13 – Mapas comparando a hierarquia viária presente no Plano Diretor Urbano de Vitória, proposta de intervenção de vias	64
Figura 14 – Obras na Avenida Leitão da Silva	64
Figura 15 – Fases do procedimento metodológico participativo para área urbana na “cidade informal”	75
Figura 16 – Resultados da oficina 1 no bairro São Benedito	82
Figura 17 – Resultados da oficina 2 no bairro São Benedito	82
Figura 18 – Resultados da oficina 2 no bairro São Benedito	83
Figura 19 – Oficina de fotografia realizada com a participação da comunidade em São Benedito na sede da Varal.....	87
Figura 20 – Oficina de fotografia realizada com a participação da comunidade em São Benedito no entorno da Varal (aulas práticas)	88
Figura 21 – Equipe do projeto “Mapa do Bem” georreferenciando os pontos do bairro	89

Figura 22 – Equipe do projeto “Mapa do Bem” georreferenciando os pontos do bairro	90
Figura 23 – Vista do Mirante, um dos pontos mais alto do São Benedito, onde é possível visualizar praias de outros municípios como a Serra.....	91
Figura 24 – Jornal “A Gazeta” em julho de 2015 divulgando/mostrando a força das instituições para controle do tráfico e homicídios	92
Figura 25 – Condução de oficina realizada com moradores da região, cuja proposta era elaborar um mapa participativo.....	94
Figura 26 – Mapa das vias do “Território do Bem”	96
Figura 27 – Mapa das vias do “Território do Bem”, conforme sugestões da comunidade para melhoria da mobilidade no bairro São Benedito	97
Figura 28 – Segunda oficina realizada com a participação da comunidade	98
Figura 29 – Na oficina 2, participantes localizam e corrigem os vários pontos indicados na oficina 1	99
Figura 30 – Jornal “A Gazeta” publica reportagem em 2012 sobre tráfico de drogas no bairro São Benedito	101
Figura 31 – Reportagem das propostas de mobilidade sugeridas pelos alemães em jornal local	102
Figura 32 – Propostas de mobilidade realizadas pelos alemães para o “Território do Bem”	103
Figura 33 – Torre de sinalização	104
Figura 34 – Vista de alguns pontos turísticos da região metropolitana: destaque à Terceira Ponte, Morro do Moreno e Convento da Penha	105
Figura 35 – Proposição de metodologia para mapeamento participativo visando tomadas de decisões, com base no modelo de Pereira (2009).....	111
Figura 36 – Da esquerda para a direita e de cima para baixo: escadaria em rampa, novo acesso ao Parque São Benedito, UPP Capixaba em parte da área de onde seria o campo de futebol projetado e projeto da PMV para o Parque São Benedito	113
Figura 37 – Proposta de implantação da Praça do Chafariz, corte esquemático e visualização da futura praça com suas escadarias de acesso. Abaixo, a Praça do Chafariz em 2015.....	114
Figura 38 – Elementos do espaço e mobilidade no São Benedito.....	138
Figura 39 – Elementos do espaço e mobilidade no São Benedito.....	139
Figura 40 – Elementos do espaço no São Benedito	140
Figura 41 – Elementos do espaço no São Benedito	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Compilação das questões “Quem?” e “De quem?”, realizadas por Rambaldi et al. (2006), a partir de diferentes fontes	43
Quadro 2 – Escada de participação com os papéis e responsabilidades, propostas por Chambers (2006)	45

LISTA DE SIGLAS

AAI – Associação Ateliê de Ideias
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CIGIS – Sistema de Informação Geográfico Multimídia
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ENOLL - Europeia de Living Labs
ES – Espírito Santo
FBM - Fórum Bem Maior
FEPS - Fórum de Economia Popular Solidária
GEOBASES - Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo
GPS - Sistema de Posicionamento Global
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES – Instituto Federal do Espírito Santo
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LabTTEC-Ifes - Laboratório de Estudos e Pesquisas em Tecnologia Social, Trabalho e Educação no Contemporâneo do Instituto Federal do Espírito Santo
MNRU – Movimento Nacional da Reforma Urbana
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC - Projeto de Aceleração do Crescimento
PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado
PDMs – Planos Diretores Municipais
PMV - Prefeitura Municipal de Vitória
PNCSA - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
POESI-UFES - Política Espacial das Imagens Cartográficas da Universidade Federal do Espírito Santo
PPGIS - Sistema de Informação Geográfica com Participação Pública
PRA - Participatory Rural Appraisal
RRA - Rapid Rural Appraisal
SIG – Sistema de Informação Geográfica
SIGP - Sistema de Informações Geográficas Participativo
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
VARAL - Agência de Comunicação da AAI

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – MAPEAMENTO PARTICIPATIVO	22
1.1. Disputas de poder e participação na elaboração dos mapas	22
1.2. Origens e experiências de mapeamento participativo	25
1.3. Elementos para a construção de metodologia de mapeamentos participativos	41
1.4. Elementos do espaço: aporte para o mapeamento participativo	47
1.5. Esboço metodológico preliminar para o mapeamento participativo	51
CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA ÁREA FOCO DO ESTUDO	55
2.1. A ONG Associação Ateliê de Ideias (AAI) e sua relação com o “Território do Bem” ...	65
2.2. Elementos do espaço no Bairro São Benedito/“Território do Bem”	71
CAPÍTULO 3 – OFICINAS DE AUXÍLIO À CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DE MOBILIDADE URBANA EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO INFORMAL	73
3.1. Descrição das oficinas realizadas com o “Mapa do Bem”	78
3.2. “Mapa do Bem”: metodologia na prática	86
CAPÍTULO 4 – PROPOSTA DE METODOLOGIA DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO PARA MOBILIDADE URBANA EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO INFORMAL	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	132
APÊNDICE A – ELEMENTOS DO ESPAÇO E MOBILIDADE NO SÃO BENEDITO	139

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea proliferam experiências de mapeamentos participativos, sociais, comunitários, colaborativos, em suma, atividades de construção de mapas com o envolvimento da comunidade interessada.

Na década de 1960, no contexto da Ditadura Militar, surgiu o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que inspirou mais tarde as validações inseridas na Constituição de 1988, considerada Constituição Cidadã, por incluir a gestão social compartilhada como resposta à mobilização social de diferentes atores e naturezas que desejavam maior representação e participação na política.

Segundo Marques e Pereira (2011), com a nova concepção de democracia, ao tornar obrigatória a instalação de Conselhos Gestores e ao abrir prerrogativas para a abertura de outros canais de participação que facilitassem o compartilhamento entre sociedade e Estado na condução das políticas públicas, o Brasil nos últimos 30 anos vem reconhecendo que a prática participativa favorece a sustentabilidade das políticas públicas e do processo governamental. Com a inauguração deste novo ciclo e com o aumento de participações, atores da sociedade civil passaram a assumir a representatividade de grupos da sociedade. É este processo que marca a origem e expansão das Organizações Não Governamentais (ONGs) de diferentes modos de operação, articulação e pautas.

As ONGs articulam-se hoje tanto com o Estado quanto com o mercado e a sociedade civil, e, dessa forma, configuram o chamado terceiro setor e estão cada vez mais presentes na participação social, conforme aponta Vargas (2012).

Mesmo com todos os esforços e novas experiências democratizantes, a participação ainda é principiante nos espaços públicos, seja pela assimetria de condições de participação dos atores envolvidos, seja pela ausência ou insipiência de metodologias participativas, que faz com que, perante o pouco tempo e a dificuldade de organizar a quantidade de material produzido, o corpo técnico, que em tese atuaria como facilitador do processo, continuasse com uma abordagem tradicional, apenas tomando conhecimento ao invés de incorporar as demandas reais das comunidades, empobrecendo, assim, os resultados. Isso ocorre em várias instâncias em que a participação é requerida, mas focaremos a discussão no contexto urbano.

A constituição Cidadã deu maior autonomia aos municípios, mas exigiu deles a realização de Planos Diretores Municipais (PDMs). PDMs exigem mapas. No entanto, técnica prevaiente de mapeamento suscita algumas questões: comandados pelas

prefeituras, os mapeamentos participativos realizados nos planos seriam capazes de aumentar a capacidade de populações oprimidas interferirem e decidirem sobre os processos políticos que se desenrolam nas cidades? Ou seriam apenas mais uma forma utilizada por governos municipais para legitimar políticas e produzir consensos? O que seriam exatamente os mapas participativos, na medida em que há poucos registros das oficinas que os produziram? (NAME e NASCIF, 2013).

A esse respeito, Souza (2015) defende que a participação somente se concretizará à medida que se firmar um processo dialógico entre a comunidade e as autoridades. Segundo esse autor, trata-se de uma tendência empreendedora comunicativa, de modo que as opiniões sejam ouvidas e consideradas pelo Estado, não bastando tão somente serem ouvidas, mas devem ser rigorosamente seguidas.

No âmbito brasileiro, Souza (2009, p. 34, grifo nosso) apresenta a seguinte discussão:

“[...] A partir da década de 1980, com o processo de redemocratização do país, o termo participação passou a ser utilizado como palavra-chave, especialmente para dar legitimidade às ações realizadas por organizações e instituições políticas e sociais, assim como outras, em seu devido tempo, passou a ser utilizada como palavra mágica. Aquela que serviria para qualquer ocasião e solucionaria qualquer problema. Essa dinâmica serviu, em primeira instância, para **controlar a participação do povo nas decisões** e debates mais importantes” [...].

O autor citado enfatiza que o conceito de participação, no âmbito dos processos de diagnósticos e planejamentos participativos, pressupõe divisão de poder no processo decisório, passando pelo controle das partes sobre a execução e a avaliação dos resultados pretendidos. Ou seja, participar, nesse caso, é tomar parte das decisões e ter parte dos resultados.

Tanto os PDMs como os mapas são objetos técnicos intimamente ligados ao poder do Estado e sua soberania sobre o território. Por sua vez, a elaboração de mapeamentos participativos requer a instituição de metodologias participativas, as quais devem proporcionar clareza, definição de papéis e outras demandas para que esse “jogo” de poder seja minimizado. Uma dessas demandas é o estudo e proposição de metodologias que auxiliem a compreensão dos processos e formas espaciais.

As metodologias de mapeamento participativo são ferramentas que podem proporcionar o desenvolvimento do capital social e o empoderamento de pessoas historicamente excluídas das decisões políticas (CORDIOLI, 2001). Segundo esse autor, essas metodologias não estão associadas tão somente, ao desenvolvimento dos territórios, mas constituem também, instrumentos que favorecem princípios democráticos, pois possibilitam uma melhor compreensão das dimensões políticas, sociais, econômicas,

ambientais e culturais das comunidades e dos municípios, com o que se pode construir contextos de participação e tomada de decisões que apontem para a busca do desenvolvimento.

Em linhas gerais, metodologias de mapeamento participativo buscam estabelecer como devem ser consideradas as manifestações da população, como se dinamiza o fluxo dessas manifestações em conjunto com a viabilidade técnica, jurídica e econômica e como são tomadas as decisões. Tais metodologias podem ser aplicadas em diferentes contextos, seja rural ou urbano. No entanto, é preciso adequá-las de acordo com o público atendido, a questão envolvida e a realidade social.

Constatam-se na literatura, diversos estudos que propõem a aplicação dessas metodologias em diferentes contextos, inclusive nas cidades. Porém, há escassez de pesquisas que especificam uma metodologia para aplicação em comunidades informais¹ existentes nos grandes centros urbanos.

A elaboração de metodologia participativa em regiões informais é relevante, pois consolida os próprios princípios norteadores do mapeamento participativo, ao permitir maior aproximação das classes menos favorecidas com a gestão do espaço público. Assim, presume-se que a metodologia de mapeamento participativo deve ser clara e compreensível para a comunidade. Mapas realizados com Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) são, a princípio, precisos, georreferenciados e apoiados em processos de produção de conhecimento, intervenção na realidade ou formulação de normas. Mas, muitas vezes, esses mapas não são compreendidos pelas pessoas que não são técnicas.

É preciso enfatizar que os mapas não sejam considerados como instrumentos técnicos e nem engessados em procedimentos entendíveis apenas por alguns. É preciso que eles sejam construídos com base no conhecimento coletivo e sejam materializados ou disponibilizados de modo que todos os sujeitos participantes tenham capacidade de entendê-los, satisfazendo, assim, seus interesses individuais.

Trata-se, nesse caso, de conferir aos mapas uma função democrática e pluralista que conduz ao singular. Em suma, esses recursos cartográficos, para que cumpram suas reais funções devem, *a priori*, permitir a explicitação dos conflitos urbanos e regionais,

1

Refere-se a locais específicos das zonas urbanas, normalmente ocupados por pessoas de baixo poder aquisitivo, que habitam próximos a encostas sujeitas a deslizamento, ou em áreas ribeirinhas, locais alagadiços, lugares expostos à inundação etc. Essas pessoas enfrentam problemas decorrentes da falta de assessoria técnica na construção de moradias, além da falta de infraestrutura e de acessos a serviços públicos, como: abastecimento de água, de rede elétrica, de coleta de lixo e de tratamento de esgoto (DAVIS, 2006).

conferindo oportunidade para que diferentes mapas e sujeitos mapeadores se expressem e participem das disputas socioespaciais (NAME e NACIF, 2013), fato esse que nos remete a entender o processo cartográfico como um conjunto de ações democratizantes a serviço do bem-comum e realizado de forma dinâmica e colaborativa. Sendo assim, a metodologia precisa considerar o perfil do público que habita a área, seus interesses, suas possibilidades, devendo-se, muitas vezes, incorporar à metodologia, etapas de formação e/ou capacitação na linguagem a ser adotada.

A questão central deste trabalho é entender o conjunto de atores em torno de um processo de mapeamento participativo, visando propor uma metodologia de mapeamento participativo focada no tema mobilidade urbana em contextos urbanos informais. Delimitou-se como referência para o estudo, o bairro São Benedito, localizado na região denominada de “Território do Bem”, no município de Vitória, estado do Espírito Santo (ES), visando contribuições de caráter metodológico.

A escolha da área para estudo consolidou-se a partir de experiências profissionais prévias da autora desta pesquisa, que já havia atuado junto à Associação Ateliê de Ideias (AAI), ONG que articula mobilizações e projetos no “Território do Bem”, em atividades de elaboração, gestão e avaliação de projetos realizados. A partir dessa interação, foram realizados encontros com os líderes dessa instituição, juntamente com líderes da comunidade, que incentivaram a realização do estudo visando contribuir para minimizar alguns problemas existentes na região.

O “Território do Bem” compreende um complexo urbano formado por seis bairros (Figura 1), de acordo com município de Vitória, com extensão territorial de 1.773.640 m² (177 hectares), população de 40.000 habitantes e a área está localizada próxima a importantes e movimentadas avenidas da referida cidade. A mesma região para a comunidade possui oito bairros (Figura 2), o que inicialmente já demonstra os conflitos existentes.

O bairro São Benedito foi o que apresentava melhores condições para a realização da pesquisa, embora a perspectiva do trabalho é que a metodologia seja aplicada nos demais bairros do “Território do Bem”. A comunidade de São Benedito localiza-se na parte alta do Morro Grande de Vitória, frente à Avenida Leitão da Silva e perto de um dos bairros mais nobres da cidade (Praia do Canto).

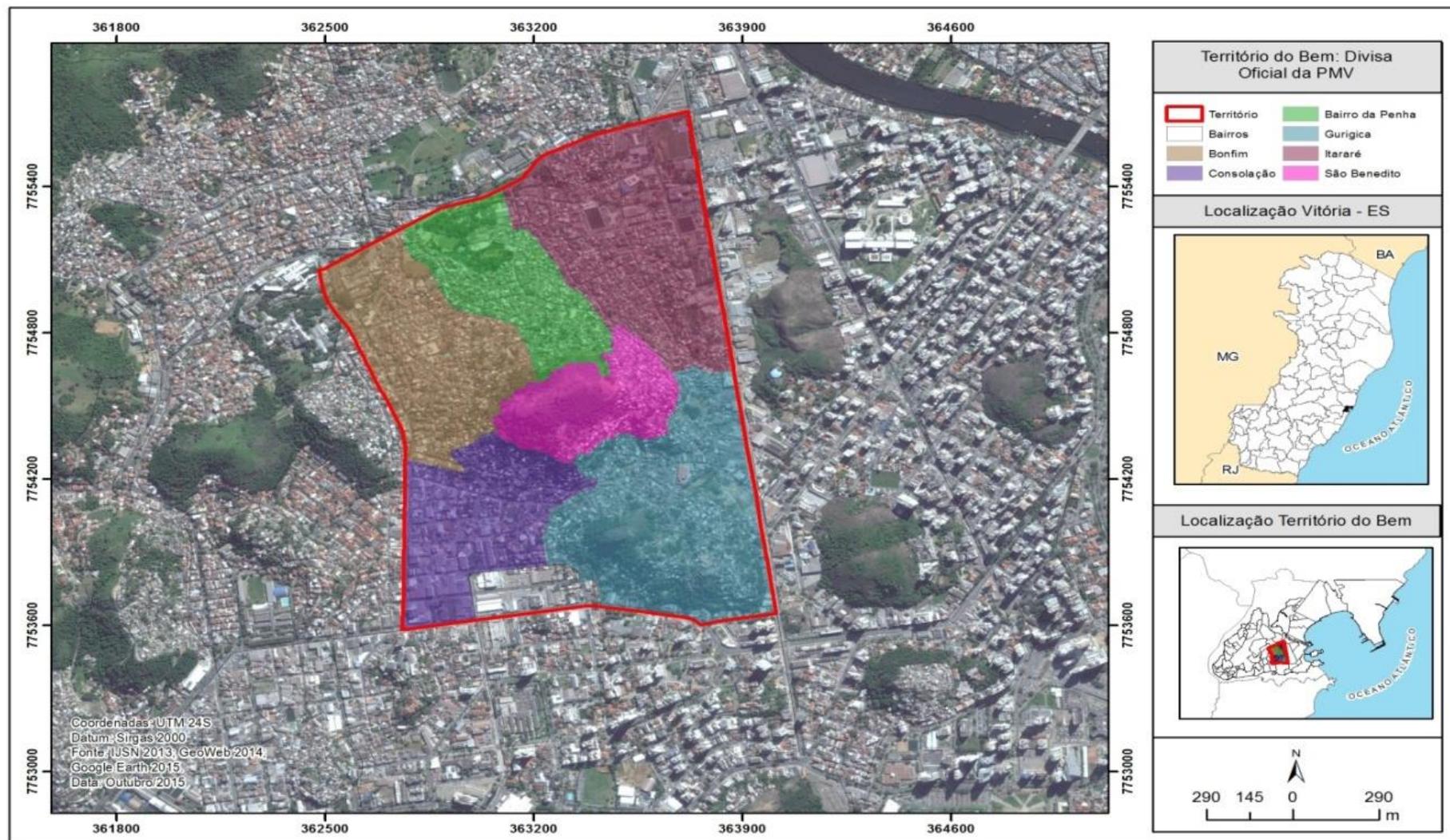


Figura 1 – Bairro São Benedito, no contexto do “Território do Bem” – Vitória – ES; divisão oficial da PMV.
Fonte: autora (2015).



Figura 2 – Bairro São Benedito, no contexto do “Território do Bem” – Vitória – ES; divisão de bairro da comunidade.
Fonte: autora (2015).

O bairro São Benedito possui aproximadamente 3.500 moradores e é uma localidade altamente adensada por construções residenciais de ocupação espontânea, ou seja, sem planejamento do Poder Público, configurando, assim, um bairro com poucas áreas públicas formais. O acesso ao bairro, normalmente, é feito pela única rua larga por onde transitam carros, transporte público, pedestres e ciclistas. A circulação do bairro também é configurada por becos e escadarias estreitas (VILAS NOVAS, 2011).

A escolha da temática para o mapeamento participativo, mobilidade urbana foi feita conjuntamente com membros da AAI e lideranças comunitárias, considerando ser a mobilidade um grave problema enfrentado pelos moradores. O problema da mobilidade urbana é um tema muito discutido pela comunidade devido a um processo histórico já sofrido nessa área. Os morros em regiões mais centrais são procurados para ocupação em função da sua proximidade para se chegar ao trabalho, gastando-se menos tempo para o deslocamento, em geral por meio de transportes públicos.

O transporte é o único serviço insubstituível, já que a água encanada pode ser substituída por poço, o esgoto pela fossa, a luz pelos modernos lâmpões ou geradores e a lenha ou carvão de madeira pode substituir o gás. Mas, quando a solução é o transporte coletivo, a única saída é deslocar-se a pé, o que acarreta perda de tempo e energia.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana², promulgada, em 2012, valida a noção de mobilidade urbana sustentável, propondo novas concepções ao expor que essa nova política compreende o conjunto de políticas de transporte e circulação, cujo objetivo é proporcionar o acesso amplo e democrático nas cidades, sendo necessário para isso viabilizar medidas que garantam modos não-motorizados e coletivos de transportes, de forma efetiva, de modo a não desencadear segregações espaciais, socialmente inclusivas e ecologicamente sustentáveis (BRASIL, 2012).

De acordo com Barandier Junior (2012, apud Silva, 2014), atualmente, a atenção volta-se para o acesso às atividades e serviços urbanos, devendo a mobilidade urbana estar articulada com o planejamento do uso do solo, ser socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável. Ou seja, a mobilidade urbana passa a ser tratada como parte do sistema urbano e é elemento fundamental à promoção da equidade social.

É notório observar que nos investimentos públicos nas obras de infraestrutura a prioridade é para o transporte individual, e isso afeta todas as camadas sociais,

2

Instituída pela Lei n. 12.587, de 03 de janeiro de 2012, essa política objetiva a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território dos municípios brasileiros (BRASIL, 2012).

acarretando problemas na circulação das pessoas, dos veículos, problemas no trânsito, dentre outros resultados impactantes. Os constantes congestionamentos nas rodovias dos centros urbanos, geralmente, é fruto da expansão e inflação imobiliária, pois as pessoas buscam moradias mais baratas e seguras longe do centro. Mas, precisam de se deslocar diariamente para o local de onde vem sua renda, o centro. Isso causa a imobilidade urbana; uns em seus carros de luxo e outros em transportes coletivos apertados; todos passam uma parte da vida nos transportes (DAVIS, 2006).

Intervenções para a integração entre as áreas de ocupação informal³ ou favela⁴ e a cidade tendo como foco a dimensão da mobilidade urbana são essenciais na definição das condições de vida nas cidades, e, segundo Silva (2014), contribuem para o desenvolvimento das cidades e um acesso democrático ao espaço urbano, o que está diretamente relacionado à qualidade de vida. No entanto, se por um lado, os projetos de reurbanização podem aumentar a autoestima dos moradores e gerar um sentimento de “inclusão”, por outro, podem ser entendidos como mecanismos de imposição da “ordem formal” nos assentamentos ditos “informais” que não levam em consideração os prévios acordos tácitos e as especificidades existentes nessas áreas. O que está em questão e fará a diferença serão as estratégias e práticas adotadas pelo Poder Público no planejamento e condução dessas intervenções: se democraticamente participativas ou autoritárias.

De acordo com Rodríguez (2011), é importante que as políticas de transportes sejam complementadas com projetos urbanos integrados que potencializem o investimento realizado para mobilidade, a fim de que haja uma transformação urbanística e social desses territórios que cresceram de forma não formalmente planejada e que carecem de suporte em todos os componentes urbanos para alcançar um desenvolvimento territorial.

3

Denominação dada pelo poder público do ponto de vista da ocupação do solo urbano que é de forma ilegal e desordenada, em regiões mais centrais.

⁴ Segundo a definição adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), de 2002, favela está restrita às características físicas e legais de um assentamento e contempla as dimensões sociais: excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado à água potável e condições sanitárias e insegurança da posse da moradia. Dessa forma, nem todo pobre urbano é favelado e nem todo favelado é pobre (DAVIS, 2006, p. 33).

No setor da mobilidade e acessibilidade urbanas, as dificuldades nessas áreas também eram e são ainda hoje enormes, seja pela precariedade do sistema viário, seja pela inexistência/precariedade de sistemas de transporte público formal no entorno da favela, e para o acesso de seus moradores ao entorno.

No início da formação do que hoje se conhece como “Território do Bem”, a partir da década de 1960, além de pessoas, só cavalo subia, devido à escassez estrutural de vias que garantissem o fluxo de veículos. No intuito de ir para o centro da cidade ou outros bairros, por exemplo, era preciso deslocar-se a pé, até a Avenida Nossa Senhora da Penha a fim de acessar o transporte público. Segundo depoimento de morador da região:

“[...] o Sargento Carioca guardou muito pedaço de terra para fazer as ruas. Ele ficava vigiando alguns lugares para o pessoal não pegar e construir em cima. Assim, ele dava um jeito de garantir o caminho pro pessoal. O Sargento Carioca ajudou a distribuir terrenos para as pessoas, ajudou a fundar quase todos os bairros, as pessoas saíam abrindo picada atrás dele, construindo casa, poço e caminhos. Não havia ruas, só caminho de boi. Mais de 40 anos para conseguir uma rua. Após a rua Maria da Paixão chegou o ônibus” (CARTILHA NOSSA HISTÓRIA NOSSO BEM, 2009).

Conforme relatado no estudo de Vilas Novas (2011), apesar das condições ainda precárias, o “Território do Bem” tem recebido recursos e melhorias nos espaços físicos e serviços básicos. Observa-se a elaboração de projetos e estudos desenvolvidos no sentido de melhorar a qualidade de vida dos moradores dessa região. A população reconhece os avanços, mas permanece mobilizada atuando em diferentes formas de lutas e organizações comunitárias. Preveem-se investimentos na melhoria da infraestrutura local, destacando a mobilidade urbana.

Convém destacar que a referida região apresenta problemas de ordem morfológica, principalmente no que se refere ao relevo inclinado, vias e becos apertados e não pavimentados, além de problemas sociais como consumo e tráfico de drogas, que significa um entrave efetivo às questões da mobilidade. É necessário considerar na metodologia participativa questões específicas da região na qual a metodologia será aplicada.

A partir dessa contextualização, este estudo objetiva organizar um procedimento metodológico para mapeamento participativo com foco na mobilidade urbana em áreas de alta densidade ocupacional e baixa infraestrutura, tomando como área focal de estudo o bairro São Benedito localizado no “Território do Bem”.

Por decorrência, elaboraram-se os seguintes objetivos específicos: 1 – discutir, a partir de revisão bibliográfica e de análise de experiências, o mapeamento participativo, bem como os elementos do espaço geográfico como fundamento para o entendimento do

contexto; 2 – analisar a realidade social das comunidades inseridas nessa região; e 3 - propor e testar metodologia de mapeamento participativo na região em estudo.

Como metodologia de pesquisa, optou-se por realizar duas modalidades: estudo bibliográfico, composto por uma revisão de literatura e análise documental, e estudo aplicado em campo, que envolveu observação realizada na comunidade e na AAI, tendo em vista o posicionamento dos habitantes bem como dos líderes comunitários, entrevistas com a comunidade, lideranças comunitárias e políticas e membros da AAI e acompanhamento/intervenção nas oficinas realizadas no âmbito do Projeto “Mapa do Bem”, coordenado pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Tecnologia Social, Trabalho e Educação no Contemporâneo, do Instituto Federal do Espírito Santo (LabTTEC-Ifes). Contou-se com o apoio da comunidade, bem como da ONG AAI que foi a sede das oficinas, junto com o Fórum Comunitário “Bem Maior” e dos encontros para debates. Nesses encontros foram discutidos os problemas existentes na comunidade que, de alguma forma, interferem na mobilidade urbana e a intervenção da ONG e demais voluntários no sentido de propor melhorias por meio da construção, análise e interpretação dos mapas gerados conforme os anseios, desejos e expectativas da comunidade em questão. Todo material está documentado através de fotografias e gravações de áudio e vídeo.

O presente trabalho está assim estruturado: o capítulo 1 apresenta e discute referências teóricas e de aplicação de mapeamento participativo, com vistas à construção metodológica, incluindo os elementos do espaço e a rede de atores interessados, ou *stakeholders*⁵. Os elementos do espaço são definidos por Santos (2008) como os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas. O capítulo 2 é destinado ao detalhamento da caracterização do “Território do Bem”, de modo a dar visibilidade ao contexto da área que foi tomada como referência na pesquisa. O capítulo 3 apresenta e discute o acompanhamento das atividades realizadas junto à equipe do LabTTEC no projeto “Mapa do Bem”, constituindo um aporte relevante para a proposição metodológica. O capítulo 4 apresenta a proposta metodológica, discutida à luz da bibliografia e da experiência com a comunidade, bem como sua validação com atores selecionados. Finalmente, nas considerações finais, analisam-se e discutem-se os resultados do estudo.

5

Refere-se a todo indivíduo ou grupo social que possui participação, investimento ou ações e que possui interesse em uma determinada empresa ou negócio (FREEMAN, 1984).

CAPÍTULO 1 – MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

Este capítulo é dedicado à revisão e discussão sobre os fundamentos e a prática do mapeamento participativo. Inicialmente, é contextualizada a cartografia no que se refere às disputas de poder e participação na elaboração e uso de mapas; em seguida são apresentados e discutidos princípios e experiências de mapeamento participativo. Logo após, são sistematizados e discutidos elementos a serem considerados na proposição de metodologia para mapeamento participativo, incluindo os elementos do espaço e, por fim, é apresentado o esboço preliminar da metodologia de mapeamento participativo.

1.1. Disputas de poder e participação na elaboração dos mapas

De acordo com Harley (2009), os mapas representam um meio de imaginar, articular e estruturar o entendimento de fatos e processos do mundo humano. Não são, por isso, imagens isentas de juízos de valor, ainda que a ênfase no mapa como uma imagem científica tenha atribuído a estes objetos uma aura de verdade e de neutralidade.

O mapa é e tem sido um recurso para dominar o território e auxiliou na consolidação do poder do Estado, que, por sua vez, tornou-se e permaneceu um dos principais controladores da atividade cartográfica em vários países. Para as forças armadas, por exemplo, os mapas sempre foram uma forma importante de conhecimento, por isso o segredo e a censura foram comuns sobre essas imagens. Os mapas invadem a vida cotidiana e interferem em nosso modo de entender o mundo. De acordo com Harley (2009, p. 8), “Assim como o relógio [...], introduziu a 'disciplina do tempo' nos ritmos dos trabalhadores da indústria, as linhas dos mapas, ditando a nova topografia rural introduziram uma 'disciplina do espaço’”.

A história dos mapas mostra que eles são uma linguagem de poder e por isso muitas vezes sua produção foi guiada pelas elites, favorecendo um discurso desigual, sempre no sentido dos poderosos em direção aos oprimidos. Dessa forma, mapas, mapeamentos e disputas de poder estão entrelaçados e representam atos ou atividades eminentemente políticas. Podem legitimar o poder e ampliar o controle exercido pelo Estado e por poderosos grupos de interesse.

Mas, os mapeamentos poderiam também “contribuir para o fortalecimento das ideias de democracia, participação e inclusão social ao fomentarem demandas por maior

retorno, transparência e responsabilidade social (accountability)” (SYDENSTRICKER NETO, 2008, p. 92).

De acordo com Kitchin e Dodge (2007) apud Seemann (2012, p. 146),

“[...] há uma tendência de questionar a ideia do mapa como uma mera representação do espaço. Longe de serem espelhos da realidade, mapas podem ser propósitos (Wood e Fels, 2008), inscrições (Pickles, 2004) ou processos em criação constante que resultam de práticas culturais”.

Esses teóricos não concebem os mapas como produtos, mas como processos (RUNDSTROM, 1989; SEEMANN, 2012),

“[...] algo em movimento, dinâmico, quase vivo, contestado e disputado. Mapas se tornam mapeamentos que são processos políticos nos quais tomadas de decisão não se realizam exclusivamente de cima para baixo. Essas ações também podem partir da comunidade de base e garantir o fortalecimento e emancipação dos grupos marginalizados e mapeamentos alternativos da realidade que desafiam frequentemente a proposta única dos mapas oficiais. Essa nova visão amplia a pesquisa para além da academia e passa ao cotidiano” (SEEMANN, 2012, p. 147).

De fato, nos últimos tempos, aumentou substancialmente o uso da cartografia como instrumento de combate a hegemonias. Mapeamentos participativos podem valorizar saberes e formas de expressão de grupos subalternizados e diferentes formas de participação são diferentes formas de relação de poder no processo de produção cartográfica. Segundo Santos (2012b, p. 9),

“não há cartografia fora das relações sociais e existe uma relação de poder entre quem cartografa e quem é cartografado. Essa relação de poder aparece em vários grupos e setores, vai desde os técnicos, a comunidade, o Estado, as ONGs até os grupos hegemônicos políticos e econômicos entre outros. Enfim, um processo de muitos jogos, disputas e relação de poder”.

Os mapeamentos participativos vêm emergindo como instrumentos de luta dos mais excluídos e também aparecem como tecnologia de gestão social para beneficiar a democratização. Mas, ao mesmo tempo, “viabilizam controles sociais e apropriação de saberes, mais do que equilíbrio democrático em jogos de poder [...]. Convergências metodológicas convivem com divergências, diferenças e pluralidade de interesses públicos” (SANTOS, 2012b, p. 10).

As próprias tecnologias de informação e comunicação são colocadas em xeque e surgem softwares livres, como *WorldKit*, *OpenStreetMap* e *MapOMatix*, para que não ocorram limitações no uso da base cartográfica e nas aplicações e possibilidades de produção. Em geral, empresas que investem grande volume de recursos controlam a base cartográfica digital e as possibilidades de sua utilização. Aplicativos como *Google Maps* e *Google Earth* têm acesso à privacidade do usuário podendo monitorá-lo, já que

são softwares patenteados (SANTOS, 2012b).

A prática de se coletar, tratar, analisar e aproveitar os dados tecnicamente não está livre de direcionamentos, tendo em vista que são seres humanos que operam todas as etapas e possuem seus próprios conceitos além de estarem sujeitos a vários tipos de pressões externas, seja “do Estado, como nas ONGs bem intencionadas ou oportunistas, pesquisadores e técnicos de boa ou má fé” (NAME e NASCIF, 2013, p. 7).

De qualquer forma, estamos em um momento em que as comunidades realmente começam a atuar em mapeamentos, seja através dos softwares patenteados, seja através dos que permitem a interferência como os softwares livres, por meio de *wikimaps*, mapas virtuais, georreferenciados e interativos; ou, ainda, através das formas de representação cartográfica que utilizam fotografias, filmes e vídeos (GOUDART, 2012).

Essa nova forma de cartografar também se diferencia pela produção de novas formas de representar, rompendo com as convenções cartográficas e por variados processos participativos de produção “[...] o que contempla distintas relações de poder/saber entre os tradicionais detentores dos meios de produção cartográfica e grupos sociais envolvidos nas realidades representadas” (SANTOS, 2012b,p.1).

A participação permite que os sujeitos “[...] se influenciem, compartilham saberes, acúmulos, experiências e retroalimentam a crítica à cartografia [...]; há uma crescente pluralização de respostas a desafios colocados pelos múltiplos processos políticos em que a cartografia vem sendo mobilizada” (SANTOS, 2012b, p.2).

Diversas configurações podem ser observadas quando movimentos e outros atores sociais em lutas emergem como atores da produção cartográfica, rompendo com o controle da produção de representações desempenhadas pelo Estado, pelas forças militares ou pelas grandes corporações capitalistas (SANTOS, 2012b, p.6). Dessa forma, ocorre um rompimento da dominação sempre existente e imposta.

A “descoberta” da cartografia como instrumento de combate a hegemonias (em diferentes escalas) por movimentos e lutas sociais, que cresce num período recente, recebe influência de debates teóricos e epistemológicos de diferentes campos do saber científico sobre a relação entre representações e poder. Ainda que isto seja minoritário dentro do campo corporativo da cartografia, onde prevalece uma visão tecnicista sobre ela própria, é inegável que essas iniciativas de participação gerem influências do pensamento situacionista (SANTOS, 2012b).

As técnicas e metodologias cartográficas constituem instrumentos que favorecem a demarcação dos espaços, viabilizando intervenções humanas de forma mais racionais. O espaço geográfico, notadamente o urbano, devido ao crescimento populacional e, muitas

das vezes, inadequado, tem requerido o auxílio dessas técnicas, sobretudo diante de muitos impactos gerados a partir da ocupação desordenada, como por exemplo, os problemas de mobilidade urbana.

1.2. Origens e experiências de mapeamento participativo

Segundo Name e Nascif (2013), mapeamentos participativos são representações gráficas de dados e atributos selecionados, que seguem padrões e convenções científicas, técnicas e artísticas. O mapeamento participativo tem por objetivo principal viabilizar a criação de mapas por comunidades locais (FONDO INTERNACIONAL DE DESARROLLO AGRÍCOLA - FIDA, 2009). Segundo o Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola, na maioria das vezes, o mapeamento participativo é conduzido pela participação de organizações que lhes prestam apoio, tais como as autoridades públicas, de diferentes níveis, as ONGs, os centros de pesquisa, dentre outros agentes que se colocam a serviço de desenvolver planejamento relacionado com a terra.

Assim, o mapeamento participativo pode ser conceituado como “o processo de espacialização e registro do conhecimento de um dado grupo ou comunidade acerca de uma determinada paisagem ou localidade” (GOLDSTEIN et al., 2013, p. 47). Ainda segundo esses autores, os mapas e os procedimentos de mapeamento “[...] são ferramentas úteis para sistematização, interpretação e comunicação de resultados para a gestão e avaliação”. Especificamente, no contexto do mapeamento participativo, os mapas são elaborados de forma conjunta, envolvendo profissionais de diferentes áreas, sendo esses mapas considerados “[...] um meio de sistematização e comunicação de dados de natureza espacial” (GOLDSTEIN et al., 2013, p. 47).

Nos mapeamentos participativos, a produção em si do mapa, incluindo diversas etapas – tais como a definição e concepção do conteúdo substantivo a ser mapeado, coleta de dados e informações, organização e tratamento da informação, decisão sobre as formas de apresentação da informação e a elaboração do produto visual final, pressupõem a colaboração entre indivíduos. Em geral, tais indivíduos se complementam e se diferenciam em termos de inserção profissional, representação comunitária e capacidades técnicas e artísticas (NAME e NASCIF, 2013, p.73).

O mapeamento participativo surge como instrumento para a mobilização transformadora da sociedade. Replicá-lo tem sido uma importante ferramenta na construção e fortalecimento da cidadania e da sustentabilidade. “É uma abordagem

interativa, que se baseia em conhecimentos da população local, permitindo que os participantes criem dados visuais e não-visuais para explorar problemas sociais, oportunidades e perguntas” (PATHWAYS THROUGH PARTICIPATION, 2010, p. 2, tradução nossa).

Os mapas não podem ser considerados, tão somente, em seus aspectos puramente técnicos, mas devem, também, representar uma realidade e suas múltiplas facetas. Dialogando com Rambaldi (2005, p. 5, tradução nossa), “os mapas são mais do que pedaços de papel. São histórias, conversas, vidas e canções vividas em um lugar e são inseparáveis dos contextos políticos e culturais em que são utilizados”.

Antes da década de 1980 e início de 1990, diversos mapeamentos locais e participativos já haviam ocorridos em diferentes regiões do mundo. Nos últimos anos, mudanças nas metodologias participativas têm sido ainda mais rápidas do que aquelas em tecnologias espaciais (MARQUES e PEREIRA, 2011).

De acordo com Herlihy e Knapp (2003, apud ACSELRAD e COLI, 2008), o mapeamento participativo é aquele que reconhece o conhecimento espacial e territorial de populações locais e insere em modelos mais convencionais de conhecimento. Portanto, mapeamento e várias formas de criação de imagens do espaço pela população local e por conta própria vêm provavelmente da Pré-História, mas a origem dos mapeamentos participativos é situada, de acordo com vários autores, como produto da evolução do diagnóstico rural participativo (PRA), sigla em inglês para Participatory Rural Appraisal (NAME e NASCIF, 2013; ROQUETE, 2015).

Existia a necessidade nas áreas rurais de se produzir com mais agilidade informações para subsidiar projetos de intervenção. Surgiu, então, as bases para o desenvolvimento de levantamentos de dados participativos. Esses levantamentos de dados rápidos conhecidos como Rapid Rural Appraisal (RRA) foram desenvolvidos para a coleta de dados socioeconômicos e agrícolas com fins muito práticos. A combinação do RRA com outros instrumentos contribuíram para a evolução e uso desse levantamento em maior escala. Surgiram, então, metodologias mais participativas, e que ficaram conhecidas como PRA. A diferença principal é que no RRA os “conhecedores” do processo têm papel central e conduzem os levantamentos, já nos PRA esses “conhecedores” passam a ser facilitadores e a comunidade passa a ter o papel principal (NAME e NASCIF, 2013).

A experiência com PRA, métodos, valores e comportamentos destina-se a permitir que populações marginalizadas possam compartilhar, aprimorar e analisar seu conhecimento de vida e as condições para planejar, agir, monitorar e avaliar. O desafio é

como dar voz àqueles que são deixados de fora e passar a contar a sua realidade.

Vários desdobramentos surgiram com o desenvolvimento das metodologias participativas e experiências com foco na “ciência para a sustentabilidade”, no “público” e no “participativo”. Um deles é Public Participation GIS (PPGIS) ou, livremente traduzido, Sistema de Informação Geográfica com Participação Pública.

O SIG surgiu nos Estados Unidos e Canadá nas décadas de 1950 e 1960. O objetivo inicial era atender ao governo quanto aos recursos, uso, controle e monitoramento da terra. Nas décadas de 1970 e 1980, com o avanço da microinformática, os SIGs tornaram-se comerciáveis e acompanharam o processo de desenvolvimento da tecnologia da informação (CÂMARA et al., 2004).

Atualmente, com os avanços da rede mundial de computadores, existe grande acessibilidade do SIG para diversas formas de uso e diversos usuários, mostrando uma tendência à popularização da ferramenta. Esses sistemas permitem a visualização espacial de diversas variáveis geográficas num mesmo recorte e, ainda, o processamento de informações espaciais, ou seja, a captura, o armazenamento, a integração, manipulação, análise e apresentação de dados que são referenciados na Terra (MENDES e CIRILO, 2001).

Essa ferramenta tem sido utilizada para estudos e pesquisas em várias áreas do conhecimento. Os dados do SIG são georreferenciados, daí a importância do uso do Sistema de Posicionamento Global (GPS), traduzido da expressão “Global Positioning System” e a diferenciação perante aos outros sistemas de informação.

O SIG compreende diversos componentes. O primeiro componente traz dados geográficos a partir do sensoriamento remoto, impressos ou em mapas digitais; os dados dos relatórios de campo são convertidos em formulários de computador. O segundo componente incorpora um banco de dados que permite que eles sejam manipulados e gerenciados. O terceiro é a capacidade de juntar temas selecionados ou "camadas" de dados e realizar uma série de operações de análises espaciais. Finalmente, os resultados de análise de dados podem ser divulgados de várias maneiras, porém, é mais comum apresentá-los na forma de mapa (ABBOT et al., 1998).

Os SIGs e o GPS ao se popularizarem impactaram diretamente o mapeamento participativo “ambos evoluindo e mudando rapidamente, e conforme eles se combinam talvez possamos também acelerar o potencial de aprendizagem e de como fazer as coisas de forma diferente e melhor” (CHAMBERS, 2006, p. 2, tradução nossa).

O SIG é uma tecnologia baseada em computador, “cada vez mais utilizado no planejamento de recursos, gestão, estudos de ideais, marketing e inúmeras outras

atividades que envolvam elaboração de mapas” (ABBOT et al., 1998, p. 27, tradução nossa). Já o SIG participativo

“[...] é uma tentativa de utilizar a tecnologia SIG no contexto das necessidades e capacidades das comunidades que estão envolvidas e afetadas por projetos e programas de desenvolvimento. SIG participativo baseia-se na diversidade de experiências associadas em prol do desenvolvimento e envolve as comunidades na produção de dados SIG e de tomada de decisão espacial”(ABBOT et al., 1998, p. 27, tradução nossa).

A população local pode, por exemplo, capturar o conhecimento do lugar específico e combiná-lo com a mais tradicional informação espacial por meio da integração das informações de um mapeamento participativo com a finalidade de modificar ou atualizar um SIG.

A abordagem integrada do mapeamento participativo e do SIG facilita na avaliação do nível das necessidades e das prioridades locais podendo ser apresentada em forma e escalas mais críveis e úteis para que as autoridades tomem decisões mais acertadas (SYDENSTRICKER NETO, 2008). Esse tipo de cartografia com foco participativo pretende “ligar os atores e o território, construir o território com os atores e mobilizar estes atores através do território sob a hipótese de que nessa relação uns e outros se transformam” (JOLIVEAU, 2008, p. 38).

A metodologia participativa é importante para obtenção de serviços públicos básicos, mas podem existir dificuldades com os detalhes gerados e, além disso, o mapa também diz ao Estado onde você está. Ele pode ser usado para localizar recursos e necessidades de desenvolvimento, ou simplesmente para extrair mais impostos e aumentar o controle externo. Nota-se, nesse enfoque, que, o grande desafio

“[...] é saber se um 'SIG participativo' seria simplesmente extrativista, ou se poderia capacitar vozes locais de forma eficaz a influenciar a política. Os usuários não precisam ser especialistas técnicos, mas precisam saber que o SIG é bom em padrões, mas não em processos ou relacionamentos. Muitas vezes, as informações de satélites são muito confiáveis, mas as informações sobre as pessoas estão erradas ou desatualizadas” (ABBOT et al., 1998, p. 28, tradução nossa).

Assim, a ideia do Sistema de Informações Geográficas Participativo (SIGP) é buscar o envolvimento comunitário na produção de mapas a fim de “[...] evitar possíveis distorções no uso do SIG convencional, pela utilização do conhecimento local como base de dados e o empoderamento dos envolvidos para a tomada de decisões” (MILAGRES, 2011, p. 41).

A produção de mapas foi intensificada com o desenvolvimento das novas tecnologias, desenvolvidas por programadores instigados pelo potencial do mapeamento

para oferecer informação significativa. O mapeamento livre significa que o mapa está nas mãos dos usuários, e não mais dos cartógrafos e cientistas de SIG. Surge, então, um entrave: o mapeamento só é eficaz quando as pessoas têm acesso à tecnologia, em que os processos cartográficos devem ser processados num computador poderoso e as pessoas ainda têm que ter conhecimento para usar os artefatos tecnológicos (CRAMPTON e KRYGIER, 2008). O material e os meios de elaborar mapas, seja papel ou SIG, a forma como os participantes são incluídos e a relação de poder interferem sempre nos resultados. “O comportamento dos facilitadores e dos controladores é determinante para o sucesso do processo” (RAMBALDI et al., 2006a, p.107).

Em 2005, aconteceu no Quênia, uma Conferência Internacional que teve como um dos resultados a confecção de uma revista com o seguinte título: “Mapping for Change: practice, technologies and communication”. Essa publicação mostrou de forma clara o interesse na ampla difusão de informação para povos “tradicionais”. Há relatos de experiências desenvolvidos em diversos países. Todas as experiências dão-se junto a populações “tradicionais” - na verdade, nos espaços da colonialidade, a contra face da modernidade do sistema-mundo (RAMBALDI et al., 2006a).

Já no Brasil, o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)⁶, vinculado à Universidade Federal do Pará, trabalha uma cartografia feita pelos próprios grupos sociais. Esses grupos representam no papel quem eles são, onde e como vivem. Dessa forma, o mesmo grupo em diferentes momentos pode produzir diferentes mapas sobre o mesmo tema de acordo com a realidade vivida devido à valorização da identidade.

As abordagens do PNCSA concentraram-se em questões ligadas ao meio ambiente, à agricultura e manejo de recursos naturais, às lutas sociais, conflitos e ações sociais. Acselrad e Coli (2008), analisando o caso brasileiro, levantaram, entre 1992 e 2008, 118 experiências de mapeamento com envolvimento de populações locais. O referido estudo indicou várias denominações para essas experiências, como “levantamentos etnoecológicos”, “mapeamento etnoambiental dos povos indígenas”, “mapeamento dos usos tradicionais dos recursos naturais e formas de ocupação do território”, “mapeamento comunitário participativo”, “mapeamentos culturais”, “macrozoneamento participativo”, “etnozoneamento”, “etnomapeamento”, “diagnóstico etnoambiental” e “Cartografia Social”, entre outros.

6

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia tem como objetivo dar ensejo a auto-cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia e em outras localidades do país (PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2015).

No contexto do mapeamento participativo, analisando a literatura dessa área, observa-se que a maioria das pesquisas desenvolvidas sobre essa temática investiga comunidades tradicionais, rurais, dentre outras, havendo poucos estudos até o momento que analisam as ocupações informais em áreas urbanas ou favelas. Também se observam muitos estudos que retratam questões ambientais e de território, não enfatizando, com grande frequência, a mobilidade urbana.

Para traçar uma proposta metodológica para mapeamento participativo de mobilidade urbana em áreas de ocupação informal foi realizada análise da literatura a fim de compreender como os estudos sobre essa temática vêm sendo conduzidos. Considerando os fatores acima mencionados foram avaliados estudos de caso que englobam países considerados mais desenvolvidos e menos desenvolvidos em função da área informal do “Território do Bem” possuir características que mesclam as duas realidades, na sua maioria possuem internet, computador e celular multifuncional ou *smatphone* e ao mesmo tempo não possuem escolaridade, saneamento ou moradia adequada, pertencem a uma região mais empobrecida da cidade. Portanto, os critérios utilizados para a escolha dos estudos de caso foram as características encontradas hoje no “Território do Bem”. Dessa forma, os estudos de caso de mapeamento participativo contemplaram a área urbana de países mais desenvolvidos e a área rural de países menos desenvolvidos. Assim como, estudo de caso de mobilidade urbana em área informal.

Da revisão realizada de acordo com o perfil do “Território do Bem”, um conjunto de estudos de caso foram selecionados para análise mais detalhada que são apresentados na sequência.

O primeiro diz respeito à questão da reforma agrária na província de Mpumalanga, na África do Sul; o segundo aborda o uso do SIG como ferramenta de planejamento urbano em um bairro de Londres, Reino Unido, discutindo a modalidade de *e-planning*; o terceiro trata da produção de mapa virtual na comunidade de South of Market, em São Francisco, EUA, como estratégia de combate à gentrificação; o quarto se refere aos mapas situacionais do projeto PNCSA desenvolvido com crianças e adolescentes em municípios localizados no Baixo Tocantins, no Pará, e o último discorre sobre o problema da mobilidade urbana no Morro da Providência, no Rio de Janeiro. São experiências diversificadas em suas temáticas, procedimentos e instrumentos, selecionados para auxiliar a proposição metodológica.

O estudo de Harris e Weiner (2003) discute a implementação de um SIG para a reforma agrária na província de Mpumalanga, África do Sul. Foram abordadas questões

relacionadas ao acesso da comunidade à tecnologia, dados e conhecimentos, bem como a forma como as comunidades *pós-apartheid* estiveram representadas dentro de um SIG coordenado pelo Estado.

A metodologia de pesquisa utilizada nesse estudo acima descrito combinou SIG tradicional com métodos qualitativos e participativos. Mapas convencionais com uso de SIG foram elaborados com os seguintes temas: hidrologia e barragens; transporte; relevo e altimetria; cobertura do solo; colonato nuclear; tipos de terrenos e qualidade da terra; fronteiras políticas e recreação; cadastral; terras estatais e públicas; tipos de floresta. Foram também realizados exercícios de mapeamento mental com os participantes, que tanto foram desenhados como fotografados, gravados e transcritos. As oficinas de mapeamentos mentais sempre que possível incluíram de cinco a oito pessoas, e a seleção dos membros do grupo foi realizada pelas pessoas locais. Grupos de homens e mulheres foram entrevistados separadamente e foram convidados a desenhar um mapa de como eles gostariam de ver a sua terra usada se eles tivessem acesso à terra em um programa de reforma agrária. Esse exercício envolveu principalmente três tipos de público: pessoas que já beneficiaram do programa de reforma agrária, as pessoas que já tinham apresentado suas reivindicações e ainda estão para se beneficiar e as não-beneficiadas. Essas pessoas eram de diferentes tribos ou comunidades.

A informação gerada pela população foi integrada em um formato multimídia ao SIG como dados de apoio mútuo e complementares (CiGIS - Community-integrated GIS), de modo a explorar

“[...] paisagem política e lutas pela inclusão de histórias espaciais da comunidade socialmente diferenciados e mapas cognitivos em um SIG para produzir representações de ecologias políticas locais e regionais. Formas não-hegemônicas de conhecer e explorar a natureza e ambiente foram incorporados ao SIG multimídia” (HARRIS eWEINER, 2003, p. 70).

Os autores concluíram que o SIG multimídia (CiGIS) tem o potencial para se tornar uma poderosa ferramenta para a tomada de decisões em torno da reforma agrária, já que integra dados gerados pelos participantes a partir de suas percepções aos mapas convencionais. No entanto, os autores relataram, após a finalização do trabalho, que eles empenharam um grande esforço para que fosse incorporado às instituições governamentais, sendo o Departamento de Reforma Agrária Nacional devidamente reestruturado e não se teve a garantia de que, a despeito da inovação da ferramenta, permaneça como instrumento para o Estado. Quanto a isso, a intenção dos autores foi a de

“[...] apoiar um processo de participação popular que foi ligado a órgãos existentes da sociedade civil e comprometido com os interesses dos membros da comunidade em transcender geografias neo-apartheid. Neste aspecto fomos bem sucedidos, mas a conexão as políticas locais e sua identificação com o projeto foi difícil, o que demonstra que a produção e utilização CiGIS é localmente dependente” (HARRIS e WEINER, 2003, p. 70).

A despeito da diferença de contexto e temática, o trabalho de Harris e Weiner (2003) colaboram com a presente pesquisa ao apontar a necessidade de integrar informações da população ao SIG, em formato multimídia, para que sirva de acervo comunitário, assim como alerta para a questão da fragilidade de deixar a aplicação de ferramentas participativas apenas ao Poder Público, sendo mais eficaz a apropriação da ferramenta pela comunidade.

Outro estudo sobre mapeamento participativo em análise foi realizado na Inglaterra pelos estudiosos Harrison e Haklay (2002). Trata-se de uma pesquisa empírica conduzida em um bairro de Londres onde foram concretizadas duas oficinas para avaliar o uso do SIG como ferramenta de planejamento urbano realizado através da participação real da comunidade.

O estudo foi realizado por meio da aplicação de *workshops*, com o objetivo de detectar a opinião dos participantes, no intento de formular estratégias de intervenção em comunidades periféricas.

Assim, uma equipe interdisciplinar, reunida através de uma iniciativa de pesquisa da *University College London*, incluindo pesquisadores com experiência em SIG, planejamento participativo e gestão ambiental, efetuou a concepção do primeiro *workshop*. Várias reuniões de planejamento foram realizadas para discutir a estrutura possível, o conteúdo e os objetivos da primeira oficina experimental e um projeto de pesquisa subsequente, financiado por fontes externas, que incluíram um segundo *workshop* construído sobre as lições aprendidas.

Segundo Harrison e Haklay (2002), em ambos os *workshops*, o foco era sobre a forma como os participantes compreendem, usam e discutem as informações contidas no SIG, e refletem sobre as suas experiências em relação ao sistema de planejamento. Foi adotada no estudo inglês uma metodologia qualitativa para explorar a relevância de PPGIS para mobilizar. Isso influenciou na coleta de dados, no recrutamento, na estrutura e no comportamento da oficina, na abordagem para análise no uso do SIG como ferramenta de planejamento. Recrutaram pessoas com alguma experiência do sistema de planejamento local, para que os participantes pudessem comparar as suas experiências existentes do sistema de planejamento com a sua experiência em SIG.

Na primeira oficina os participantes eram ativos na comunidade e em organizações ambientais, além de terem ampla experiência do sistema de planejamento local. Já na segunda oficina, os participantes foram recrutados de acordo com o interesse em participar do projeto. Em função dos recursos limitados foi recrutado um pequeno número de pessoas para cada oficina: para a primeira foram recrutadas 14 pessoas, e para a segunda, 9 pessoas.

As oficinas foram realizadas em instalações educacionais. Em ambas, os facilitadores treinados trabalharam junto aos participantes para ajudá-los a navegar a sua maneira no sistema, e, para auxiliar a responder a perguntas. Dessa forma, mesmo aqueles que usaram computadores pela primeira vez foram capazes de ganhar alguma experiência de base do sistema. Os facilitadores, chamados de “guias” eram pesquisadores e estudantes de Pós-Graduação familiarizadas com SIG, no conteúdo do sistema específico e nos objetivos do *workshop*.

Cada oficina foi estruturada em três partes: uma sessão plenária introdutória, uma oficina prática e um grupo de discussão. A sessão introdutória delineou as características básicas do GIS (adicionando e removendo camadas de dados, as operações de zoom e explicação sobre as capacidades analíticas da tecnologia) e os vários dados conjuntos que estavam disponíveis no sistema. Na segunda sessão os participantes trabalharam em torno de um computador em grupos de dois ou três em conjunto com um facilitador. Os “guias” fizeram demonstrações práticas de algumas das tarefas básicas, responderam perguntas, e, em seguida, encorajaram os participantes a assumir o controle do *mouse* e do teclado para navegar através de operações básicas do sistema.

Perto do final dessa sessão, a questão de como adicionar informações para o sistema foi levantada e os participantes foram capazes de explorar a capacidade do sistema para armazenar a sua própria informação. Essa prática durou 90 minutos e foi seguida por uma hora de discussão em grupos focais, moderada por um membro da equipe de investigação com experiência.

O debate foi estruturado em torno de alguns temas: impressões do *workshop*, relevância para a experiência dos participantes com o sistema de planejamento e outras preocupações que foram levantadas durante a prática. No final, os participantes das oficinas foram convidados a preencher um formulário de *feedback*. A maioria dos participantes expressou ter gostado do processo e encorajou as autoridades locais a utilizar sistema semelhante no futuro.

No estudo desenvolveu-se um SIG interativo utilizando-se o *Arcview da ESRI*. Com base nas sugestões dos membros do *workshop* duas fontes de dados foram incluídas:

fotografias aéreas e mapas históricos da região. Em termos de conhecimento do computador variou de o principiante para o especialista, e, apenas um participante já havia tido alguma experiência com SIG. Todos os entrevistados eram predominantemente brancos e de classe média, e se sentiram “marginalizados”, tanto pela sua falta de experiência do sistema de planejamento quanto no SIG público (HARRISON e HAKLAY, 2002).

Como conclusão dos experimentos de Harrison e Haklay (2002), temos que no Reino Unido, o governo central está defendendo os sistemas de *e-planning* como meios de melhorar o acesso público e acelerar as decisões no sistema de planejamento, no entanto, mudanças estruturais e legais na forma como o processo de controle de desenvolvimento funciona devem ser alteradas. Sem essas mudanças e um maior compromisso com as formas participativas de democracia, SIG ligado a um sistema de planejamento computadorizado será apenas uma outra fonte de informação.

Os autores também concluem que a combinação da evolução técnica dos SIG, com estudos de cultura e etnografia, junto com a participação para a tomada de decisão pode fornecer descobertas sobre o papel que o conhecimento desempenha e influencia para o PPGIS e os argumentos utilizados por diferentes públicos que muitas vezes não são capturados por processos convencionais de pesquisa.

Em suma, os autores ressaltam a necessidade de continuar a explorar as interações de diferentes públicos com PPGIS como forma de melhor compreender como aqueles que são marginalizados no discurso de planejamento (por consentimento ou por restrição) podem se beneficiar da introdução destas novas tecnologias.

O terceiro estudo analisado foi o realizado por Parker (1998) na comunidade de South of Market (SoMa), em São Francisco, nos Estados Unidos, o qual se desenvolveu com uso de SIG um mapa vivo do bairro, em que simula uma comunidade de pessoas, empresas e edifícios que continuamente arquiva seu crescimento. Metodologicamente, foram desenvolvidos e colocados em prática na comunidade dois aplicativos GIS: Mapa Vivo de *South of Market (SoMa)* e o mapa vivo desenvolvido, desde 1996, pela *South of Market Foundation (SOMF)*. O primeiro foi utilizado como base para controlar enobrecimento e o deslocamento de utilizações. O segundo sistema constituiu uma série de instrumentos baseados em SIG concebidos para ser usado por comerciantes, corretores e proprietários, podendo ajudar as pessoas a encontrar um espaço comercial, encontrar um emprego, ou organizar uma compra de cooperação com os comerciantes vizinhos. A primeira aplicação do mapa capacita grupos, que, de outro modo, poderiam ser privados de direitos, enquanto que o último reforça a economia local, facilitando as

transações entre a população local (PAKER, 1998).

No caso de SoMa, Paker (1998) descreve que um dos prestadores de serviços sem fins lucrativos desenvolveu um mapa vivo do bairro, ligando informações sobre edifícios, empresas e moradores para um mapa físico dinâmico. O mapa, por sua vez, tem sido uma ferramenta importante para ajudar na batalha contra a gentrificação da comunidade residencial descontrolada. Entre os resultados mais importantes do estudo, entrevistas revelaram que muitas empresas estavam começando a se mover, citando problemas com rendas crescentes e despejos, devido à construção, demolição e renovação em habitação no estilo *loft*.

Segundo Paker (1998), os mapas permitiram que as pessoas visualizassem informações complexas, os esforços voluntários de coleta de dados, com equipes de pessoas de ambos os lados mostrando a realidade. Em audiências públicas, em vez de reagir através da emoção, as pessoas apresentaram argumentos econômicos baseados em fatos inteligentes e bem informados.

Tal articulação forçou o Departamento de Planejamento a se envolver em seu próprio estudo muito rigoroso, utilizando a mesma metodologia usada pela comunidade: GIS. Em seguida, o departamento anunciou que haveria uma série de oficinas de planejamentos públicos para determinar onde deveriam ser criadas zonas de proteção industriais e de uso misto e bairros planejados. O Departamento de Planejamento fez o mapeamento e chegou às mesmas conclusões que a comunidade local. O deslocamento devido à gentrificação foi descoberto. Sem o GIS, este tipo de análise teria sido quase impossível de fazer (PAKER, 1998).

Já no caso de SOMF, foi criado um "guia de bairro *on-line*", um diretório local contendo e-mail e telefone comercial, o que permite que um usuário pesquise empresas específicas, produtos ou serviços dentro de uma determinada distância de um endereço específico (PAKER, 1998).

Foi realizada também uma "Cooperativa de compra *on-line*", que facilmente ajudou as empresas nas instalações de partilha, ou ainda, comprar produtos e/ou serviços de cada um em grandes quantidades, reduzindo custo e tempo para a entrega. Ocorreu também a publicação de trabalhos e de moradores que procuram emprego. Cada uma dessas aplicações, por sua vez, vai se tornar parte de um *website* global interativo para a *South of Market* comunidade. Para os que não têm computadores, o site estará disponível através de quiosques públicos localizados em todo bairro de SoMa. Como resultado final dessa pesquisa, evidenciou-se que o sistema de informação geográfica acrescenta uma dimensão para uma prática muito tradicional, interação libertadora e ajuda a produzir uma

escolha mais inteligente (PAKER, 1998).

Ambas as análises foram conduzidas por meio de observação e aplicação de entrevistas às comunidades investigadas, tendo em vista, perceber as potencialidades dos sistemas, comparando-os a fim de avaliar sua capacidade em mapear territórios, populações e espaços (PAKER, 1998).

Os achados de pesquisa de Paker (1998) demonstraram a eficiência que os GIS possuem, podendo ser utilizados como um valioso recurso de monitoramento das comunidades, contribuindo com as ações do Estado em melhorar as estruturas das comunidades, sobretudo daquelas que enfrentam problemas mais complexos quanto ao aproveitamento sustentável do espaço físico e social.

Assim, conforme relatado por Paker (1998), desde o início da iniciativa, em 1997, o Governo Federal tem percebido que, é uma ferramenta nacional eficaz de desenvolvimento econômico. Ele deve primeiro iniciar no nível da comunidade para ser inclusiva e trazer benefícios para a economia global. Um protótipo chamado a "próxima geração Cidades", usará o Sul da área do mercado como seu "campo de testes". Para fazer isso, surge uma parceria entre o governo local, a iniciativa privada e organizações sem fins lucrativos com base nos bairros.

É curioso destacar a contribuição de trabalho coletivo firmado entre governos e integrantes sociais e população em geral, integração essa conseguida por meio das novas tecnologias e dos estudos geográficos. Nas palavras de Parker (1998, p. 39, tradução nossa):

[...] as parcerias refletem uma quebra de paradigmas entre os desenvolvedores da comunidade, políticos locais, grandes corporações, pequenas empresas, proprietários de imóveis e residentes. As informações baseadas em localização, que não existiam até recentemente, estão alterando fundamentalmente as relações e funções que as pessoas desempenham na economia local. Esta nova forma de comportamento, por sua vez, pode ajudar a nos mover em direção mais sustentável a padrões de desenvolvimento inteligentes (PAKER, 1998, p. 39).

Não resta dúvida de que, o mapa bairro vivo possui um grande potencial no desenvolvimento de comunidades em uma era da crescente globalização econômica e da internet (PAKER, 1998). O autor também conclui que, talvez o mais intrigante, no entanto, é o potencial de colaboração e parcerias entre os indivíduos e entidades que trabalharam de forma totalmente independente um do outro e, muitas vezes, em desacordo. Mas, após reflexão, superando a desconfiança e conhecendo mais de um terreno comum para debater e construir novos conhecimentos vê-se a própria definição de democracia sendo colocada em prática.

A experiência com o mapa vivo do SoMa, relatado por Parker (1998), interessa a este trabalho por chamar a atenção para a importância de acompanhamento dos processos que as decisões, mesmo sendo participativas, como a alteração/melhoria na circulação dos bairros, podem desencadear em outros processos, tais como valorização dos terrenos, gentrificação e mudanças no conteúdo social.

O quarto exemplo a ser analisado refere-se aos chamados mapas situacionais, definidos como um recurso para registro da diversidade das situações sociais. Esses mapas, segundo Almeida (2005, apud LIMA e COSTA, 2012), mostram situações contingentes, concretas e reveladoras de um determinado momento, passível de alteração e chamam a atenção para um processo de afirmação étnica e identitária, a partir de realidades localizadas e processos sociais. Esses mapas respeitam as habilidades individuais e o domínio dos conhecimentos sobre a alfabetização cartográfica.

O estudo realizado por Lima e Costa (2012) diz respeito à representação social do território por crianças (seis a dez anos) e adolescentes (11 a 17 anos) dos municípios de Abaetetuba, Cametá, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru e Igarapé Miri, todos localizados no Baixo Rio Tocantins, região atingida pela Barragem da Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará.

No estudo de Lima e Costa (2012), a metodologia foi composta por observação, através de oficinas, na qual a ênfase foi dada aos símbolos produzidos para a legenda do mapa, que carregam consigo um conjunto de significados construídos pela peculiaridade individual e pela própria subjetividade coletiva. Nas oficinas, o recurso da oralidade, registrado paralelamente à apresentação do mapa situacional, permitiu aos jovens expressarem os seus desejos, as emoções pelas atividades lúdicas, assim como as suas angústias ou medos. Atente-se para as intervenções do pesquisador que instiga os jovens sobre a importância dos símbolos no contexto da comunidade (LIMA e COSTA, 2012).

Durante as oficinas, os mediadores intervieram o mínimo possível no rendimento dos integrantes, uma vez que o objetivo maior da pesquisa era produzir um mapa sustentando-se na percepção dos usuários.

A condução das oficinas realizadas pelos autores, na tentativa de elaborar um mapa situacional, do ponto de vista técnico, considerou quatro etapas processuais, que são: produção de croquis, georeferenciamento dos elementos socioculturais, adaptação gráfica dos croquis e confecção final do mapa.

Na etapa de georeferenciamento, os jovens eram auxiliados pelos pesquisadores no processo de marcação dos pontos (coordenadas geográficas), nos quais, durante a seleção de cada ponto, eram orientados sobre a forma correta de usar o GPS; logo após, dados foram lançados no programa *Trackmaker*, para identificar e renomear a localização

dos pontos, assim como digitalizar as trilhas percorridas sobre a base cartográfica do município de Abaetetuba. Na etapa seguinte

“[...] os desenhos foram digitalizados e vetorizados, a partir do programa Corel-Draw 5X, com o objetivo de realçar os traços e as cores, garantindo o formato original dos desenhos, além de melhorar a resolução da imagem no mapa digital e na impressão gráfica, sendo essa fase caracterizada pelo ato de comparar as informações trabalhadas nos croquis com a prova do mapa situacional” (LIMA e COSTA, 2012, p. 91).

Por fim, após as observações, os experimentos e a construção dos objetos cartográficos, o estudo levantou algumas considerações. Segundo os autores, enquanto que o mapeamento na Cartografia Social é fruto do protagonismo social das identidades coletivas que ao fornecerem a descrição possível da realidade física e social do território, fazem com que eles se reconheçam e se sintam apoderados politicamente do mapa produzido. Realizaram a árvore dos desejos em que cada folha colocaram seus sonhos futuros a serem realizados na comunidade.

Constatou-se, por meio dos produtos cartográficos produzidos pelas crianças e adolescentes, que esses instrumentos tornam-se então aliados das comunidades da região, principalmente, no processo de reivindicação de direitos sociais, pois “[...]esses materiais ganham importância documental e política, à medida que são utilizados como “cartão de visita” nas instituições governamentais” (LIMA e COSTA, 2012, p. 89).

Os autores refletem ao final da pesquisa, acerca da contribuição e da expansão da cartografia, extravasando ela os objetivos puramente de medição, mas como uma ferramenta que intervém no meio social e físico, tendo em vista viabilizar melhorias para as comunidades que habitam diferentes localidades.

Assim, discute-se que a Cartografia Social, seja no enfrentamento político ou como recurso escolar, parece estar contribuindo para uma mudança de foco no olhar tradicional dos usuários de mapas, cuja percepção equivocada, praticamente se limitava a, simplesmente, localizar pontos ou fenômenos no espaço geográfico. Hoje, o uso da Cartografia Social pelos movimentos sociais tem se firmado na capacidade de instrumentalizar a contra argumentação política (LIMA e COSTA, 2012).

Os autores discursam a respeito da contribuição da cartografia, especialmente dos mapas situacionais, podendo eles funcionar como facilitadores da democratização ao conhecimento e da participação das comunidades na tentativa de reconstruir os espaços com base em necessidades específicas e demandadas. Logo, segundo os referidos autores, é de se afirmar com exatidão que, a partir do uso dos mapas situacionais que ganham força a cada dia, o que se conclui, é a ascensão e democratização dos

conhecimentos cartográficos a serviço dos interesses dos movimentos sociais, como instrumentos de reivindicação de políticas públicas, de planejamento e de base para a autogestão territorial.

Por fim, o estudo de Silva (2014) apresenta o mapeamento participativo com foco na mobilidade urbana do Morro da Providência, no centro do Rio de Janeiro. Utilizando-se de pesquisa de campo, conduzida por técnicas de observação e entrevistas, a autora propôs melhorias na infraestrutura da localidade, permitindo uma maior interação entre a favela e os demais espaços da cidade.

Em muitas das favelas brasileiras, conforme explanado por Silva (2014, p. 37), a alta densidade populacional, aliada à estrutura orgânica, com vias estreitas e becos, dificulta a instalação de um sistema viário adequado à chegada dos serviços, como caminhão de lixo, ambulâncias. Essa autora menciona que a inexistência de mapeamento, identificação e reconhecimento de logradouros também funciona como um obstáculo à criação de um plano de circulação viária, localização das demandas por serviços e a efetivação das entregas de correios e mercadorias aos moradores (SILVA, 2014, p.37).

A integração urbana deve constituir o objeto das políticas públicas direcionadas às favelas e se refere à dissolução de fronteiras físicas e simbólicas entre as favelas e o resto da cidade. Para que essa integração ocorra é necessário rever o papel ou conceito atribuído a essas comunidades, ou seja, “[...] ao invés de vê-la como um ‘problema’, cabe reconhecer suas potencialidades, apreender de forma densa a complexa dinâmica de vida de seus moradores e as formas como eles exercitam sua cidadania” (SILVA, 2014, p. 42).

De acordo com Silva (2014), a mobilidade se refere tanto ao ato de deslocar-se de um lugar a outro utilizando algum modo de transporte ou a pé, como também a comunicação e o acesso a pessoas, produtos e serviços de uma localidade. A autora destaca que apesar de a mobilidade urbana se constituir em um elemento fundamental para o acesso às oportunidades de trabalho, lazer, estudo etc., observa-se uma insuficiência de ações do Poder Público em garanti-la nas áreas de favela, tendo em vista, por exemplo, a falta de investimentos em sistemas de transporte público nessas áreas, que têm, muitas vezes, como única alternativa, o transporte informal (kombis, cabritinhos, vans, moto-táxis), frequentemente, comandado por grupos criminosos e com excesso de poder, e sem uma regularidade, segurança e qualidade adequadas.

Muitos indivíduos sofrem os impactos de limitações específicas impostos e são prejudicados quando não lhes são oferecidas as condições básicas de sobrevivência no ambiente urbano. A acessibilidade é uma dessas limitações; destaca-se como um fator

preocupante, já que se deve considerar que um número expressivo de pessoas, principalmente idosos, obesos, crianças e portadores de necessidades especiais, encontram dificuldades, por vezes intransponíveis, para se locomover (SILVA, 2014).

É preciso considerar que a elaboração de políticas públicas, obviamente, não representará uma atividade serena, sobretudo pelos problemas adversos existentes na ambiência da favela. Logo, caberá ao Poder Público, quando intervier na gestão de políticas públicas, considerar as complexidades existentes no espaço da favela. Segundo Silva (2014, p. 145), esses espaços urbanos

“[...] demandam soluções técnicas específicas e distintas das convencionais, tendo em vista a sua diversidade em relação a adensamento, topografia, desordenamento espacial formal, espaços livres exíguos, autoconstrução e improviso de materiais e técnicas para as moradias, diversidade de usos do espaço público e privado, níveis de organização comunitária, condições socioeconômicas das favelas e controle armado do território” (SILVA, 2014, p.145).

No entendimento de Silva (2014, p. 147), “[...] mesmo que se estabeleçam parâmetros mínimos de urbanização, o padrão pós-intervenção poderá ser ainda precário se comparado ao entorno, dificultando a incorporação da favela à malha urbana da cidade”.

Através de estudo de observação e entrevistas aos moradores do Morro da Providência, Silva (2014) detectou muitos problemas existentes na referida favela e que se repetem entre as favelas brasileiras. Assim, a partir de monitoramento realizado no Morro da Providência por meio de visitas técnicas, observou-se:

- 1) ausência de um diagnóstico prévio sobre as demandas em termos de mobilidade urbana na comunidade;
- 2) um planejamento pouco articulado entre os entes dos diversos âmbitos de governo;
- 3) falta de detalhamento das intervenções e ausência de transparência quanto aos cronogramas e recursos investidos, dificultando o acompanhamento por parte dos moradores e o controle social;
- 4) processos de reassentamentos controversos;
- 5) não conclusão e falta de qualidade das obras;
- 6) falta de participação comunitária em todas as fases do projeto; e, por fim,
- 7) gentrificação, suscedendo-se um processo de especulação fundiária e imobiliária que elevou o preço dos terrenos disponíveis.

O trabalho de Silva (2014) é particularmente relevante a esta pesquisa, pois, ainda que não discuta diretamente os procedimentos de elaboração de mapeamento participativo, aponta preocupações (acima numeradas) importantes a incorporar na metodologia de mapeamento participativo sobre mobilidade.

1.3. Elementos para a construção de metodologia de mapeamentos participativos

O mapeamento participativo, como visto, implica no reconhecimento da experiência direta de populações locais como uma fonte importante e essencial de produção de conhecimento. Trazendo o conhecimento local para o cerne da reflexão e debate acadêmico, assume-se que o método científico produz conhecimento parcial e que não é a única fonte de informação consistente, válida e confiável (DICKENS, 2002 apud SYDENSTRICKER NETO, 2008), a chamada “tecnologia social”, cada vez mais estudada, conhecida e aplicada mundialmente. Assim, o importante é “traduzir conhecimento em ação, ou seja, passar do campo da pesquisa ou da simples produção de informação para o terreno da aplicação dos resultados obtidos a situações concretas. Aplicar conhecimento gerado a uma dada realidade” (SYDENSTRICKER NETO, 2008, p. 79).

Nesse contexto, muitos dilemas e preocupações surgem. A ética se destaca como motivo de estudos e debates por profissionais, que a definem da seguinte forma no mapeamento participativo: “a ética é constituída de normas de conduta e exercício profissional e no respeito às normas de condutas tradicionais dos grupos dos que participam do processo de mapeamento participativo” (ACSELRAD, 2013, p.3).

Conforme afirma o autor citado acima, na atividade de mapeamento participativo não existe um protocolo para o consentimento informado. Esse representa uma demanda da comunidade, um processo em que as pessoas participam da construção, e que servirá de apoio para suas reivindicações. Dessa forma, é responsabilidade do facilitador fazer com que ocorra um processo aberto, voluntário e verdadeiro que pode e deve ser registrado em documentos.

Assim,

Uma prática participativa pode esconder preconceitos que acabam por favorecer os mais poderosos e dificultam a articulação dos membros da comunidade. Por isso ao falar de participação, deve-se ter claro quem e como participa, e, se a participação é uma ferramenta para fortalecimento e autonomia ou uma nova palavra para coerção ou convencimento (ACSELRAD, 2013, p. 5).

Rambaldi et al. (2006b), preocupados com a ética na prática do SIGP, elaboraram um quadro com base em fontes diversas, a partir das perguntas “Quem?” e “De quem?” aplicadas às várias fases do mapeamento participativo, que são: planejamento, processo de mapeamento, controle, revelação e eliminação das informações resultantes e resultados. Esse quadro, além de trabalhar com questões de fundo ético, também instrui o processo de construção metodológica desse trabalho (quadro 1).

Quadro 1 – Compilação das questões “Quem?” e “De quem?”, realizada por Rambaldi et al. (2006b), a partir de diferentes fontes

FASE I	FASE II	FASE III	POR ÚLTIMO....
Planejamento	O processo de mapeamento	Controle, revelação e eliminação das informações resultantes	O que mudou? Quem se beneficia das mudanças? A custa de quem?
Quem participa?	A voz de quem é importante? Quem controla o processo?	Quem é dono do resultado?	Quem ganha e quem perde?
Quem decide quem deveria participar?	Quem decide o que é importante?	Quem é dono do(s) mapa(s)?	A quem se dá poder e quem é destituído do poder?
Quem participa no mapeamento de quem? ... e quem é omitido?	Quem decide, e quem deve decidir, o que deve ser visualizado e publicado?	Quem é dono dos dados resultantes?	
Quem identifica o problema?	Quem tem acesso visual e tátil?	O que fica com as pessoas que geraram as informações e compartilharam seus conhecimentos?	
Problemas de quem?	Quem controla o uso de informações?	Quem guarda a produção física e providencia regularmente sua atualização?	
Perguntas de quem?	E quem está marginalizado?	Análise e uso de quem?	
Perspectiva de quem? ... e problemas, perguntas e perspectivas de quem são omitidas?	Realidade de quem? E quem entende?	Quem analisa as informações geográficas coletadas?	
	A realidade de quem é expressa?		
	O conhecimento, as categorias, as percepções de quem?	Quem as usará e para quê?	
	A verdade e a lógica de quem?	E quem não pode acessar ou usá-las?	
	A percepção de espaço e a concepção de limite de quem (se existir)?		
	A linguagem geográfica (visual) de quem?		
	A legenda de mapa de quem?		
	Quem está informado do que está no mapa? (Transparência)		
	Quem entende o produto físico? E quem não o entende?		
	E a realidade de quem está omitida?		

Fonte: Rambaldi et al. (2006b, p. 108). Traduzida e adaptada pela autora (2015).

As perguntas elencadas no quadro 1 foram construídas visando estabelecer parâmetros éticos em relação às informações, às participações e às decisões tomadas, de modo a evitar distorções e manipulações para que o sistema trabalhe de forma transparente e em prol da coletividade, visando o bem-comum e não o auxílio a minorias e a interesses próprios.

Name e Nacif (2013), ao se referirem às práticas de mapeamento participativo em áreas urbanas, compartilham as preocupações de Rambaldi et al. (2006b), ao afirmarem que “para quem mapear, o que de fato é interesse coletivo e o que interessa aos grupos participantes [deve-se] revelar, como instrumento de disputa territorial, ou esconder como tática de avanço no direito à cidade” (NAME e NASCIF, 2013, não paginado).

Esses autores ainda destacam que em sentido mais amplo, qualquer iniciativa de analisar e mapear a diversidade territorial requer entender o que está em jogo nas diversas situações existentes. Para os autores, é preciso não perder a relação particular-geral e singular-universal, uma vez que o processo participativo comunitário (aí incluída a produção de mapas e o empoderamento de grupos por meio dos mesmos) deve ser conduzido de forma processual (em etapas), sem regras e roteiros pré-estabelecidos:

“[...] cada caso constrói o método, tem um caminho a seguir, precisa de um tipo de mapeamento e mapas participativos e que só assim ampliam-se de fato as possibilidades de oferecer instrumentos de inclusão e resistência – de usar e criar, portanto, práticas que enfrentem a diacronia das trajetórias e que se afastem da sincronia autoritária imposta ao espaço pela cartografia tradicional. E se representar o território é também construí-lo, à prática participativa deve estar incluída a possibilidade de transformação não só de quem é mobilizado a participar, mas também das técnicas e dos próprios técnicos” (NAME; NASCIF, 2013, não paginado).

Cada caminho construído tem implicações no papel dos envolvidos, de acordo com o tipo de participação praticada. Arnstein (1969), objetivando dar visibilidade às diferentes formas e participação, criou uma ordenação, em forma de escada, situando no nível inferior a manipulação dos sujeitos, indicando que não há uma participação propriamente dita e no topo da escada os cidadãos teriam controle completo do processo. A concepção que norteia a construção dessa escada é a defesa ao direito de autodeterminação, com transferência crescente das formas de controle, acesso e posse de conhecimento e bens materiais que possam ter implicações para o bem comum e benefícios a ele ligados. Chambers (2006) reconstruiu, a partir de bibliografias e de experiências realizadas sob o rótulo de mapeamentos participativos o quadro que denominou “escada de participação com papéis e responsabilidades” (quadro 2).

Quadro 2 - Escada de participação com os papéis e responsabilidades, proposta por Chambers (2006)

	Objetivos do agente externo	Regras e relações		Ações		Autoria/ propriedade
		Do agente externo	Da população local	Do agente externo	Da população local	
Totalitário	Controle político estatal	Ditador	Escravo	Comando ↑ ↓ Apoio	Obediência ↑ ↓ Iniciativa	Do agente externo ↑ ↓ Da população local
Nominal	Legitimação cosmética	Manipulador	Fantoche			
Extrativo	Obtenção de conhecimento local para melhorar o planejamento	Pesquisador/ planejador	Informante			
Induzido	Ampliação de ações por meio de incentivos materiais	Empregador	Trabalhador			
Consultivo/ Instrumental	Aumento de efetividade e de eficiência	Economizador racional	Colaborador			
Parceria	Partilha de responsabilidade e de poder	Parceiro	Parceiro			
Transformativo	Facilitar o desenvolvimento sustentável pela população local	Facilitador/ catalisador	Analista/ator/ agente			
Auto-mobilizador	Apoio a ações espontâneas	Apoiador	Protagonista/ controlador			

Fonte: Rambaldi et al. (2006b, p. 108). Traduzida e adaptada pela autora (2015).

Conforme pode ser observado no quadro 2, a participação pode variar desde uma simples atuação como um mero personagem figurante, em que a população apenas obedece e o agente externo possui todo o controle, até uma participação em que a população é auto mobilizadora e controla o processo. O facilitador ou agente externo, nesse caso, funciona apenas como apoiador. Deve-se ressaltar que cada comunidade tem suas necessidades e variações específicas. “É importante definir quem deve participar, em que fase do projeto um determinado grupo ou indivíduo deve ser chamado a participar e, finalmente, a que objetivo específico essa participação atende” (SYDENSTRICKER NETO, 2008, p.82).

Para McCALL e Dunn (2012, apud ROQUETE, 2015), a “escada de participação” não implica, porém, que a intensidade máxima (máxima participação) deve ser sempre almejada, mas deve ser apropriada às tarefas, competências e relações específicas entre atores.

Cargo e Mercer (2008, apud SYDENSTRICKER NETO, 2008, p.82), ao abordarem a questão da participação, identificaram as seguintes razões para os diferentes níveis e momentos de se inserir no processo: “especialidade ou competência (expertise), acesso a recursos e informações, interesse e habilidade de representar potenciais usuários, beneficiários e outros indivíduos com algum tipo de interesse (*stakeholders*)”.

A participação de acadêmicos em projetos participativos justifica-se por várias razões como, por exemplo, fornecer o suporte teórico que fundamenta o projeto, conduzir as metodologias específicas, trabalhar sobre problemas específicos “[...] que exigem algum conhecimento mais rigoroso ou aprofundado, [traduzindo] conceitos abstratos em procedimentos concretos, e agir como facilitador e gerenciador de rotinas que mobilizem os envolvidos” (SYDENSTRICKER NETO, 2008, p.83). Devido à especialização cada vez maior em todas as profissões, o ideal para que a conclusão do projeto seja a mais satisfatória possível é o trabalho de uma equipe multidisciplinar envolvida.

Para o envolvimento de não acadêmicos temos diversos motivos considerando que em qualquer comunidade existem várias partes interessadas, com diferentes conceitos, vivências, níveis econômicos e objetivos. As relações de poder também aparecem nesse contexto interno e podem influenciar as decisões finais. Entender a qualificação da participação e as relações entre esses atores contribuem para identificar um denominador comum e concluir com sucesso o processo de mapeamento participativo. Dentre essas relações, podemos citar, como exemplo, as divisões religiosas, a cultura, o grau de parentesco, a atividade econômica desenvolvida e outros. Para que esse entendimento ocorra mais adequadamente, Acselrad (2013) aponta que o ideal é que seja feito um

estudo etnográfico da comunidade. Em nosso entendimento, conforme será apresentado adiante, importa também considerar os elementos do espaço, formulados por Milton Santos (2008).

Cargo e Mercer (2008, apud SYDENSTRICKER NETO, 2008) corroboram com a ideia da participação coletiva e citam alguns pontos, tais como: ser cliente, usuário ou beneficiário direto, integrar a rede interpessoal e/ou social mais próxima, ser parte do público em geral, ou ser parte do grupo de indivíduos que atua em algum nível na operacionalização administrativa ou política de um dado programa. As visões diferentes de atores internos por si só já justifica a participação que enriquece e complementa um ao outro. Esses autores também sugerem questões que ajudam a definir qual é a melhor combinação de participação de colaboradores, mencionando como principais,

“[...] os valores que embasam o projeto, os resultados esperados, a implementação do projeto, a utilização ou aplicação adequada dos resultados do projeto, incluindo a continuidade e sustentabilidade de ações e, finalmente, a legitimidade do processo como um todo” (CARGO e MERCER, 2008 apud SYDENSTRICKER NETO, 2008, p. 83).

Sydenstricker Neto (2008) ainda aponta sugestões para que a participação se estabeleça e o resultado seja o esperado, como:

“[...] identificação e engajamento dos participantes, formalização das parcerias, mobilização e envolvimento efetivo dos indivíduos em atividades concretas para executar o projeto e sustentar a parceria e colaboração até o final do projeto. Em paralelo e em consonância com essas atividades, ocorrem monitoramento, avaliação e os necessários ajustes de conduta para o bom andamento do projeto proposto” (SYDENSTRICKER NETO, 2008, p.84).

1.4. Elementos do espaço: aporte para o mapeamento participativo

O mapeamento participativo, conforme analisado, requer uma negociação entre os atores e, desta forma, ainda que seja um objeto técnico, é também um agente da produção do espaço. Por essa razão, consideramos importante entender os elementos do espaço, conforme proposto por Milton Santos, visando sua incorporação na metodologia de mapeamento participativo.

Santos (2008) ressalta que o espaço socialmente produzido pode ser considerado do ponto de vista político como espaço geográfico, por se tratar de um lugar de coexistência, constituído por diferentes elementos da sociedade. Para ele, a diversidade de elementos e atores sociais que se relacionam de forma a produzir o espaço impõe que este seja considerado em sua totalidade. Adverte também sobre a possibilidade de dividi-lo para sua análise. Aponta que para isso, alguns critérios metodológicos devem ser

considerados, como perfil da comunidade, a realidade social/cultural da população, dentre outros, com destaque especial para os elementos do espaço.

De acordo com Santos (2002), o interesse é captar como a sociedade escreve a sua história e como o espaço a influencia. “São os fatos referentes à gênese, ao funcionamento e evolução do espaço que nos interessam em primeiro lugar” (SANTOS, 2002, p.147). O espaço, enquanto estrutura da sociedade, tem poder explicativo sobre ela, por ser capaz de agir e reagir sobre as demais estruturas da sociedade e sobre essa como um todo (SANTOS, 2008).

Oliva (2001) destaca o cuidado que se deve ter com a expressão “espaço social“, por estar sujeita a empreendimentos diversos e também contraditórios. Argumenta que a expressão passa a ideia de que o espaço é anterior à sociedade e defende que seja entendido como componente social.

“Ora, um espaço produzido pela sociedade não pode em termos lógicos, ser anterior a ela. Logo este espaço é construído pela sociedade, para seu funcionamento, e desde já, pelo menos neste sentido faz parte da sociedade” (OLIVA, 2001, p.28).

Oliva (2001) também defende a ideia de espaço como parte da sociedade, com legitimidade cognitiva, no mesmo patamar que a economia e a política. Ressalta ainda que esse pensamento causa estranheza não só nas ciências em geral, mas também em alguns profissionais da Geografia. A partir dessa reflexão proposta pelo autor, é possível compreender o espaço enquanto parte ou elemento da sociedade.

Estrutura, forma, processo e função são definidos como categorias do método geográfico de acordo com Santos (2008), sendo “a forma” o aspecto visível de algo, “um padrão”, a função “[...] a tarefa ou atividade esperada de uma forma”, enquanto que estrutura “[...] é o modo como as coisas se organizam”, e processo “[...] uma ação contínua que age e reage sobre os conteúdos do espaço”. O ato de produzir, segundo o autor, é igualmente o ato de produzir espaço. Produção essa que pode ser entendida como “[...] utilização consciente dos instrumentos de trabalho, com um objetivo definido, que é o objetivo de alcançar um resultado pré-estabelecido” (SANTOS, 2002, p. 202).

“O espaço sempre foi o *locus* da produção. A ideia de produção supõe a ideia de lugar. Sem produção não há lugar e vice-versa. Mas, o processo direto da produção, é, mais que as outras instâncias produtivas (circulação, repartição, consumo), tributário de um espaço determinado de território, [...] organizado por uma fração da sociedade para o exercício de uma forma particular de produção” (SANTOS, 2008, p.81).

A ideia de totalidade do espaço proposta por Santos (2008) é também discutida por Steinberger (2006), que afirma que essa proposta comporta um novo patamar de análise,

o qual permite apreender o espaço como o ambiente universal inserido na sociedade global. Apreende-se que esse elemento compreende o espaço total inserido na sociedade total. Para Santos (2012a):

“A totalidade é a realidade em sua integridade [...] A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens em sua realidade, isto é, em suas relações e em seu movimento. [...] o processo histórico é um processo de complexificação. Desse modo a complexidade se vai fazendo mais densa, mais complexa. [...] Toda totalidade é incompleta porque está sempre buscando totalizar-se” (SANTOS, 2012a, p. 116-119).

Portanto, em uma análise espacial, devem-se considerar todos os elementos do espaço agindo conjuntamente. Assim,

“A análise dos elementos como parte do processo de produção do espaço não poderá ser entendida se não for acompanhada do contexto social, o espaço é uma aglutinação de forma e conteúdo, e estes não se dão de forma igualitária nos lugares” (SALAROLI, 2013, p. 45).

Considerando que ocorre uma diversidade de elementos e de atores envolvidos no mapeamento participativo, como o Estado e a comunidade, representada pela sociedade civil organizada em ONGs, associações civis, sindicatos, centros comunitários de bairros, movimentos sociais etc., para facilitar a análise do espaço, vamos dividi-lo segundo alguns critérios metodológicos, apontados por Santos (2008). Segundo esse autor, o espaço é constituído por cinco elementos, os chamados “elementos do espaço”, que são: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas.

Os **homens** (seres humanos) constituem as pessoas da comunidade que produzem e as que não produzem, mas que demandam trabalho, como crianças e idosos. Nas palavras de Santos (1987, p. 81):

“Homens que tiveram a mesma formação e que têm as mesmas virtualidades, mas estão situados em lugares diferentes não tem a mesma condição como produtores, como consumidores e até mesmo como cidadãos. Dessa forma, cada lugar atribui a cada elemento constituinte do espaço um valor particular”.

É importante considerar que, mesmo aqueles sujeitos que não exercem, por qualquer motivo, uma atividade ativa na sociedade, de modo a não contribuir com o processo produtivo, também se inserem nessa categoria apresentada por Santos (2008). O que os caracteriza como elemento do espaço social não seria, segundo Santos (2008), a contribuição com o processo produtivo, mas sim, a demanda que esse indivíduo exerce de um certo tipo de trabalho a outros. Esses diversos tipos de trabalho e de demanda são a base de uma classificação do elemento homem na caracterização de um dado espaço (SANTOS, 1987).

As **firmas**, segundo Santos (2008), produzem bens, serviços e ideias para a manutenção do sistema de produção capitalista. Uma forma presente na produção do espaço para a sobrevivência é o emprego, o qual através da produção do trabalhador permite a remuneração que paga suas despesas. Além do mais, as firmas em alguns casos tornam-se parceiras do Estado e/ou de outras instituições no planejamento e execução de ações (SANTOS, 2008).

As **instituições** são os mecanismos da sociedade na produção de “normas, ordens e legitimações” (SANTOS, 2008, p.17). Nos países onde funciona o capitalismo monopolista de Estado as firmas se assemelham a instituições como salienta Santos (2012a, p. 35). Exemplifica-se com a forma de atuação das multinacionais e das grandes corporações que impõem regras internas de funcionamento, mas intervêm na criação de normas sociais que interferem até na própria economia. As funções das firmas e das instituições acabam se confundindo e se entrelaçando.

Relacionando o elemento firmas com instituições, Santos (2008, p. 16) explica que:

“A demanda de cada indivíduo como membro da sociedade total é respondida em parte pelas firmas e em parte pelas instituições. As firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e idéias. As instituições por seu turno produzem normas, ordens e legitimações”.

O **meio ecológico** é a base estruturante da reprodução da vida, é um elemento que transforma coisas em objetos (SANTOS, 2012b). E, ainda, para o referido autor, o meio ecológico é o grupo de territórios que sustenta o trabalho humano. A expressão “meio ecológico”, em linhas gerais, não significa natureza selvagem ou natureza cósmica; significa a natureza já modificada.

Além disso, o meio ecológico sofre transformações à medida que o ser humano intervém sobre ele, modificando suas características naturais. É através das relações sociais e do crescimento das sociedades que o meio ecológico passa a ser impactado através da força produtiva e transformadora do homem. Assim, “a natureza primeira, como sinônimo de natureza natural, só existiu até o momento imediatamente anterior àquele em que o homem se transformou em homem social, através da produção social” (SANTOS, 2008, p. 8).

A intervenção humana sobre o meio natural representa um grande fator a ser considerado quando se estuda o espaço geográfico da atualidade, sobretudo com as transformações acirradas oriundas da utilização de modernas tecnologias. Conforme discorre Santos (2008, p. 8), é a partir da ação humana sobre o espaço geográfico que tudo o que consideramos como natureza primeira já foi transformada. Esse processo de

transformação, contínuo e progressivo, “[...] constitui uma mudança qualitativa fundamental nos dias atuais. E na medida em que o trabalho humano tem como base a ciência e a técnica, tornou-se por isso mesmo a historicização da tecnologia”.

As **infraestruturas** são o trabalho materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos etc. No entendimento de Santos (2008), o espaço está em evolução permanente. Tal evolução resulta da ação de fatores externos e de fatores internos. Abertura de novas vias de acesso, a chegada de novos capitais ou a imposição de novas regras (preço, moeda, impostos, etc.) levam a mudanças espaciais, do mesmo modo que a evolução "normal" das próprias estruturas, isto é, sua evolução interna conduz igualmente a uma evolução.

Casa, edifício, loteamento e bairro estão sempre mudando de valor relativo dentro da área onde se situam, mudança que não é homogênea para todos e cuja explicação se encontra fora de cada um desses objetos e só pode ser encontrada na totalidade de relações que comandam uma área bem mais vasta. Assim também é com os homens, as firmas e as instituições (SANTOS, 2008).

Milton Santos defende que o mais importante no contexto do espaço geográfico é o fato de que “[...] a cada momento histórico cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser medido na sua relação com os demais elementos e com o todo” (SANTOS, 2008, p. 9).

Os elementos do espaço, conforme apresentados, fornecem parâmetros importantes para todas as etapas do mapeamento participativo.

1.5. Esboço metodológico preliminar para o mapeamento participativo

Considerando a revisão de literatura realizada, investiu-se na construção de um esboço metodológico preliminar para o mapeamento participativo. Esse esboço foi inspirado na pesquisa de Pereira (2009), que propôs procedimento metodológico participativo para priorização de alternativas locais para configuração de barramentos (MPPAL-CB) (figura 2). O contexto pesquisado por essa autora refere-se à gestão de recursos hídricos, em que a localização de barramentos deve ser pensada para garantir o acesso à água para diferentes atores sociais.

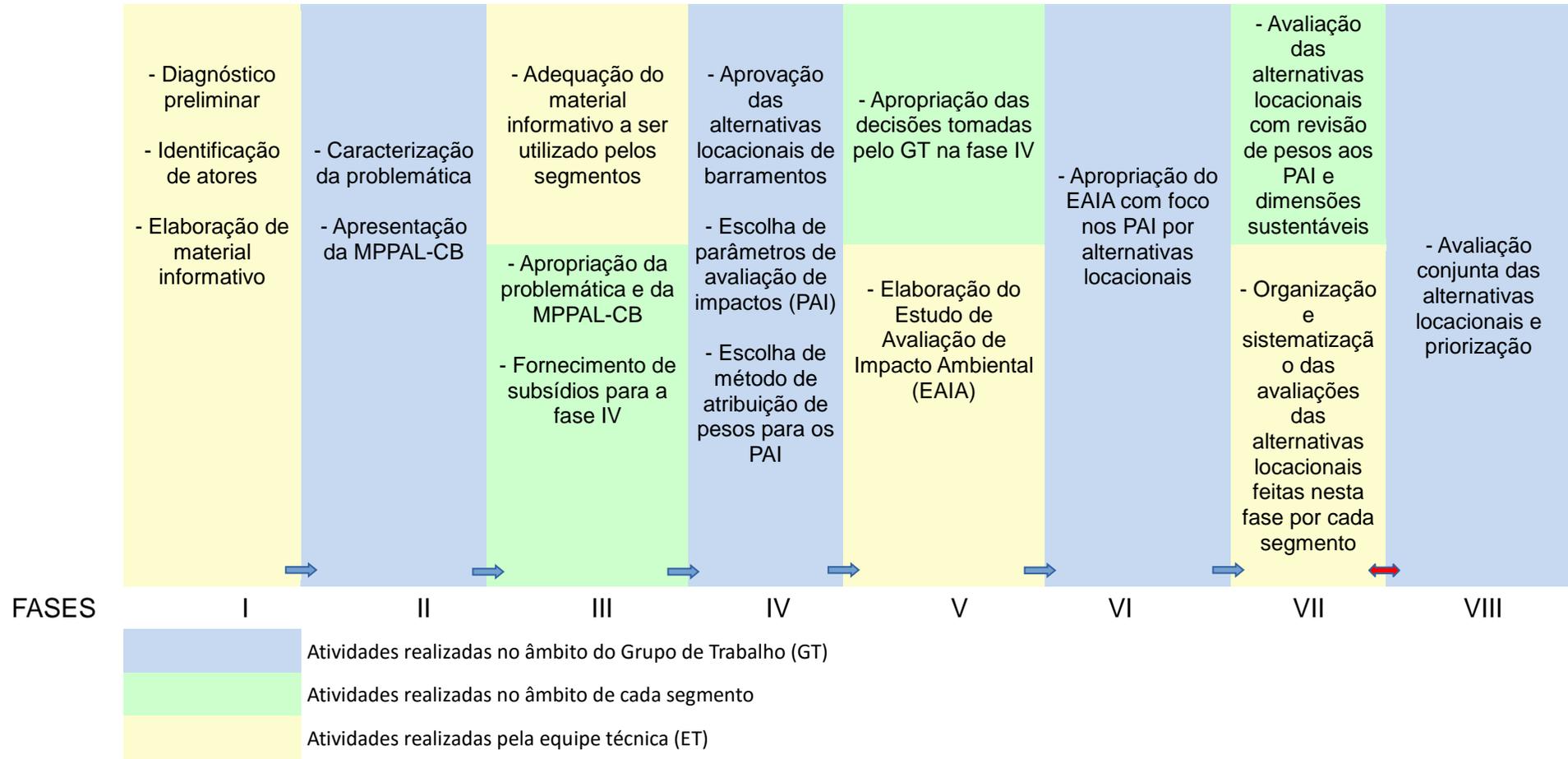


Figura 3 - Fases do procedimento metodológico participativo para priorização de alternativas locais para configuração de barramentos (MPPAL-CB)
 Fonte: Pereira (2009).

O modelo proposto por Pereira (2009) estabelece fases distintas do processo, demonstrando o conjunto de atividades que precedem a tomada de decisão, bem como distingue as atribuições e/ou momentos da participação de grupos de pessoas. Esses grupos são: equipe técnica, grupo de trabalho e segmentos. A equipe técnica é formada por especialistas e técnicos responsáveis pelos levantamentos, estudos de viabilidade e outras informações relevantes para embasar tecnicamente as decisões. Esse grupo é eminentemente executivo. O grupo de trabalho é formado por atores heterogêneos (*stakeholders*) tendo em sua composição representantes de todas as forças sociais interessadas na temática.

O grupo de trabalho é o grupo que traça as ações estratégicas da metodologia, atuando na mobilização dos segmentos e toma as decisões. Por fim, os segmentos, no caso do modelo apresentado, significam os segmentos previstos na legislação de recursos hídricos (usuários, Poder Público e sociedade civil organizada). Cada um desses segmentos possui distintos interesses e é no grupo de trabalho que esses interesses são apresentados e negociados. Deve-se atentar para a questão da representatividade no grupo de trabalho, pois as decisões impactarão a todos. Todas as regras (quem vota, quem e como representa, quem tem acento no grupo de trabalho, qual será a equipe técnica) devem ser previamente conhecidas e aceitas pelos envolvidos, de modo a garantir a legitimidade do processo.

O modelo de Pereira (2009), ainda que não se refira diretamente ao mapeamento participativo, mas sim à análise participativa multicriterial, auxiliou a compor uma proposta preliminar para mapeamento participativo, conforme expresso na figura 3, por demonstrar que as metodologias não precisam ser engessadas e devem ter parâmetros a serem seguidos como em uma receita de bolo. A receita para se fazer um bolo pode ser seguida, mas a pessoa que está executando pode alterar os ingredientes ou suas quantidades de acordo com a necessidade para atender ao produto final desejado pelas pessoas. A metodologia de mapeamento participativo funciona da mesma forma, com um passo a passo, mas com possibilidade de reavaliação, retornos às fases anteriores, readequações e mudanças de rumos para atender às características específicas de cada caso com um resultado final satisfatório a todos.

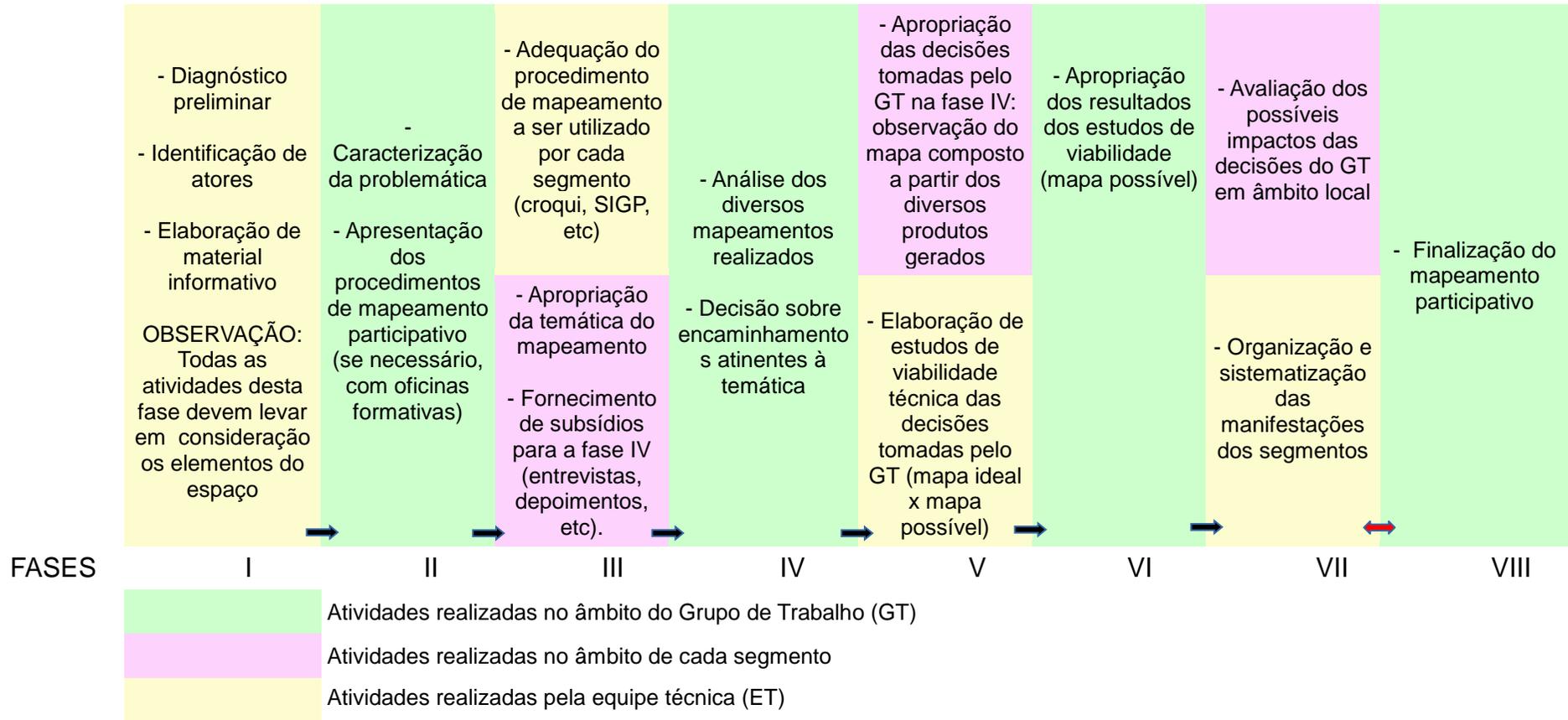


Figura 4 – Proposição preliminar de metodologia para mapeamento participativo visando tomadas de decisões, com base no modelo de Pereira (2009) Adaptação e organização da autora (2015).

CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA ÁREA FOCO DO ESTUDO

Neste capítulo são abordadas as características do bairro São Benedito e do “Território do Bem”. A ênfase foi dada aos elementos do espaço que configuram a realidade do referido bairro, lançando mão tanto de revisões bibliográficas como de depoimentos dos atores locais.

A região atualmente conhecida como “Território do Bem” teve suas origens a partir das primeiras ocupações no local que hoje configura o bairro São Benedito, localizado na parte alta do Morro Grande de Vitória (figura 5).



Figura 5 – Morro de Vitória conhecido como “Território do Bem”, com destaque ao bairro São Benedito, o ponto mais alto
Fonte: autora (2015).

As origens do bairro São Benedito remontam aos anos 1960, quando o terreno começou a ser ocupado, em grande parte, por imigrantes que vinham do interior do estado à procura de emprego na região metropolitana, principalmente com o crescimento industrial dessa década.

“Quando eu cheguei aqui, tinha uns gatos pingados morando nuns barracos de madeira, tinha também palafita, porque uns lugares aqui eram tudo brejo. As pessoas faziam muita força pra resistir por essas bandas. [...] Quando eu cheguei, só tinha a Ufes. Eu e o avô do Dito, a gente veio pra cá porque uma irmã disse que ia ser mais fácil conseguir um lugar pra morar” (CARTILHA NOSSA HISTÓRIA NOSSO BEM, 2009, p. 24).

Nessa época havia no que hoje é o bairro São Benedito poucas casas de madeira e a maior parte da área ainda conservava suas características naturais originais, conforme narrado por morador do local: “[...] era tipo uma floresta, um matagal bravo na

parte de cima e tudo alagado na parte de baixo. E a galera vinha lá do interior do Espírito Santo, Bahia, Minas, sei lá. Era tudo gente da roça, ou operário de obra, pouca gente prá muito morro” (CARTILHA NOSSA HISTÓRIA NOSSO BEM, 2009, p. 14).

Observa-se que a ocupação das áreas informais, geralmente, forma-se a partir da ocupação desordenada de terras abandonadas ou improdutivas que, muitas vezes, podem oferecer condições precárias de sobrevivência humana, além de representar risco para os ocupadores.

No contexto brasileiro, nota-se que o país, na atualidade, exibe uma infraestrutura urbana de alta carência habitacional e casas precárias construídas em áreas de risco. A urbanização das favelas só surge quando os políticos precisam de votos, a chamada indústria da favelização, alimentada por políticos que estimulam a formação de favelas e nelas desenvolvem as práticas assistencialistas, transformando-as em currais eleitorais.

No caso do “Território do Bem”, essa prática sempre esteve presente, sobretudo quando os bairros estavam se formando, com a presença de poucos moradores. Nos primeiros anos, a população que iniciou o processo de autoconstrução de suas moradias enfrentou diversos atritos com o governo municipal.

Mesmo sendo proibida a construção de barracos no “Território do Bem”, depois que o chefe do quartel descobriu que as pessoas compravam e guardavam materiais de construção em suas casas, ele se comoveu e parou de enviar seus soldados. Logo depois, o governador do Estado, Francisco Lacerda de Aguiar, o “Chiquinho”, liberou a ocupação (CARTILHA NOSSA HISTÓRIA NOSSO BEM, 2009).

O “Chiquinho” dividiu os terrenos e distribuiu para quem não tinha dinheiro. Os terrenos que sobravam ele vendia para quem tinha condição de pagar. Na Cartilha Nossa História Nosso Bem (2009, p. 87), uma moradora diz: “[...] Chiquinho trabalhava construindo canal de esgoto junto com os homens, supervisionava a construção de casas, fazia de tudo”.

Em alguns bairros do “Território do Bem”, como no atual Bairro da Penha, as pessoas construíram suas moradias no período da noite, pois durante o dia sofriam perseguições das autoridades. Era comum ocorrer intervenção da polícia na região. Os guardas quebravam tudo de dia e eles reconstruíam os barracos feitos de madeira e estuque (construção de madeira e barro) com acabamentos em plástico e papelão para não entrar água dentro de casa.

Essas construções eram realizadas de forma comunitária aos domingos e pelas madrugadas. Na época das eleições era permitida a construção e ocupação, sendo elas apoiadas por candidatos. Os candidatos realizavam passeatas até a Prefeitura para

reivindicar melhorias na condição de vida. No bairro Jaburu, conforme relato de morador, aconteceu da seguinte forma: “[...] do quartel, localizado em Maruípe, ouviam-se os barulhos dos martelos e a polícia chegava para uma ronda. Quando a polícia chegava escondiam no alto do morro o material de construção e retornavam no meio da noite para refazer tudo” (CARTILHA NOSSA HISTÓRIA NOSSO BEM, 2009, p. 19).

Segundo alguns idosos, a região pertencia à grande Fazenda Maruípe, de propriedade do Barão de Monjardim. Pegavam palmito na Praia do Canto, no intuito de utilizar a palha e forrar o teto dos barracos. Os moradores ocuparam, fizeram seus barracos e depois foram requerer documentos do governador para validar a ocupação. A polícia destruía as ocupações e o pessoal construía de novo no meio da noite até o governador legalizar. Quem não possuía a documentação tinha o barraco derrubado (CARTILHA NOSSA HISTÓRIA NOSSO BEM, 2009).

Analisando os depoimentos de muitos moradores do atual bairro São Benedito, além da estrutura atual do bairro, percebe-se que suas origens estão relacionadas ao processo de ocupação informal das terras. Segundo moradores: “Naquela época, dono era quem chegava primeiro. Não tinha esse negócio de papel, não. Bem depois, quando a prefeitura chegou por aqui é que ganhei um papel prá dizer que era dona daqui” (CARTILHA NOSSA HISTÓRIA NOSSO BEM, 2009).

Vilas Novas (2011) considera que, na atualidade, há em São Benedito aproximadamente 3.500 moradores, sendo uma localidade altamente adensada por construções residenciais sem planejamento do Poder Público, configurando assim um bairro com poucas áreas públicas formais. Nas figuras 6, 7, 8, 9 e 10 é possível acompanhar o processo de ocupação e adensamento do bairro São Benedito.



Figura 6 – Região do São Benedito no ano de 1960
Fonte: Vilas Novas (2011).

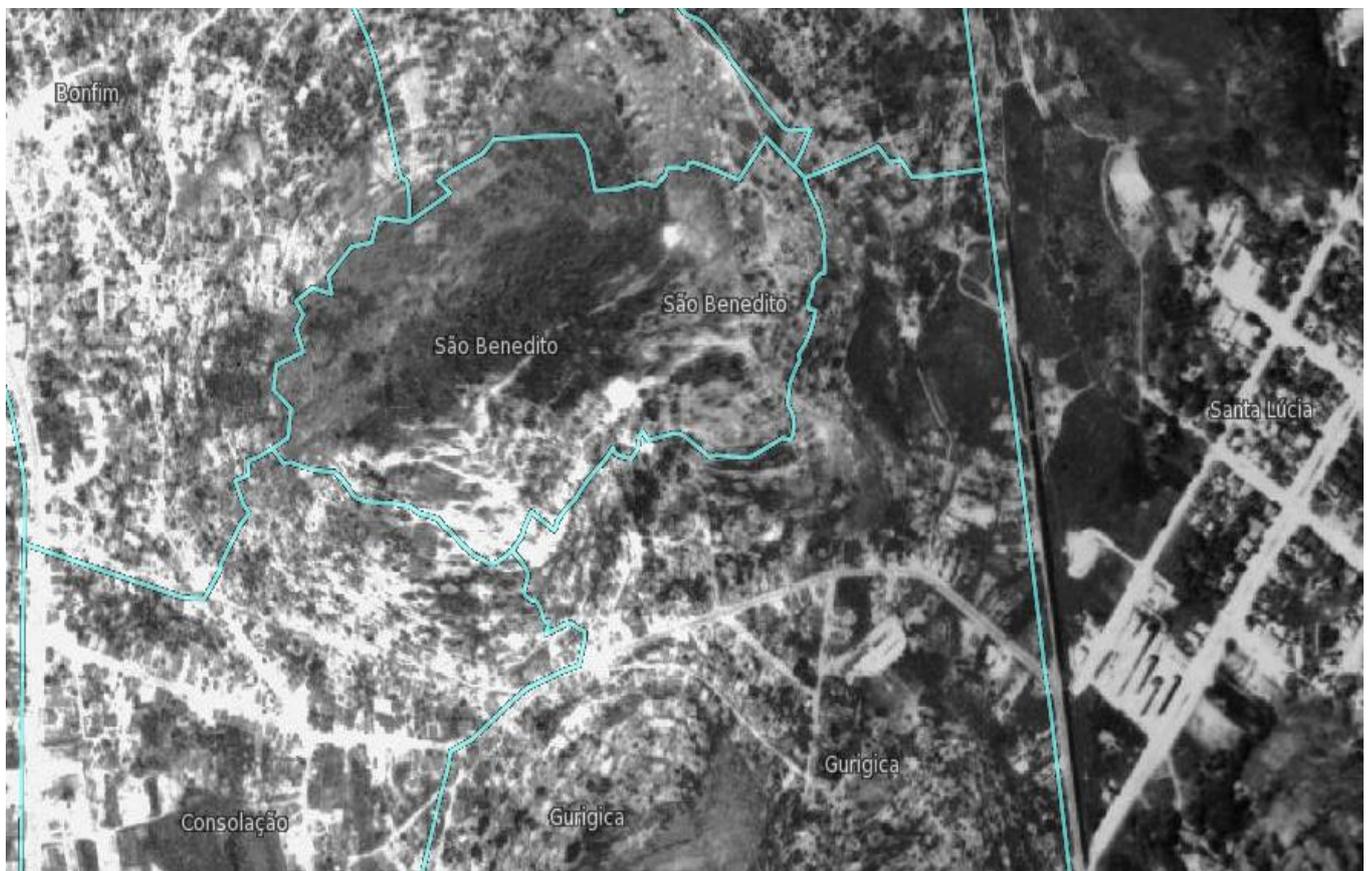


Figura 7– Região do São Benedito no ano de 1970
Fonte: Veracidade (2015). Disponível em: <<http://www.veracidade.com.br/>>.



Figura 8 – Região do São Benedito no ano de 1988
Fonte: Veracidade (2015). Disponível em: <<http://www.veracidade.com.br/>>.

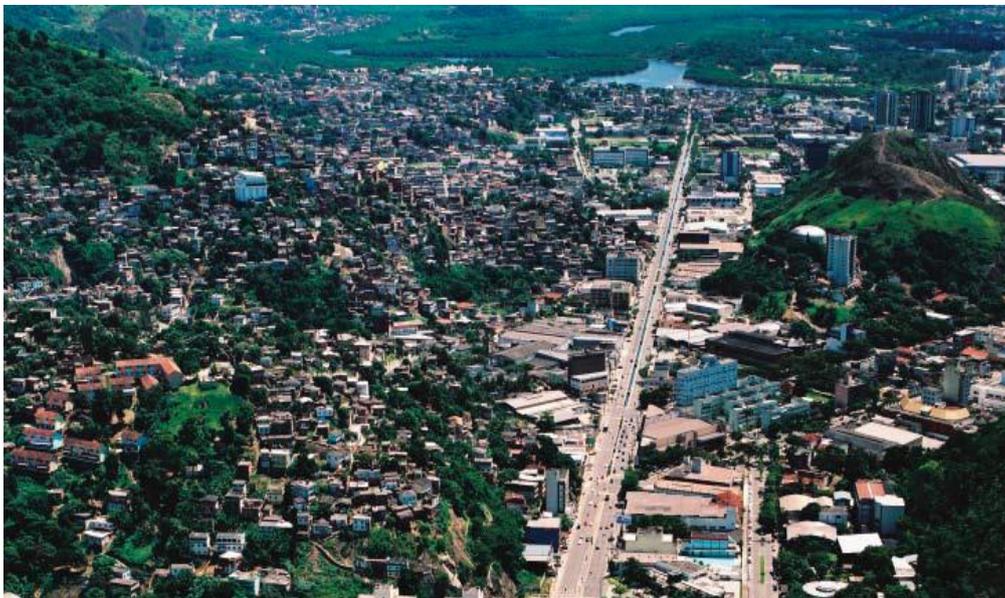


Figura 9 – Região do São Benedito no ano de 2000
Fonte: Vilas Novas (2011).

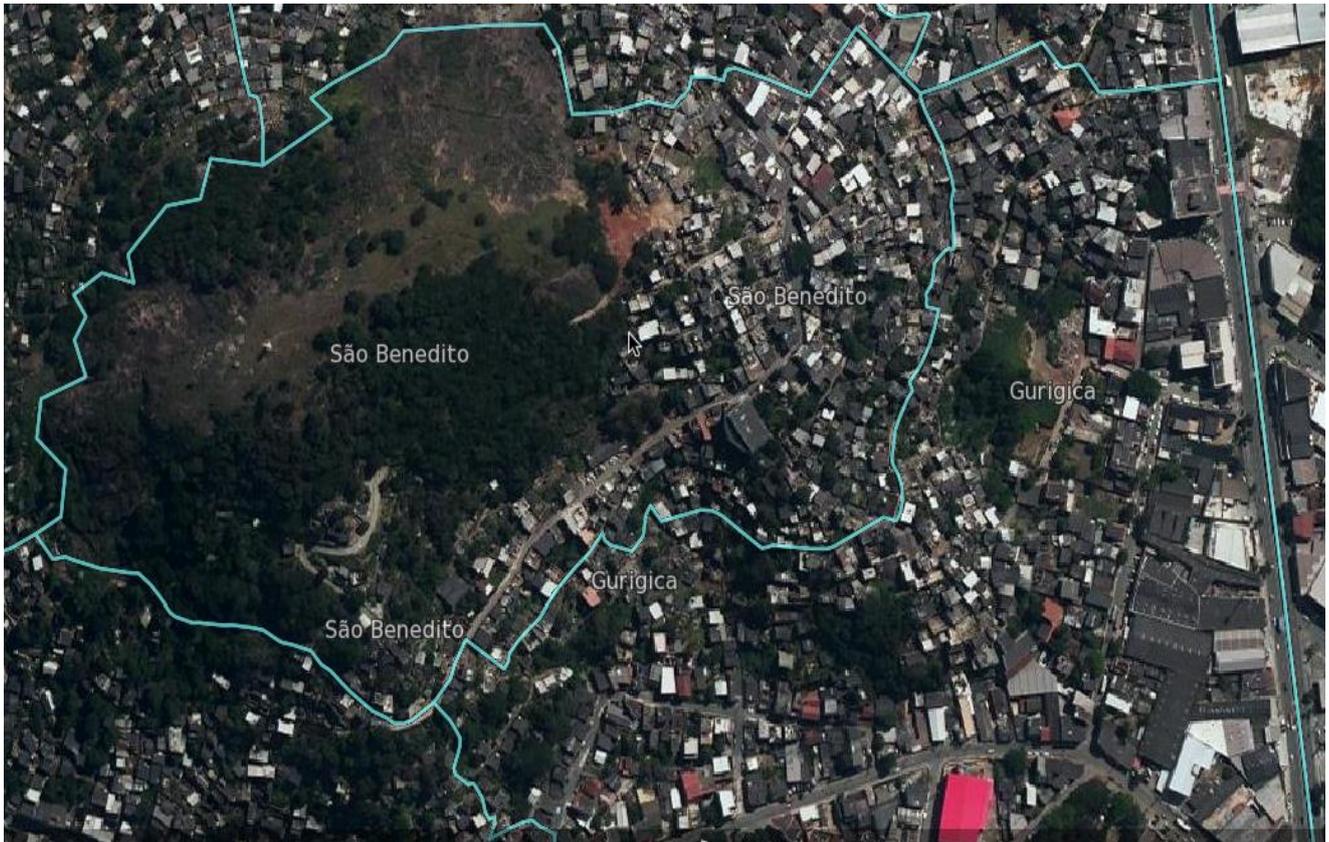


Figura 10 – Região do São Benedito no ano de 2012

Fonte: Veracidade (2015). Disponível em: <<http://www.veracidade.com.br/>>.

O bairro é de difícil acesso, sendo esse, normalmente, realizado pela única rua larga por onde transitam carros, transporte público, pedestres e ciclistas. A circulação do bairro também é configurada por becos e escadarias estreitas.

O bairro São Benedito está situado em um ponto central do município de Vitória, o que lhe confere uma posição estratégica. Dentre os três pontos extremos da ilha de Vitória, qual seja, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o bairro Enseada do Suá e o Centro de Vitória, o bairro São Benedito encontra-se no entremeio desses pontos (figura 11).

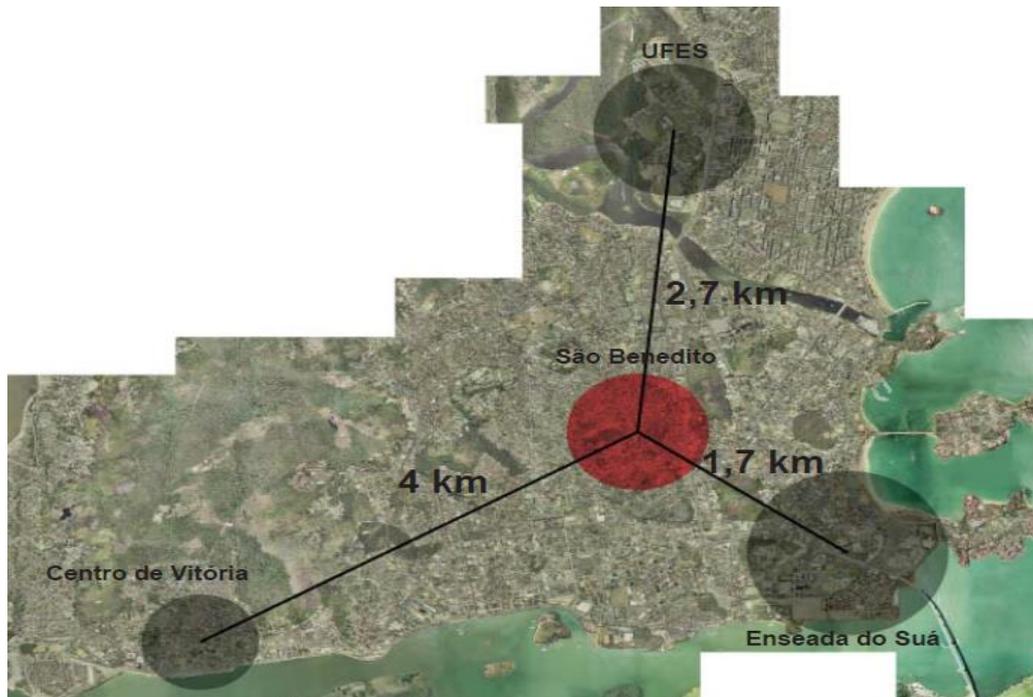


Figura 11 – Localização do bairro São Benedito de acordo com os pontos extremos do município de Vitória

Fonte: Vilas Novas (2011).

Após a intervenção da prefeitura na região do São Benedito e dos demais bairros que formam a região do “Território do Bem”, diversas ações começaram a ser pensadas, no intento de oferecer à comunidade condições básicas para sobrevivência. Assim, surgem os primeiros serviços oferecidos por órgãos governamentais, como saneamento básico, água tratada e encanada, coleta de lixo, construção de escadarias, dentre outros serviços essenciais aos moradores.

Nos dias de hoje, segundo Vilas Novas (2011), São Benedito evoluiu bastante no comparativo com as primeiras décadas de suas origens. No entanto, inúmeros problemas ainda permanecem; a maioria são frutos do crescimento desordenado e sem planejamento que permeou essa região durante seu desenvolvimento.

Segundo a Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), existem 8.272 domicílios nesse território. Constata-se que são poucos mais que quatro moradores por domicílio. Mas é importante ressaltar as características e condições, principalmente dos bairros São Benedito, Jaburu e Floresta – ocupação em morros (VILAS NOVAS, 2011).

Atualmente, o São Benedito apresenta algumas características: maior parte das moradias já possui rede de esgoto, porém ainda existem muitas casas que os banheiros são separados da residência; muitas construções estão na alvenaria aparente, algumas com reboco. Nota-se que muitos problemas já foram solucionados, porém, ainda existem muitas intervenções a serem realizadas de forma estratégica, participativa e planejada. O problema da mobilidade urbana, cujos becos e escadarias foram mal arquitetados, torna-

se um dos principais problemas desse bairro, além da falta de acesso e estacionamento para os automóveis dos moradores e isso também fica claro na conversa entre os moradores, capturada durante as oficinas de mapeamento participativo.

Morador A: “Uns chamam de rua outro chamam de Beco. Aí já passou um carro já é rua”.

Morador B: “Eu também tenho essa referência cara, passou um carro já é rua. Tem tanta rua que eu não tô entendendo [...]. E se passar moto é rua?”

O desenvolvimento do bairro em meio a um morro, aliado à falta de planejamento para construção do espaço urbano daquele local é algo que repercute negativamente na estrutura do bairro, nos dias atuais. No entendimento de Vilas Novas (2011), percebe-se que as construções não tiveram nenhuma assistência técnica; a maioria das escadarias e rampas já possuem corrimão, apesar de serem de má qualidade - muitos já estão danificados - e o acesso às residências ou o próprio percurso pelo bairro ainda é muito difícil, tornando o bairro pouco acessível ao pedestre, mesmo existindo uma linha de ônibus – 031 - São Benedito - que atende o bairro. Segundo esse autor, os espaços públicos e/ou coletivos existente no São Benedito ainda são muitos precários, não existindo equipamentos urbanos de lazer e nem para atividades físicas.

Por outro lado, Vilas Novas (2011) traz um contraponto. Ou seja, profere esse autor que, apesar das problemáticas, bem como das condições ainda precárias existentes no São Benedito, o bairro tem recebido recursos e melhorias - nos espaços e serviços básicos. Algumas dessas melhorias são realizadas pelo “Projeto Terra Mais Igual”⁷ e pela Secretaria de Habitação de Vitória através de recursos do Governo Federal, Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC), e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

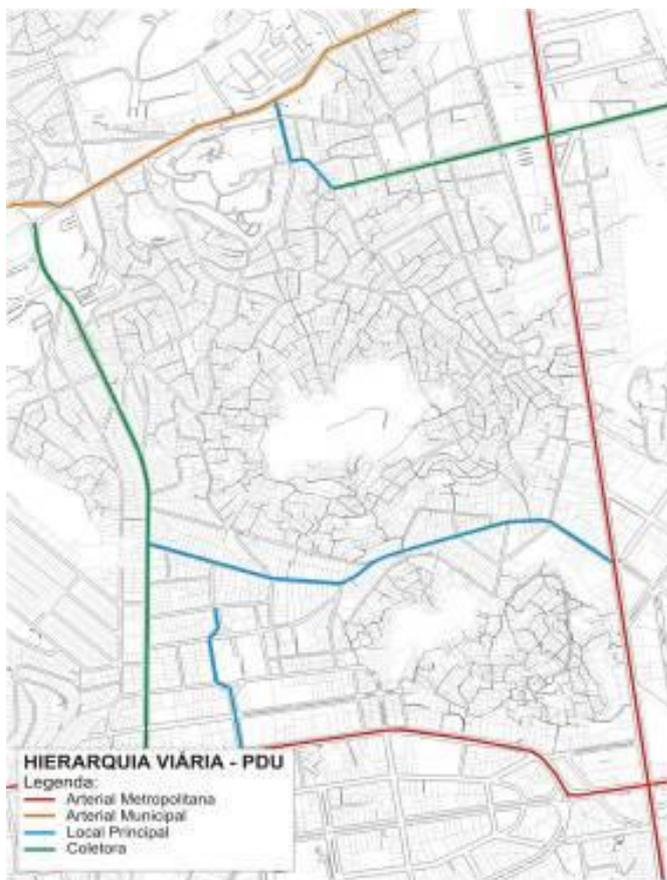
Algumas melhorias são mais fáceis de serem implementadas como, por exemplo, a alteração de escadas por rampas, onde a inclinação permite essa modificação. Foi realizada, também, a abertura de uma nova via, que dá acesso à Unidade da Polícia Pacificadora (UPP) do Espírito Santo (assim denominada pelos membros da comunidade) e ao futuro Parque de São Benedito, que perdeu parte da área a ele destinada, onde seria o campo de futebol, devido à necessidade da implantação da UPP no local. Alguns

7

O Projeto Terra Mais Igual é uma iniciativa de gestão pública para o enfrentamento da pobreza urbana, por meio de ações que visam promover a inclusão sócio-territorial e o desenvolvimento humano sustentável, tendo como pressupostos a integração institucional e o fortalecimento dos processos de participação popular na elaboração, implantação e avaliação de um Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) nos territórios onde o programa atua. As secretarias estabelecem uma atuação conjunta para atender às demandas das áreas mais vulneráveis da cidade. O programa é formado por um conjunto integrado de ações, obras e serviços, nas áreas social, ambiental, habitacional, urbana e fundiária (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2013).

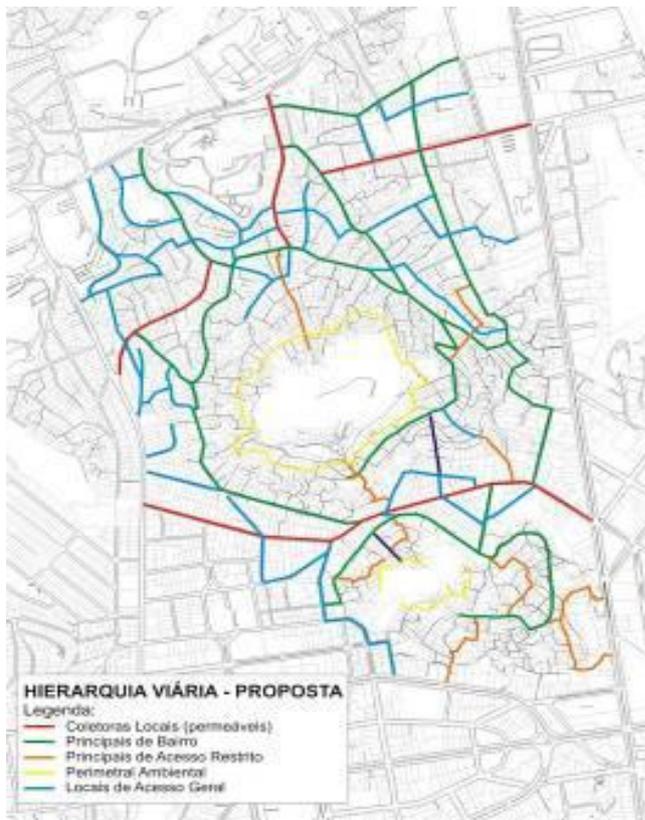
projetos estão prontos na prefeitura aguardando verba para implantação como a Praça do Chafariz, mas deve ser considerado que, por ser um território dinâmico, várias propostas sugeridas e estudadas podem não ser mais viáveis.

Segundo uma das integrantes do “Projeto Terra Mais Igual” para solucionar o problema da mobilidade já foram estudadas algumas soluções como o plano inclinado, mas que o custo da implantação e manutenção é elevado. Outra solução ainda em estudo é a colocação de elevadores. Projetos no entorno do “Território do Bem” estão no momento sendo implementados, como a obra na Avenida Leitão da Silva, que também possuirá uma ciclovia no centro, o que também é mais uma alternativa de acesso e circulação à região do “Território do Bem”, facilitando e aumentando a integração na região (figura 12).



HIERARQUIA VIÁRIA – PDU
 Leia-se na legenda referente às cores:
 Vermelha - Arterial Metropolitana
 Laranja - Arterial Municipal
 Azul - Local Principal
 Verde - Coletora

Figura 12 – Mapas comparando a hierarquia viária presente no Plano Diretor Urbano de Vitória e a proposta de intervenção de vias.
 Fonte: Moreira (2014).



HIERARQUIA VIÁRIA - PROPOSTA
 Leia-se na legenda referente às cores:
 Vermelha – Coletoras Locais
 Verde – Principais de Bairro
 Laranja – Principais de Acesso Restrito
 Amarela – Perimetral Ambiental
 Azul – Locais de Acesso Geral

Figura 13 – Mapas comparando a hierarquia viária presente no Plano Diretor Urbano de Vitória e a proposta de intervenção de vias.
 Fonte: Moreira (2014).



Figura 14 – Obras na Avenida Leitão da Silva.
 Fotografia: autora (2015).

A população reconhece os avanços na qualidade do espaço e dos serviços urbanos, mas permanece mobilizada atuando em diferentes formas de lutas e organizações comunitárias. Dentre essas organizações, em que a comunidade se envolve, haja vista lutar por condições favoráveis de sobrevivência, buscando efetivar os direitos cidadãos, destaca-se a ONG AAI. Como projeto gerenciado por essa instituição e

de grande valorização por parte da comunidade menciona-se o Fórum Bem Maior (FBM)⁸, além de outros projetos e programas gerenciados ou apoiados por essa instituição social.

Nesse contexto, discute-se que, devido aos diversos problemas enfrentados pelas classes menos favorecidas, no âmbito mundial, reflexo das desigualdades sociais que permeiam os grandes centros urbanos do mundo moderno, é comum o estabelecimento de grupos ou instituições que se colocam a serviço de prestar assistência nos espaços em que há ausência da intervenção estatal.

As ONGs são exemplos de instituições que unem esforços, haja vista garantir assistência aos mais marginalizados, considerando os princípios norteadores da dignidade da pessoa humana e dos direitos humanos, sociais e coletivos. No caso do bairro São Benedito, devido aos problemas enfrentados na região, conforme descrito nos parágrafos anteriores, a ONG AAI corresponde a uma instituição que desenvolve intenso trabalho na região em prol de fornecer/garantir melhores condições de sobrevivência/convivência àquela comunidade.

Trata-se de uma instituição parceira da comunidade, que, através de uma metodologia participativa, serve de mediadora entre as necessidades da população e o poder governamental, objetivando aproximar esses dois elementos, em busca de minimizar as desigualdades sociais. Essa parceria é sustentada por meio da elaboração e condução de projetos sociais, os quais permitem que as pessoas sejam acolhidas, ouvidas e valorizadas. Algumas principais ações da AAI serão detalhadas a seguir.

2.1. A ONG Associação Ateliê de Ideias (AAI) e sua relação com o “Território do Bem”

A ONG AAI desenvolve projetos no “Território do Bem”. Dentre os bem-sucedidos projetos que a organização realiza podemos citar um banco comunitário (Banco Bem), desenvolvido no sistema de economia solidária, e, um programa que inclui crédito habitacional, assistência técnica em obras, construção de moradias com tecnologias limpas, como: tijolo ecológico, piso artesanal com material reutilizado, aquecedor solar de baixo custo e sistema de reuso de águas servidas. O lançamento de outubro de 2015 foi o E-Dinheiro. A referida organização possui site, cartilhas publicadas e investidores públicos

8

Gerenciado pela AAI, esse programa visa a empreender ações coletivas que assegurem uma maior força de negociação, reivindicação e de debate político, aproximando a comunidade do “Território do Bem” com a gestão pública desse espaço (PLANO BEM MAIOR DO TERRITÓRIO DO BEM, 2014).

e privados (ASSOCIAÇÃO ATELIÊ DE IDEIAS, 2015).

Essa ONG é produtora e difusora de tecnologia social e desenvolvimento humano que gera conhecimento em prol da construção de estratégias que podem ser experimentadas em um território e, uma vez sistematizadas, reaplicadas em outras comunidades e regiões. A AAI possui como estratégia sempre colocar os atores locais no centro de todo processo, desenvolvendo formas para que apropriem dos resultados, dos projetos, dos conhecimentos e das ferramentas, de modo a se tornarem autônomos, a longo prazo (MOL e PINTO, 2014).

O trabalho dessa instituição é pautado pela formação de redes de parceiros em torno de projetos atualmente organizados em quatro núcleos programáticos: habitacional, finanças solidárias, desenvolvimento comunitário e difusão de tecnologias sociais (MOL e PINTO, 2014).

A melhoria das favelas ocorre e histórias de sucesso local servem de exemplo, como no caso da organização AAI, mas ainda existem inúmeras problemáticas que precisam ser vencidas, principalmente no que se refere à oferta de serviços básicos oferecidos à comunidade, conforme narrado no depoimento de morador da região:

Aqui em cima do morro não tem nada [...]. Parece que se esqueceram de nós. Não tem posto de saúde nem escola. Pelo menos existe o Banco Bem; consigo pagar as minhas contas sem ter que perder a manhã descendo o morro e esperando em fila de banco (CARTILHA NOSSA HISTÓRIA NOSSO BEM, 2009, p. 19).

A AAI faz parte da Rede Europeia de Living Labs⁹ – cuja sigla em inglês é EnoLL-, um dos pilares da Política de Inovação Europeia, que tem se consolidado sob a orientação das presidências da União Europeia e se expandiu para além do seu continente de origem e em 2013 reunia quase trezentos e trinta Living Labs na Europa, Ásia, América e África (ASSOCIAÇÃO ATELIÊ DE IDEIAS, 2015).

Na visão de Mol e Pinto (2014), a principal lição que a AAI transmite é que o desenvolvimento humano apenas é sustentável quando está relacionado a um processo formativo amplo e baseado em equilíbrio entre muitas dimensões da vida em comunidade – não apenas a produtividade e renda, mas também, a cooperação, a democracia, a capacidade de governança coletiva e a garantia de direitos fundamentais.

9

A Rede Europeia de Living Labs (www.openlivinglabs.eu) foi lançada em 2007 em Helsínquia, durante a Presidência Finlandesa da União Europeia como uma nova abordagem à investigação, desenvolvimento e inovação. Os Living Labs são comunidades de atores envolvidos no processo de inovação, incluindo empresas, investigadores, consumidores e instituições públicas.

Dentre os vários projetos desenvolvidos pela AAI, apresentam-se, a seguir, os principais, cujo objetivo resultou em processo interventivo no “Território do Bem”, haja vista, proporcionar ações de melhoria para essa região. Apresentar-se-ão, como principais, os seguintes: Fórum Bem Maior, Programa Bem Maior, Banco Bem, Ecos do Bem, Projeto Varal Agência de Comunicação, o Projeto Central de Compras Coletivas e o E-Dinheiro.

O Fórum Bem Maior (FBM), segundo Vilas Novas (2011), corresponde ao movimento, cuja tentativa é refletir acerca do problema da ocupação dos terrenos e a exigência por melhorias nas regiões ditas como informais.

O FBM compreende um fórum popular que abrange o “Território do Bem” e articula instrumentos de planejamento estratégico e de fórum. Do primeiro, buscam os mecanismos de participação e de mobilização em torno da concepção do plano e dos seus objetivos; do segundo, os dispositivos da política deliberativa que possibilitam a manifestação da visão da comunidade. Esse último confronta a intermitência recorrente entre apatia e mobilização nos movimentos políticos e sociais contemporâneos.

De acordo com informações contidas na Cartilha Nossa História Nosso Bem (2009), esse projeto gerenciado pela AAI a partir do ano de 2000, representou não apenas um momento, mas também, um espaço apropriado para discussões acerca da participação da comunidade na melhoria do espaço social e geográfico. Esse fórum constitui um espaço aberto de resgate, agregação e produção de conhecimentos múltiplos, debate e articulação de soluções comuns das oito comunidades do “Território do Bem”. Visa integrar comunidades, pessoas, saberes e fazeres, a partir do debate da produção de alternativas locais frente aos interesses comuns de moradores e moradoras.

Com a criação do FBM foi possível que muitas ideias das comunidades ganhassem densidade e fossem realizadas. Exemplo disto foi o Projeto “Nossa história nosso bem” e a pesquisa “Saberes, fazeres e potencialidades do ‘Território do Bem de Vitória’”, sendo essa pesquisa devidamente publicada através da confecção de material bibliográfico.

Como produto final do Fórum, no ano de 2008, a AAI uniu esforços no sentido de publicar outra obra (bibliográfica), contendo resultados de pesquisa desenvolvidos pela referida instituição e com apoiadores participantes do FBM. Pesquisa realizada acerca do perfil dos moradores resultou na publicação “Saberes, Fazeres e Perfil dos moradores do ‘Território do Bem’”.

Os principais objetivos das pesquisas “Saberes e Fazeres” supracitadas foi a elaboração de um diagnóstico das necessidades e das demandas socioeconômicas locais (VILAS NOVAS, 2011). O referido autor destaca também que em 2009, realizou-se

pesquisa sobre “Planejamento Estratégico Comunitário Solidário do ‘Território do Bem’” – Plano Bem Maior – 2018, cuja finalidade desse plano é orientar a ação política do Fórum de moradores nos próximos dez anos.

O FBM busca empreender ações coletivas que assegurem maior força de negociação, de reivindicação, de debate político e articular melhorias na sua qualidade de vida com a prefeitura e outras instituições como no caso o banco de cooperativa de crédito, Banco Bem, promovido pela AAI. Dessa atuação política, cotidiana da comunidade, verifica-se o exercício da cidadania (PLANO BEMMAIOR, 2014).

Não resta dúvida de que, a fim de ser representativo e ter uma atuação incisiva, o FBM percebeu que precisaria de uma estratégia, com objetivos e metas claras e que para desenhar tal estratégia seria necessário conhecer a fundo o território, suas histórias, suas origens, suas vocações, suas potencialidades e suas limitações. Na verdade, pretendeu-se entender quais seriam, na visão dos moradores, as prioridades (MOL e PINTO, 2014).

O desenvolvimento do FBM despertou inúmeros outros projetos a serem instituídos na região do “Território do Bem”. Vilas Novas (2011) chama a atenção para um conjunto de ações que se aflorou após a realização do fórum, principalmente ações participativas, as quais despertaram nos habitantes da comunidade, a importância e necessidade de participar dos projetos em busca de melhoria para a região e que atenda as necessidades demandadas pela comunidade local.

O projeto “Nossa história nosso bem” promoveu a confecção de uma cartilha que traz o registro das lembranças e memórias dos moradores dos bairros que formam o “Território do Bem”. Através das entrevistas junto aos moradores mais antigos, relata-se depoimentos de pessoas mais idosas na comunidade, explanando acerca de como foram as dificuldades e circunstâncias que permearam o desenvolvimento dessas comunidades ao longo dos tempos (CARTILHA NOSSA HISTÓRIA NOSSO BEM, 2009).

Na cartilha, as histórias são contadas coletivamente, por habitantes de vários pontos do território, não apontando para uma história única, mas sim, para as diferentes formas com que as histórias podem ser vividas, compartilhadas e experimentadas por uns e por outros. Essas histórias apontam para sua pluralidade e riqueza. A cartilha foi publicada no intento de contribuir com a sobrevivência das lembranças dos moradores mais idosos e, conseqüentemente, para a conservação do patrimônio cultural e histórico de toda a região (CARTILHA NOSSA HISTÓRIA NOSSO BEM, 2009).

O projeto intitulado Banco Bem diz respeito ao primeiro empreendimento apoiado pela AAI e constitui um banco comunitário do “Território do Bem”. Representa um serviço financeiro, solidário, em rede, de natureza associativa e comunitária, destinado a

reorganizar as finanças locais, na perspectiva da economia solidária (MOL e PINTO, 2014).

Segundo Mol e Pinto (2014), o Banco Bem é um banco comunitário de desenvolvimento, criado a partir de uma parceria da AAI com a comunidade de São Benedito, em 2005 – quando um grupo de mulheres costureiras optou por emprestar o lucro que obtiveram com a venda de seus produtos em uma feira para outro grupo de marceneiros, para que pudessem criar o seu próprio empreendimento.

O Banco do Bem rapidamente se expandiu por diversas comunidades vizinhas ao morro de São Benedito. Na medida em que moradores das comunidades do entorno, com perfil semelhante, começaram a solicitar e usar os serviços do Banco Bem passaram a perceber que tinham demandas e interesses comuns, os mesmos desafios e que, se fossem comunidades unidas, teriam maior capacidade para buscar e desenvolver soluções para seus problemas (ASSOCIAÇÃO ATELIÊ DE IDEIAS, 2015).

No entendimento de Mol e Pinto (2014), o Banco do Bem visa a proporcionar três benefícios aos habitantes da região que são: crédito habitacional; assistência técnica para construção e reforma de moradias; e produção de insumos e materiais de construção civil sustentável de baixo custo.

Segundo a AAI (2015), o investimento do Banco do Bem na reforma e construção de moradias criou novas oportunidades de negócios inclusivos. Principalmente pela demanda das famílias por materiais e insumos para construção com preços acessíveis. O Ateliê de Idéias fomentou a criação de um empreendimento produtivo para atender boa parte dessa demanda.

No decorrer dos tempos, notou-se o sucesso desse empreendimento, que segundo Mol e Pinto (2014), o banco foi capaz de atrair e mobilizar lideranças não apenas da comunidade de São Benedito, onde foi inicialmente implantado, como também de outras comunidades do entorno. Moradores de toda a região queriam ser atendidos pelo Banco Bem; queriam ter acesso a crédito e descontos para comprar nas lojas de suas comunidades. Segundo esses autores, enquanto as lideranças das comunidades do entorno eram atraídas, o Banco do Bem expandia sua área de atuação; assim, o processo de formação de lideranças se ampliava.

No contexto do Banco do Bem, o financiamento habitacional constitui outro projeto denominado de Programa Bem Morar. Segundo Mol e Pinto (2014), esse programa inclui o crédito habitacional, a assistência técnica aos moradores para construção e reforma de suas casas e a utilização de tecnologias tais como os tijolos de solo-cimento (que são considerados ecológicos por não produzirem gás carbônico na sua fabricação e

demandarem menor quantidade de cimento na obra) e aquecedores solares de baixo custo.

Essa experiência é referência na região, uma vez que representa uma parceria entre governo federal e uma ONG para construção de casas populares, especialmente utilizando tecnologias de construção sustentável (MOL e PINTO, 2014). Em suma, segundo as referidas autoras, o Programa Habitacional Bem Morar resume o serviço de assistência técnica para construção e reforma de moradias, o crédito habitacional pelo banco comunitário e a produção de insumos e materiais de construção sustentáveis.

Outro projeto social gerenciado pela AAI no que diz respeito à sustentabilidade refere-se ao Projeto Ecos do Bem. O objetivo desse é organizar mutirões de moradores a fim de realizarem campanhas de conscientização e educação ambiental, visitando as famílias em suas casas, entregando material educativo e orientando-as sobre coleta seletiva e a importância de separar, tratar e descartar corretamente o lixo (ASSOCIAÇÃO ATELIÊ DE IDEIAS, 2015).

Como resultado desse projeto, a instituição supracitada menciona que apenas em 2011, foram mobilizados mais de 160 moradores nos mutirões do Projeto Eco do Bem, que visitaram mais de 2170 famílias. Foram limpos sete pontos de lixo e outros cinco pontos no território. Além disso, foram feitas intervenções urbanísticas (construção de espaços coletivos) em dois dos terrenos limpos, beneficiando mais de 10 mil pessoas (MOL e PINTO, 2014).

Os projetos realizados pela AAI e mencionados anteriormente não são os únicos; ao contrário, a instituição realiza inúmeros outros projetos e ações voltadas para a inserção da comunidade na busca por melhorias para o território. Convém destacar, dentre outros projetos realizados, o projeto Varal Agência de Comunicação, o Projeto Central de Compras Coletivas e o Projeto E-dinheiro.

O primeiro refere-se ao investimento na formação/capacitação de jovens empreendedores, de modo que investimentos possam ser realizados pelos moradores e na própria região. Esse projeto pauta-se na ideia de que os jovens do “Território do Bem” têm capacidades para crescerem na vida, adquirindo seus próprios negócios. Já o segundo projeto diz respeito às tentativas de organizar os conhecimentos das comunidades em grupos de cooperação e, no futuro, em cooperativa de compras. Os comerciantes são microempresários que compram seus produtos sozinhos de grandes fornecedores, por preços altos e repassam os preços altos dos produtos para suas prateleiras, fato esse que desperta a migração da comunidade consumidora para outros locais da cidade. Esse projeto visa criar alternativas para que os produtos comercializados

na região sejam mais barato de modo que os habitantes tornem-se clientes fidelizados, garantindo crescimento para o empreendimento, assim como para os próprios bairros do “Território do Bem” (MOL e PINTO, 2014).

O E-Dinheiro foi lançado em outubro de 2015, e é uma plataforma que permite a realização de transações financeiras com moeda social eletrônica da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Trata-se de uma ferramenta desenvolvida para a telefonia móvel, criada com ênfase no público de baixa renda. Além de transferir valores para seus contatos, outra função do aplicativo, após ter se cadastrado via rede celular sem burocracia, é servir como meio de pagamentos a produtos/serviços consumidos em estabelecimentos conveniados e entre fornecedores da região (CARTILHA MANUAL DE OPERAÇÕES E-DINHEIRO, 2015).

2.2. Elementos do espaço no Bairro São Benedito/“Território do Bem”

No capítulo 1 foi discutida a importância da consideração dos elementos do espaço nos processos participativos. O que agora segue é um panorama desses elementos do espaço para o bairro São Benedito.

No que se refere ao elemento “homens”, no bairro São Benedito encontramos uma diversificada população de habitantes, constituída por crianças, jovens, adultos e idosos. Devido à diversidade populacional existente, esses elementos misturam-se em população produtiva, como os trabalhadores formais e informais, assim como população não produtiva, no caso das donas de casa, crianças e aposentados. Já no que se refere ao elemento “firmas”, a região do São Benedito aliada ao “Território do Bem”, embora seja uma região genericamente residencial, também possui algum número de microempresas ali instaladas, em que os donos, na maioria dos casos, são moradores dos próprios bairros. Além de organizações pertencentes ao ramo privado, encontram-se, também, organizações pertencentes à administração pública, como os postos de saúde, escolas públicas, dentre outras. Também se destacam as organizações sem fins lucrativos e não ligadas ao Poder Público, como exemplo, a AAI e as igrejas.

No elemento “instituições” consideramos o Estado, como a Prefeitura de Vitória, a qual representa a instituição que regula os espaços, as ruas e controla a mobilidade urbana na área de estudo. Interessante comentário acerca do poder das instituições nas zonas informais advém de morador do bairro São Benedito, quando no processo de formação do bairro. Segundo esse morador:

“[...] em épocas antigas não existia imposto, não tinha nada. Aí já tinha bastante gente morando. Um dia, passou um helicóptero filmando todo mundo. Depois começaram a passar nas casas, **informando para ir à prefeitura buscar os carnês para pagar o imposto**” (CARTILHA NOSSA HISTÓRIA NOSSO BEM, 2009, p. 41, grifo nosso).

No caso do bairro São Benedito e suas adjacências, mesmo situado em uma zona informal urbana, aquele espaço social é regido por diferentes forças e elementos oriundos de outras regiões. Notam-se as interferências de instituições na configuração do referido espaço, com base no depoimento da moradora, quando no início das ocupações à medida que os ocupadores construíam suas moradias:

“[...] os policiais e os fiscais da prefeitura vinha, mandavam sair de casa e destruíam tudo. Quebravam os barracos todos com picaretas, marretas e pé-de-cabra. Mas aí, a gente ia lá, apanhava mais papelão, madeira ou até lona mesmo e fazia tudo rapidinho de novo durante a madrugada”(CARTILHA NOSSA HISTÓRIA NOSSO BEM, 2009, p. 36).

Ainda sobre o papel das instituições, de acordo com um morador do bairro São Benedito,

“As melhorias nos bairros são obrigação da prefeitura e um direito nosso. Aqui no São Benedito, depois que conseguiram organizar uma associação de moradores, a coisa mudou muito de figura. [...] o pessoal conseguiu muito mais coisa depois que as comunidades se uniram do que pela ajuda dos políticos” (CARTILHA NOSSA HISTÓRIA NOSSO BEM, 2009, p. 41).

Sobre as infraestruturas, no bairro São Benedito, a escassez de ruas e a pluralidade de becos e escadarias é uma realidade. Também há presença de árvores, pedras, muitas construções de alvenaria e um número bem menor de barracos de madeira. Segundo Vilas Novas (2011), no que se refere às vias de locomoção como os becos e escadarias são considerados como espaços estreitos, ou seja, são lugares em que o adensamento das construções ocasionou espaços (vuelas, becos, escadarias) muito estreitos. São locais normalmente com uma qualidade de conforto ambiental muito baixa, porém é observado a permanência e uso desses espaços.

No que se refere ao desenvolvimento de construções no bairro São Benedito e o uso de energia elétrica, importante mencionar algumas mudanças, percebendo a interferência que as infraestruturas exercem no posicionamento e comportamento da comunidade local. Assim, segundo relato de morador do bairro quanto ao processo histórico da região: “Os casamentos aconteciam no escuro, a luz de lamparina. Depois que colocaram luz é que começaram a brincar quadrilha, fazer algumas coisas. Fizeram o colégio das irmãs de Calcutá, também, que não tinha” (CARTILHA NOSSA HISTÓRIA NOSSO BEM, 2009, p. 41).

CAPÍTULO 3 – OFICINAS DE AUXÍLIO À CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA MAPEAMENTO PARTICIPATIVO DE MOBILIDADE URBANA EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO INFORMAL

Durante o processo de elaboração da presente pesquisa, a AAI junto com a comunidade, no intuito de possuir como um produto final um mapa digital, procurou o grupo de pesquisadores que fazem parte do LabTTEC-UFES. Esse laboratório realiza ações interdisciplinares de produção de conhecimento no campo das práticas e pesquisas em tecnologias sociais, com vistas à transformação social e de territórios. A fim de responder as demandas tecnológicas apresentadas, a equipe foi composta por cinco pesquisadores que atuam a partir de diferentes competências acadêmicas, em áreas como Literatura, Artecultura, Psicologia Social e Institucional, Comunicação, Georreferenciamento, Geografia, Engenharia Ambiental e Informática.

Em fevereiro de 2015, o LabTTEC iniciou o projeto denominado “Mapa do Bem”, com o auxílio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que possui dois objetivos específicos:

1. mapear o “Território do Bem”, utilizando métodos e ferramentas de georreferenciamento e de Cartografia Social e colaborativa para identificar e registrar as referências de acesso e consumo cultural, mais especificamente nas áreas de gastronomia e cultura urbana;

2. criar e disponibilizar uma plataforma digital e interativa para que os usuários, clientes e os moradores em geral no “Território do Bem” possam participar do processo de mapeamento colaborativo do território de modo contínuo apropriando-se do processo e expandindo-o em médio prazo, inclusive, para inclusão de referências geográficas e de qualidade em outras áreas além de gastronomia e cultura urbana.

Nesse contexto, no início de abril de 2015, no meio do processo do Mestrado da autora desta pesquisa, a pedido do LabTTEC, foi feita a primeira reunião com o grupo Política Espacial das Imagens Cartográficas da Universidade Federal do Espírito Santo (POESI-UFES), ao qual esta pesquisa de Mestrado vincula-se e que tem como uma de suas linhas de pesquisa o mapeamento participativo e colaborativo com o objetivo de aprofundar os estudos sobre as metodologias e práticas e seus desdobramentos em políticas espaciais. A reunião foi feita com o intuito de alavancar uma parceria para a realização do “Mapa do Bem”, agregando conceitos teóricos e práticos de mapeamento participativo e colaborativo ao projeto. Foi constituída a parceria, com o engajamento de alguns integrantes do POESI-UFES na equipe do “Mapa do Bem”. Desse modo, em vez

de se realizar oficinas separadamente, as oficinas de interesse desse projeto foram realizadas de modo integrado às atividades do “Mapa do Bem”.

Para entender melhor como funcionam os elementos do espaço e as forças atuantes no “Território do Bem” aconteceram seminários internos de formação para estimular o contato e a incorporação das diretrizes e metas que orientam a proposta metodológica. O primeiro encontro foi realizado em meados de abril, com a participação da AAI, LabTTEC e POESI na Agência de Comunicação da AAI (VARAL)¹⁰. Esse primeiro momento foi para discutir sobre os aspectos técnicos e críticos dos conteúdos produzidos na cartografia e teve duração de três horas. Nele foram feitas reflexões acerca do tema “as cartografias que nos habitam”. Desde então, aconteceram reuniões e trocas de conhecimentos via rede social. A princípio, no bairro São Benedito, foram iniciadas atividades como: oficina de fotografia, a primeira caminhada ecológica “rota das nascentes” e caminhadas pelo bairro conhecendo comércios e instituições.

A proposta do LabTTEC de desenvolver uma “cartografia colaborativa”, na capital do Espírito Santo, é desafiadora e inovadora de produção em Ciência e Tecnologia no campo do estudo e pesquisa das Tecnologias Sociais.

Em relação à plataforma sugerida pelo LabTTEC, foram utilizados o conceito de rede social. Dessa forma, ocorreu uma construção coletiva das informações. Essas informações ficarão disponíveis num portal que será elaborado pelo projeto “Mapa do Bem”, e que também poderá ser acessado por um aplicativo no *smartphone*. Assim, o morador ou o visitante terá acesso de maneira rápida às informações sobre eventos culturais e estabelecimentos gastronômicos dos bairros inseridos na pesquisa, mostrando que existem coisas boas, positivas e acessíveis a todos os moradores e visitantes de diversas localidades. Durante o processo de produção de conteúdo do “Mapa do Bem” e desta dissertação, foram utilizadas as infraestruturas da UFES, do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), a sede da Varal e do Banco do Bem, os últimos localizados na região da pesquisa e pertencentes à AAI.

Para a realização das oficinas, tomando como base os estudos teóricos realizados, foi construído um modelo de metodologia participativa (figura 11), inspirado no modelo proposto e discutido no final do capítulo 1, abordando alguns itens específicos daquele modelo para fomentar a definição de proposta metodológica.

10

Essa agência constitui um projeto de formação de jovens empreendedores para atuarem no desenvolvimento de ferramentas de comunicação e *marketing*, acessíveis e capazes de contribuir para a construção de uma identidade social e cultural do Território do Bem e para o fortalecimento dos negócios da região (MOL e PINTO, 2014).

Com base na figura 15, percebe-se que a metodologia é sustentada em seis fases, sendo essas norteadas por diversas atividades e ações. Essas atividades foram realizadas pelo grupo da equipe técnica, pelo grupo da comunidade e pelo grupo de trabalho (composto por representantes do corpo técnico e da comunidade). Para facilitar o entendimento de quando os grupos atuam, as fases foram divididas por cores e legendadas de acordo com o grupo de atuação. A cor laranja refere-se à equipe técnica, a cor verde significa que a comunidade atuará neste momento e a cor azul mostra que o grupo de trabalho composto pela equipe técnica e a comunidade estarão trabalhando juntos.

Antes de iniciarmos a explicação das seis fases, devemos observar que nas **fases I e II**: debate-se exaustivamente sobre os pontos de interesse para chegar a um denominador comum. São compostas pela avaliação conjunta das possibilidades dos pontos escolhidos a serem georreferenciados. Para se chegar a um acordo de quais pontos devem ser priorizados deve-se retornar à fase anterior e ter um número determinado de “loops”, ou repetições, estipulado previamente, segundo Pereira (2009).

Observa-se ainda que a metodologia desenvolve-se com a equipe técnica, que é responsável pelos estudos, avaliações e direcionamentos com base em seus conhecimentos específicos, e, com o grupo de trabalho que são os representantes convidados da comunidade, dentro do perfil escolhido, para darem suporte e informação da área de influência, além de serem capacitados para dar prosseguimento ao projeto mesmo com a retirada da equipe técnica.

No que se refere à **fase I**, essa é composta por cinco atividades:

1. diagnóstico preliminar/levantamento de dados: nesse momento buscam-se informações da região e da sua população através de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na prefeitura, na literatura, nos veículos de comunicação e outros;

2. identificação do perfil dos atores: o perfil dos participantes das oficinas devem ser previamente estudados pelo grupo técnico e definidos de acordo com o interesse final do projeto. No caso do mapeamento participativo, sugere-se que seja um grupo já coeso e existente na comunidade, para que seja “formado” nas oficinas, e, dessa forma facilite a continuidade no mapeamento após a saída do grupo técnico, e, aconteça o real envolvimento e participação da comunidade. O líder e o agente da comunidade podem auxiliar na escolha mais adequada desse grupo. O número ideal de participantes é de 10 a 12 pessoas por oficina em cada bairro, e, o trabalho deve ser realizado em grupos de duas a três pessoas em uma oficina de no máximo três horas;

3. aproximação com líder e agente comunitário: dessa forma inicia-se a troca de informações e de confiança a respeito do trabalho a ser desenvolvido junto à comunidade;

4. elaboração de material para oficinas: material das oficinas deve homogeneizar as informações para o grupo de trabalho a fim de auxiliar no bom entendimento do processo; caso isso não ocorra, o material deve ser revisto e adequado para que não prejudique a tomada de decisão participativa;

5. convite para participação nas oficinas: deve ser realizado pelo líder e agente comunitário, tendo em vista que é uma pessoa de referência da comunidade e não é visto como um estrangeiro que está adentrando ao bairro. Por ser uma zona complexa devido ao tráfego, também se torna uma região onde o risco de o pesquisador ser confundido aumenta; dessa forma os residentes locais são mais indicados para atuarem na região e serem treinados para a continuidade do projeto. Podem ser utilizados panfletos e cartazes, além de serem feitas confirmações via telefone para os convidados poderem lembrar e comparecer à oficina.

Na **fase II** acontece a realização da oficina 1. As oficinas são realizadas pela equipe técnica para o grupo de atores escolhidos e disponíveis. Na primeira oficina deve-se instruir sobre a importância do trabalho realizado; dar noção espacial aos participantes através da execução de mapa mental/croqui; situar os participantes com seus croquis em imagens georreferenciadas e avaliar pontos de interesse em comum. Ocorre também complemento de informações regionais (“saber local”), identificação de outros atores, através dos critérios já pré-estabelecidos para o perfil, e ainda, faz-se a inclusão do ator como membro da equipe do grupo de trabalho, onde é aplicado o processo metodológico.

Já na **fase III**, após a finalização da oficina 1, são levantadas as demandas de revisão técnica do material a ser utilizado na oficina 2. Caso haja demanda, o material deve sofrer ajustes e, é importante lembrar que o material utilizado deve sempre expressar linguagem clara e adequada para o grupo escolhido.

O levantamento visa à obtenção de informações que possam subsidiar o grupo de trabalho na próxima fase. As informações devem ser formatadas, apresentadas e utilizadas pela equipe técnica na etapa seguinte. Realização de discussão no grupo de trabalho para reavaliação dos pontos levantados pela equipe e indicação de novas opções a serem utilizadas deve ser priorizada; assim, pontos definitivos serão escolhidos.

A equipe técnica apresenta os resultados ao grupo de trabalho que se apropria das informações, que devem ser devidamente compreendidas para que se possa dar continuidade ao processo após a conclusão do trabalho pela equipe técnica e saída da equipe oficialmente de “cena” em função do término do projeto, que deverá ser

continuado pela comunidade para que as informações estejam sempre atualizadas.

A equipe técnica organiza e sistematiza os dados obtidos na primeira oficina para dar maior transparência e entendimento para a próxima etapa.

Acontece na **fase IV**, a segunda oficina ou oficina 2. Nessa oficina, o objetivo é mostrar no *Open Street Map* (OSM) os pontos de referência sugeridos nos croquis; ensinar o uso do aplicativo GPS sugerido, no caso o *GPS Essentials*, para *smartphone*; dividir em grupos e cada grupo ser acompanhado de um “guia”/instrutor para prática do aplicativo GPS no *smartphone* em campo; retornar para aprender a exportar os dados para plataforma sugerida, no caso específico o OSM; iniciar o uso do OSM com o auxílio do instrutor.

Na **fase V**, acontece um retorno à **fase III** com a apropriação das decisões tomadas pelo grupo de trabalho na fase anterior; procedimento que visa informar sobre os resultados obtidos até essa etapa com o objetivo de manter o espaço participativo e se necessário realizar ajustes. “A utilização do formato ‘conhecimento seguido de ação’, separado pelo tempo, facilita a maturação e o aprofundamento da reflexão dos consultados em torno das atividades conhecimento e ação” (BUARQUE, 1999 apud PEREIRA, 2009, p. 69).

Na **fase VI**, a princípio, acontece a última oficina, a oficina 3, que visa treinamento para aplicação do questionário para coleta de dados em campo; cada participante deve possuir autonomia para usar o GPS no *smartphone* e a plataforma OSM. Devem ser fornecidos auxílios e respostas a questionamentos feitos pelos instrutores “guias”. Dessa forma, a comunidade passa a ser responsável total pela coleta dos dados no campo, incluindo preenchimento das informações do questionário. Assim, apodera-se do processo e poderá dar continuidade inclusive atualizando dados futuros e inserindo novos contextos. Sugere-se que sejam realizados encontros para a apropriação da metodologia pela comunidade até que os participantes sintam-se seguros para a aplicação do processo.

3.1. Descrição das oficinas realizadas com o “Mapa do Bem”

No âmbito do “Mapa do Bem” foram realizadas uma série de atividades, cuja análise ajuda a garantir resultados mais claros e objetivos sobre a descrição das fases do procedimento metodológico. Nas oficinas foram construídos os esboços cartográficos, através da participação da comunidade e orientada pelos organizadores do projeto. A

realização das oficinas de mapeamento ocorreu após o recrutamento de pessoas da comunidade. A parceria entre o POESI e o LabTTEC acelerou e facilitou o processo de estudo metodológico desta dissertação, tendo em vista que o projeto financiado pelo CNPQ possui alunos dos cursos de Geoprocessamento, Informática e Letras, num total de seis estagiários que participam do projeto, e, apesar de o produto final ser voltado para um portal que inicialmente informará sobre gastronomia e cultura da região, o processo metodológico de mapeamento e as oficinas foram orientados por nós do POESI e, dessa forma, incluiu-se a demanda trazida sobre a abertura de vias/mobilidade.

Apresenta-se a seguir as diversas etapas que foram desenvolvidas, tendo em vista, subsidiar os procedimentos para concretização de mapeamento com a participação da comunidade. Nesse momento do estudo, ocorrido em julho de 2015, foram produzidos mapas a partir de oficinas participativas. Os integrantes do grupo trabalharam em conjunto para criar uma representação visual de um local, utilizando as ferramentas e materiais à sua disposição. O objetivo central dessa atividade, de modo geral, é “criar e manter um ambiente democrático e integrado para que a participação dos envolvidos no processo se desenvolva, e que as atividades mais substantivas do projeto fossem realizadas de forma adequada” (SYDENSTRICKER NETO, 2008, p. 84).

Ao longo de todo o processo de mapeamento participativo existem sínteses e apresentações com a comunidade para deixar os participantes a par de todos os acontecimentos para a compreensão geral (SYDENSTRICKER NETO, 2008, p. 88), e, assim, avaliar e até mudar o rumo do projeto.

A seguir, apresentam-se, detalhadamente, as etapas de mapeamento que sustentaram o desenvolvimento da metodologia participativa a ser desenvolvida na região do São Benedito.

A partir do entrosamento com os representantes, faz-se necessário coletar informações a respeito do que pensam ou de como gostariam que a região fosse reestruturada. Como fizeram Reis, Decanini e Pugliesi (2010), é importante a construção de mapas cognitivos¹¹, levando em consideração a percepção da população, o que consolida a essência do mapeamento, ao valorizar a opinião dos usuários do espaço. Segundo esses autores, citando Lynch (1997), os mapas cognitivos estão intrinsecamente ligados com a percepção do ambiente, ou seja, a maneira como as pessoas formam

11

Mapas cognitivos são representações ou modelos mentais elaborados a partir das interações e aprendizagens entre humanos, em um domínio específico do seu ambiente, e que cumprem a função de dar sentido à realidade e permitem-lhes lidar com os problemas e desafios que esta lhes apresenta (SWAN, 1997).

imagens mentais dos lugares.

Nesse enfoque, seguindo a metodologia de Lima e Costa (2012), ao realizarem oficinas com a população local, concretizou-se no “Território do Bem”, uma oficina de modo que os membros dessa comunidade pudessem expor suas ideias e opiniões de como melhorar as condições de acesso aos outros pontos da cidade. O processo inicial foi a construção de mapas cognitivos. Esses mapas, de acordo com Reis, Decanini e Pugliesi (2010), é um esboço cartográfico de uma área específica, o qual pode ser desenhado em folha de papel e é baseado na memória das pessoas. O mapa mental não utiliza de base cartográfica precisa ou qualquer outro documento prévio, por isso pode ser chamado croqui. Esse processo é também denominado por alguns teóricos de esboço cartográfico.

Os esboços cartográficos são desenhos à mão livre. Eles são desenhados em grandes pedaços de papel e de memória. Eles representam a terra de uma perspectiva aérea. Envolvem o desenho das características essenciais identificadas pela comunidade. Eles não se baseiam em medidas exatas, e não usam uma escala consistente ou o georreferenciamento (ACSELRAD, 2013). Nas palavras de Reis, Decanini e Pugliesi (2010, p. 2),

“O método de esboço cartográfico [...] consiste basicamente em solicitar aos participantes que elaborem representações gráficas, baseadas somente na memória de um determinado ambiente da cidade. Esta técnica possibilita que os profissionais envolvidos no desenvolvimento de sistemas de guia de rota consigam entender os elementos utilizados pelas pessoas, quando essas imaginam um ambiente urbano que está presente em suas memórias”.

O esboço cartográfico representa o tamanho relativo e a posição de recursos como são conhecidos e percebidos pelos elaboradores dos mapas.

O esboço cartográfico é um método útil para obter uma ampla compreensão de questões e eventos. Os esboços cartográficos são usados em nível de vilarejo (mostrando informações ricas e detalhadas) e para áreas maiores (que mostram menos detalhes). O produto final pode ser usado para planejar as atividades de mapeamento posteriores. Embora esse mapeamento seja um método facilmente executado e de baixo custo, o produto final não é muito preciso, o que em algumas ocasiões pode prejudicar a interlocução com outros atores externos. Ainda assim, o método é útil como ponto de partida para mapeamentos mais precisos e tecnologicamente embasados, ou para o mapeamento de pequenas vilas (ACSELRAD, 2013).

Esses esboços são melhores adaptados a projetos que se destinem ao uso interno da comunidade, visto que a informação não é precisa e as características não foram georreferenciadas.

Utilizar o método dos esboços cartográficos é de grande valia, no entanto, ele será ideal apenas para projetos com poucos recursos, podendo ser desenvolvido com custos baixos e de fácil manuseio. Dessa forma, os membros da comunidade não precisam de habilidades especializadas. Segundo Acelrad (2013), o investimento de tempo necessário é relativamente pequeno, e o produto final pode ser preservado e consultado.

O esboço cartográfico realizado de forma colaborativa estimula cada vez mais a participação da comunidade, principalmente por demonstrar as problemáticas locais e consolidar propostas de melhoria. Segundo uma assessora da AAI:

“A participação aponta desafios locais de âmbito global; indica que na comunidade são realizadas iniciativas de transformação construídas coletivamente; fortalece as relações comunitárias no propósito de formar políticas públicas, no sentido de dar rumo a projetos de desenvolvimento comunitário”.

Em suma, na visão de Acelrad (2013), esses instrumentos preliminares são viáveis em lugares onde os mapas de base ou outras informações territoriais não existem (conforme realidade do “Território do Bem”), e, também, podem facilmente ser executados por diversos grupos dentro da comunidade (ou seja, grupos de gênero, idade, status etc.), fato esse que torna esse instrumento acessível a todos, coletando o máximo de informações e com um número bem mais diversificado de participantes, como podemos conferir nos resultados das oficinas ilustrados nas figuras 16, 17 e 18.

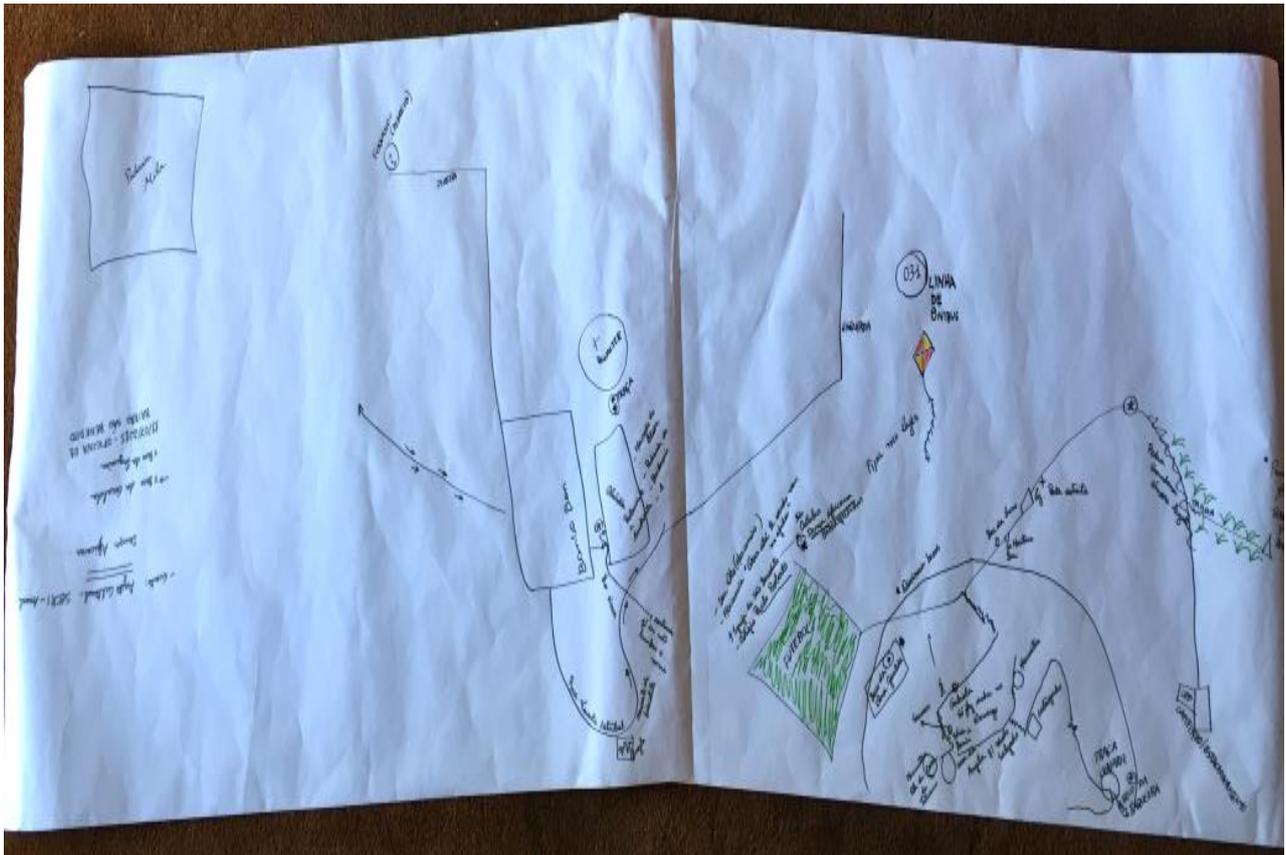


Figura 16– Resultado da oficina 1 no bairro São Benedito
Fotografia: a autora (2015).



Figura 17 – Resultado da oficina 2 no bairro São Benedito
Fotografia: autora (2015).



Figura 18 – Resultado da oficina 2 no bairro São Benedito
Fotografia: autora (2015).

Após construção dos esboços cartográficos, a etapa seguinte contemplou a delimitação das fronteiras e o delineamento das partes que compõe a região, incluindo-se, as ruas, os becos, alamedas, declives, aclives etc. O uso de instrumentos tecnológicos facilita esse processo, tornando mais fácil a captura de imagens e viabilizando a estruturação do mapa.

AcseLRad e Coli (2008) defendem a ideia do uso desses novos recursos, destacando que a função primordial da Cartografia Social é apresentar a definição e recorrência de um fenômeno e determinado segmento da superfície terrestre, relacionando-o ao mapa (ACSELRAD e COLI, 2008).

O Sistema de Posicionamento Global (GPS) é um sistema de posicionamento por satélite. Um receptor GPS é levado a uma posição no campo e usado para captar uma posição exata sobre a terra por meio de um sistema de coordenadas conhecido como latitude e longitude. Os dados são armazenados em formato digital e depois podem ser exibidos em um mapa (como um mapa base topográfico). Os dispositivos GPS são úteis para visualizar com precisão pontos específicos dentro de uma comunidade, que, frequentemente, são reconhecidos mais prontamente por órgãos oficiais (WHITE e RAMBALDI, 2013).

Para a implementação dessa solução, foi necessário *smartphone* e, apenas, para baixar o aplicativo GPS *Essentials* para aparelhos *Android* mesmo sem conexão com a internet. Um computador foi necessário para armazenar e visualizar os dados de pontos. As pessoas que utilizaram o aplicativo de GPS necessitaram de um treinamento básico, mesmo o GPS sendo mais acessível e fácil de operar. Para seu uso é necessário apenas que os satélites estejam “visíveis” ao receptor para envio dos sinais; não é necessária internet, que é outra tecnologia.

Não resta dúvida de que uma das funções desse equipamento é completar as informações precisas de localização de pontos geográficos em mapas e escala, MP3Ds georreferenciados (e outros métodos menos tecnológicos de mapeamento comunitário), bem como imagens aéreas e de sensoriamento remoto e SIG (WHITE e RAMBALDI, 2013).

O GPS compreende uma ferramenta para ajudar as comunidades a promover a mudança (por exemplo, mapeamento de posse) em um formato que é amplamente aceito pelas pessoas de fora. É eficaz, no que se refere à esquematização e à localização de várias características naturais e ajudar as comunidades no ordenamento do território e é adequado quando os mapas são elaborados a fim de serem vistos por instituições externas. Pode ser usado para registrar o conhecimento local, mas não sempre pode ser ajustado às maneiras tradicionais de registro e representação da informação captada (WHITE e RAMBALDI, 2013).

O uso dessa tecnologia requer a disponibilização de recursos. Embora o preço dos dispositivos GPS tenha caído e possam acessar aplicativos grátis por *smartphones*, as comunidades provavelmente precisam de um computador com software SIG, a fim de capturar e exibir os pontos.

Acredita-se que pessoas de fora poderiam ser necessárias tanto para treinar os membros da comunidade, como para eles mesmos trabalharem no projeto. Por conseguinte, fica claro que algum tempo terá de ser investido no treinamento de membros da comunidade.

O mapeamento baseado na internet envolve o uso de aplicativos baseados na internet (por exemplo, *Google Maps*, *Google Earth*¹² ou *Openstreetmap*¹³) para documentar e apresentar o conhecimento territorial local. Estes mapas interativos permitem que os usuários cliquem sobre as características no mapa para ter acesso à

12 Programas sustentados por dispositivos tecnológicos e utilizados para localização.

13 Trata-se de um projeto de mapeamento colaborativo para criar um mapa livre e editável do mundo, inspirado por sites como a Wikipédia. Traduzindo para português o nome significa Mapa Aberto de Ruas (RWEAIT, 2012).

informação multimídia. Os dados do mapa são baseados no conhecimento local, que tem sido documentado por membros da comunidade através de vídeo digital, fotos digitais e texto. Essa informação geralmente é armazenada em servidores remotos, sendo gerenciada e compartilhada através de um mapa interativo. O que torna esses mapas particularmente poderosos é a sua capacidade de comunicar conhecimento da comunidade através da internet e, assim, atingir um público amplo (WHITE e RAMBALDI, 2013).

Como software livre¹⁴ temos a possibilidade de usar o *OpenStreetMap* (www.openstreetmap.org) que é uma base para se criar um mapa livre através do uso de GPS e outras fontes, em que os dados podem ser editados em todo mundo usando as ferramentas disponíveis, como, por exemplo, o Wikipédia.

Esses mapas baseados na internet são utilizados para difundir conhecimento local complexo e qualitativo. Um mapa digital de terras tradicionais da comunidade com hipervínculos (*hiperlinks*) pode consistir de pontos, linhas e polígonos que podem ser clicados para conectar o observador à multimídia e textos informativos relacionados. O mapeamento multimídia serve para apoiar as comunidades locais na expressão, documentação e comunicação dos seus conhecimentos tradicionais e contemporâneos relacionados com a terra, usando um meio que está mais próximo dos sistemas tradicionais de transmissão oral de conhecimentos (WHITE e RAMBALDI, 2013).

Quanto aos recursos demandados para utilização desse processo, faz-se necessária conexão com a internet, hardware e software de computador e equipamento de gravação multimídia. Normalmente, as exigências são relativamente elevadas de recursos. Os membros da comunidade precisarão ter acesso a um computador com conexão à internet (preferencialmente de alta velocidade). As comunidades também precisarão de acesso a equipamentos de vídeo, câmeras digitais e outros aparatos para a gravação do conhecimento local. Uma quantidade considerável de tempo de treinamento será necessária a fim de familiarizar os membros da comunidade com conhecimentos de informática e de como utilizar ferramentas como aparelhos de gravação de vídeo e câmeras digitais. Será necessário um orçamento relativamente grande para a adoção desse método.

O mapeamento baseado na internet é aplicável apenas em lugares onde conexão com a internet e energia elétrica baratas estão disponíveis. Só será adequado em

14 No Brasil, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) desenvolveu o software livre TerraView (www.dpi.inpe.br/terraview/index.php), que é de livre acesso, assim como o manual, incluindo uma base de dados para todos os exercícios mencionados no manual de treinamento (www.centrodametropole.org.br/t_transf_terraview.html) (SYDENSTRICKER NETO, 2008).

ambientes nos quais os membros da comunidade se sintam confortáveis com a gravação e partilha de conhecimentos em um formato que os torna visualmente aparentes tanto dentro como, possivelmente, fora da comunidade. Não é adequado em um contexto no qual a divulgação de tais informações na internet possa criar uma situação física ou politicamente perigosa para os membros da comunidade. Será útil quando os membros da comunidade desejam compartilhar seus conhecimentos com outros membros dispersos da comunidade ou com a comunidade mais ampla e não estão preocupados com a difusão ampla dessa informação (WHITE e RAMBALDI, 2013).

Assim, esse processo recria as necessidades dos grupos, ampliando o número de integrantes, de modo a estimular os usos mais diversificados, melhorar uso do conhecimento gerado para transformação social. Como presente em outras abordagens, os mapeamentos participativos têm vantagens e limites quando comparados a outros métodos de coleta e tratamento de dados (SYDENSTRICKER NETO, 2008).

3.2. “Mapa do Bem”: metodologia na prática

Apesar de terem sido realizadas com algumas diferenças em relação à metodologia por nós proposta, as oficinas do “Mapa do Bem” fornecem informações relevantes a serem incorporadas. Serão descritas a seguir as atividades do “Mapa do Bem”, referenciadas nas fases do modelo que propusemos.

No que se refere à **fase I**, atividade 1 (Diagnóstico preliminar/ levantamento de dados), foram realizadas oficinas de fotografia e visitas a estabelecimentos comerciais e indicação da gastronomia e cultura locais. Ambas as atividades serviram para aproximar a comunidade da pesquisa e entender um pouco do perfil e do comportamento comunitário.

A oficina de fotografia teve a participação da comunidade, do LabTTEC e do Poesi. Foi realizada em 20 horas divididas em horários noturnos, terças e quintas feiras durante a semana, e, no sábado, pela manhã, na agência de comunicação Varal e no seu entorno para aulas práticas (figuras 19 e 20).



Figura 19 - Oficina de fotografia realizada com a participação da comunidade em São Benedito na sede da Varal e no entorno (aulas práticas)
Fotografia: autora (2015).



Figura 20 - Oficina de fotografia realizada com a participação da comunidade em São Benedito no entorno da sede da Varal (aulas práticas)
Fotografia: Sheila Nogueira e autora (2015).

O perfil dos participantes da oficina 1 foram previamente estudados pelo grupo do “Mapa do Bem” e concluiu-se que o ideal seria que fossem pessoas economicamente ativas, jovens (até 29 anos) e adultos (até 60 anos), constituídos por líderes, comunitários e agentes contratados. Definiu-se ainda que o número ideal fosse de 10 a 12 pessoas por oficina por bairro e o trabalho deveria ser realizado em grupos de duas a três pessoas em uma oficina de no máximo três horas.

No que se refere à aproximação com líder e agente comunitário, a equipe técnica realizou visitas de campo em São Benedito acompanhadas sempre de uma pessoa reconhecida na comunidade; inicialmente, com o líder comunitário. Nessas visitas, circulamos em mercados, bares, padarias, restaurantes e casas de pessoas que trabalham com encomendas de comidas, doces e salgados em geral. Também fomos em projetos sociais onde acontecem pontos de cultura como dança, música. Além disso, percorremos referências locais como escolas municipais e praças.

Num segundo momento, as visitas foram feitas pela equipe técnica junto com um agente comunitário, contratado pelo projeto “Mapa do Bem”. E esse agente indicou locais de referência na gastronomia e na cultura. Dessa vez, circulamos georreferenciando os pontos, num total de quarenta e um, incluindo a UPP, os grafites espalhados pela região e o mirante, que nos faz avistar toda a cidade de Vitória e parte dos municípios de Serra e Vila Velha (figuras 21, 22 e 23).



Figura 21 - Equipe do projeto “Mapa do Bem” georreferenciando os pontos do bairro
Fotografia: a autora (2015).



Figura 22 - Equipe do projeto “Mapa do Bem” georeferenciando os pontos do bairro
Fotografia: Angélica Tedesco e a autora (2015).



Figura 23 - Vista do Mirante, um dos pontos mais altos do São Benedito, onde é possível visualizar praias e partes de outros municípios como a Serra
Fotografia: a autora (2015).

O material das oficinas foi idealizado pela equipe técnica e adequado no momento da oficina 1.

Solicitou-se ao agente comunitário uma lista com nomes de pessoas da comunidade que se enquadrariam nesse perfil, e o convite começou a ser feito. O agente ainda indicou uma lista de possíveis participantes da primeira oficina de mapeamento participativo a ser realizada num sábado pela manhã, e os convites às pessoas da comunidade começaram a serem feitos; as mesmas sugeriram o uso de panfletos e cartazes para poderem lembrar e comparecer à oficina.

A princípio, a oficina seria realizada na sede da Varal, que fica no bairro Itararé, mas os primeiros participantes convidados expuseram a dificuldade que é deixar suas casas ou estabelecimentos no sábado pela manhã no bairro São Benedito e se deslocar até o local marcado para acontecer a oficina, que seria um fator que acarretaria na falta de muitos participantes. Em função disso, foi decidido mudar a oficina para a sede do Banco do Bem, também pertencente à AAI e que fica localizado no São Benedito. Sugeriu-se ainda que fosse feito um contato, via telefone, com os convidados no dia que antecederesse a oficina para reforçar o convite e a importância da participação.

Em ambos os momentos foram realizadas entrevistas e questionários, os quais foram preenchidos pelos grupos participantes e também registros fotográficos. A cada conversa realizada era explicado o projeto do “Mapa do Bem”; logo após essa apresentação, demonstrou-se a proposta metodológica.

Dificuldades encontradas: próximo ao final do reconhecimento do bairro São Benedito, com mais de 80% das visitas realizadas, um grupo ao chegar para continuar o processo de visitas, entrevistas e georreferenciamento, foi surpreendido com escolas, estabelecimentos comerciais e outras construções fechadas: tratava-se do famoso “toque de recolher” comandado pelo tráfico de drogas. Enquanto a polícia cercava o morro e fechavam todas as saídas, começou o barulho dos tiros, mas o grupo já havia conseguido se retirar do local nesse momento. Provável motivo para reação do tráfico: publicação na capa de jornal, de grande circulação no município e no estado, da foto da UPP Capixaba no dia anterior anunciando a queda de homicídios devido à presença da polícia (figura 24).



Figura 24 - Jornal “A Gazeta” em julho de 2015 divulgando/mostrando a força das instituições para controle do tráfico e homicídios
Fotografia: autora (2015).

Outros desafios encontrados: horário para realização da oficina somente de dia e fora do horário de trabalho dos participantes; opção sábado pela manhã; horário noturno durante a semana comprometido com o “toque de recolher” dos traficantes; prazo de

tempo curto para realização do “Mapa do Bem” em todo o “Território do Bem”; entender as especificidades dessa área de estudo e as diversidades existentes em seu contexto real; por fim, o fator clima também prejudicou o acesso a São Benedito em função da chuva.

Quanto à **fase II**, foram realizadas diversas práticas durante a condução da oficina 1, a começar pelo contato telefônico para os possíveis participantes para lembrar da oficina no sábado pela manhã. Foi sugerido pela agente comunitária que fossem contratados, dos convidados, as comidas e bebidas. O café da manhã iniciaria a oficina e teria o objetivo de atrair as pessoas, além de degustação dos produtos, e ainda, colaborar financeiramente com os participantes. A agente comunitária foi uma das convidadas e participantes dessa oficina.

Mesmo utilizando essa estratégia, apenas duas participantes, residentes na comunidade, apareceram para o café da manhã e disseram que só poderiam ficar em torno de uma hora por possuírem demais atividades a serem realizadas como fazer o almoço da família, por exemplo. Dessa forma, a oficina teve que ser remodelada e feita mais objetivamente. Registro que todo material apresentado nesta dissertação foi devidamente documentado, as entrevistas e oficinas foram gravadas em áudio, vídeo e transcritas.

Foram apresentados mapas turísticos de Vitória. Mostrou-se o bairro São Benedito e o mapa do município de Porto Alegre-RS. Foi mostrado também um mapa planilatemétrico e um vídeo de uma máquina fazendo um mapa do mundo. Na sequência, foi perguntado se elas seriam capazes de fazer um mapa e a resposta foi negativa. Foi fornecido lápis e papel A0 para que elas desenhasssem cinco lugares que viessem na sua mente e a forma de chegar até eles; com estímulo de um “guia” foram construindo seus mapas mentais (figura 25) e no desenvolvimento da atividade chegou mais um participante. Esse último era estudante de graduação de Sistemas de Informação. No total, quatro participantes da comunidade e a equipe técnica multidisciplinar formaram o grupo de trabalho. A equipe técnica já havia percorrido em vários dias a região e colhido informações com a comunidade, e, assim, também, colaborou estimulando o raciocínio.



Figura 25 - Condução de oficina realizada com moradores da região, cuja proposta era elaborar um mapa participativo
Fotografia: a autora (2015).

Mesmo com o contexto descrito, a experiência da oficina foi considerada rica e com ótimos resultados em função da qualidade e interesse dos participantes.

Com relação à mobilidade no bairro, um dos objetos desta pesquisa, foram sugeridas algumas alternativas e dito ainda que a PMV já desapropriou áreas e tem projetos de melhoria que demoram para acontecer.

Morador B – “Parece que tem um projeto saindo a rua para lá. Pegando a Tenente Setúbal com uma saída para lá”.

Moradora C - “para poder diminuir os beco para poder facilitá....Abrindo as ruas, os beco seria mais fácil para chegar. Tirando os beco é mais fácil para os carro entrá. O único lugá que tem mais beco é chegando na minha casa... Aquele beco era enorme, era grandão e ficou isso.... A casa dela tá chegando na rua e a prefeitura foi deixando e o pessoal fechou”.

Agente – “Na verdade é porque é área de ocupação né? No beco da Geralda dava para passar carro, era grandão”.

Dentre as sugestões, surgiu a de diminuir a quantidade de becos e alargar alguns, transformando-os em ruas. Os becos sugeridos para virarem ruas foram o “Beco da Dona Geralda” e o “Beco da Jaqueira”, perto da praça do Chafariz e da casa da moradora C. Dessa forma vemos também a força da comunidade; quem participa nem sempre sugere o melhor pra todos e sim para o que vai facilitar e valorizar a vida do participante. A força desse elemento do espaço também deve ser considerada. Foi sugerida também, a ligação do bairro São Benedito ao bairro Bonfim dando continuidade à Rua Tenente Setúbal (figura 26 e 27).

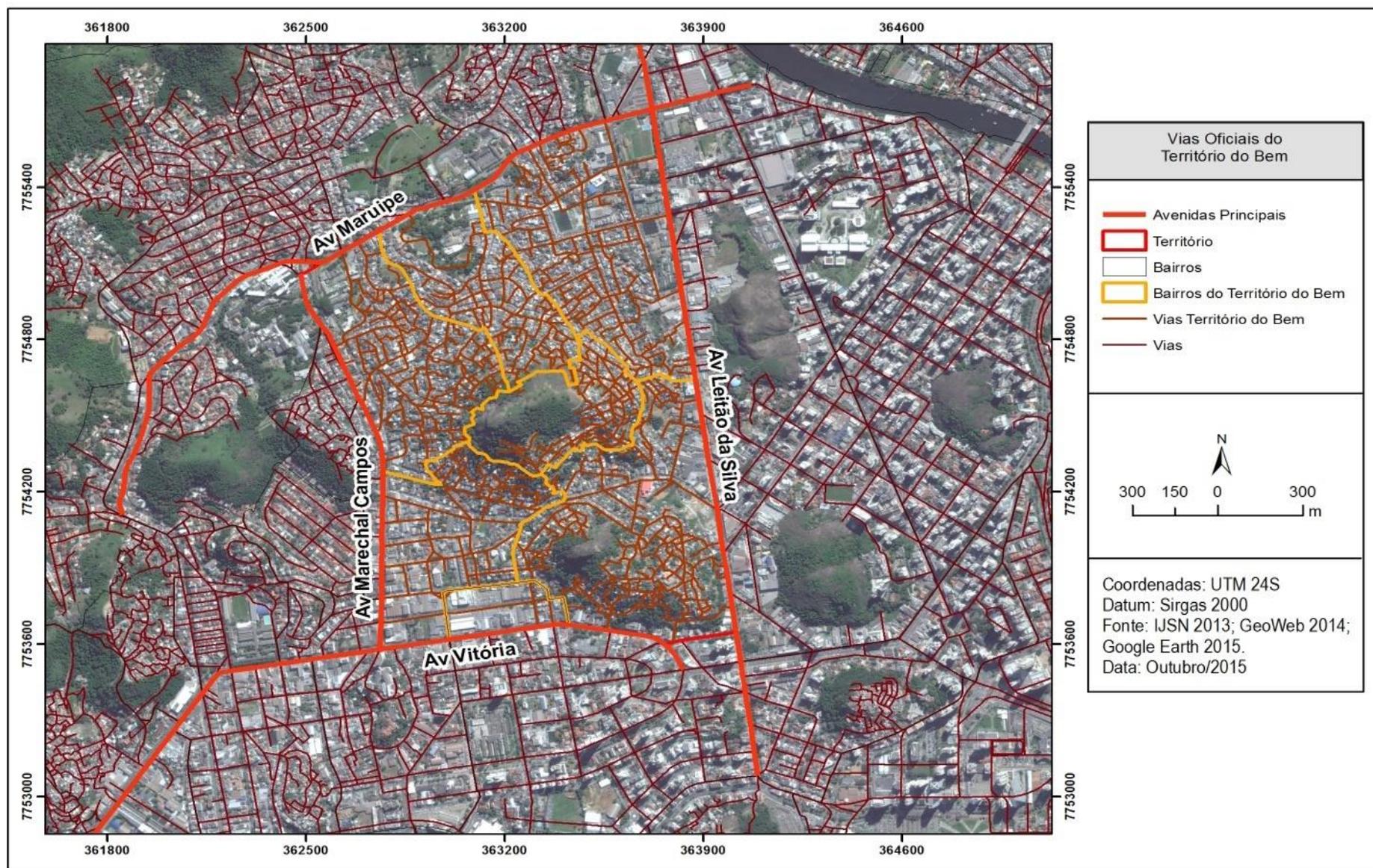


Figura 26—Mapa das vias do “Território do Bem”
Fonte: a autora (2015).

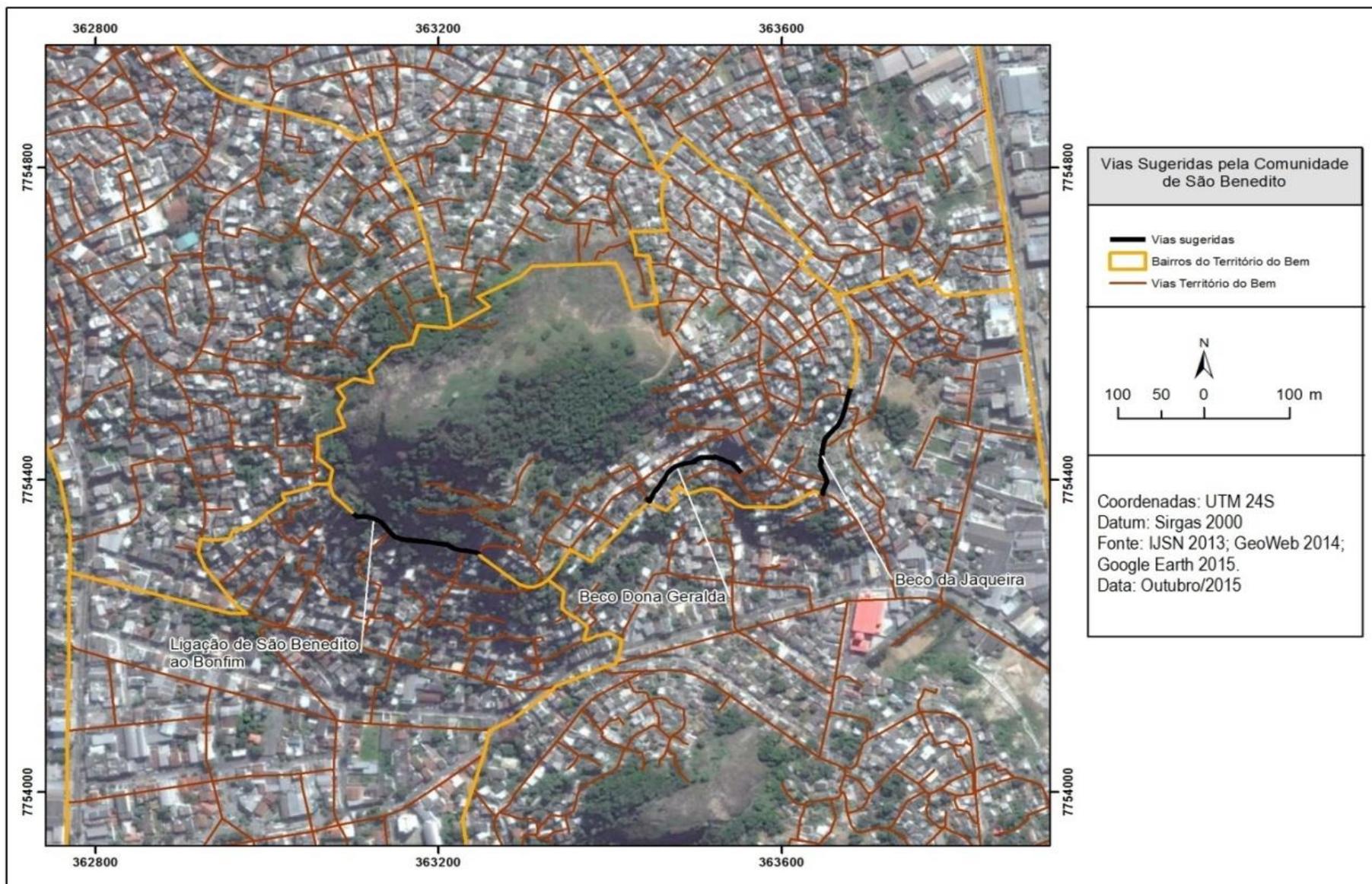


Figura 27 – Mapa das vias do “Território do Bem”, conforme sugestões da comunidade para melhoria da mobilidade no bairro São Benedito
Fonte: a autora (2015).

Ao final da oficina foi reforçada a importância da participação da comunidade no projeto e também foi discorrida uma introdução sobre o que será trabalhado na próxima oficina, reforçando que a presença deles é fundamental para a adequação e finalização do processo. Pelo perfil do estudante de graduação, imagina-se que ele será a pessoa que “abraçará” a causa e a levará adiante; mesmo assim, os demais participantes se comprometeram a participar para ver a construção de um mapa feito por eles.

Na **fase III** do “Mapa do Bem” foram realizados encontros, debates e troca de e-mails sobre a impressão de cada integrante da equipe técnica para se concluir como continuar o processo na oficina 2. O intervalo de quinze dias entre as duas oficinas poderia ser um complicador. Considerou-se que para dar continuidade ao projeto “Mapa do Bem” a própria equipe técnica junto com a agente comunitária reavaliariam os pontos de interesse em comum e os localizariam na coordenada correta. Os pontos georreferenciados foram marcados com referência em toda base de dados existentes da região. Utilizou-se *Google Maps*, OSM, Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo (GEOBASES), da Prefeitura de Vitória (GeoWeb) e outros.

Já a **fase IV**, momento em que aconteceu a oficina 2 do “Mapa do Bem” (figura 28), os três participantes da primeira oficina retornaram 15 dias depois, também no sábado pela manhã. Nesse segundo momento, mais quatro pessoas somente ligadas à comunidade apareceram para contribuir; desses, dois não reconheceram o mapa mental feito na oficina 1 e resolveram iniciar um novo mapa mental.



Figura 28 - Segunda oficina realizada com a participação da comunidade
Fotografia: a autora (2015).

O lanche ficou à disposição do grupo durante toda realização do processo. Logo após o segundo mapa mental ficar pronto, o OSM foi aberto para mostrar ao grupo uma outra forma de mapa e a região onde moram. Identificaram a própria casa e ajudaram a identificar locais da vizinhança (figura 29).

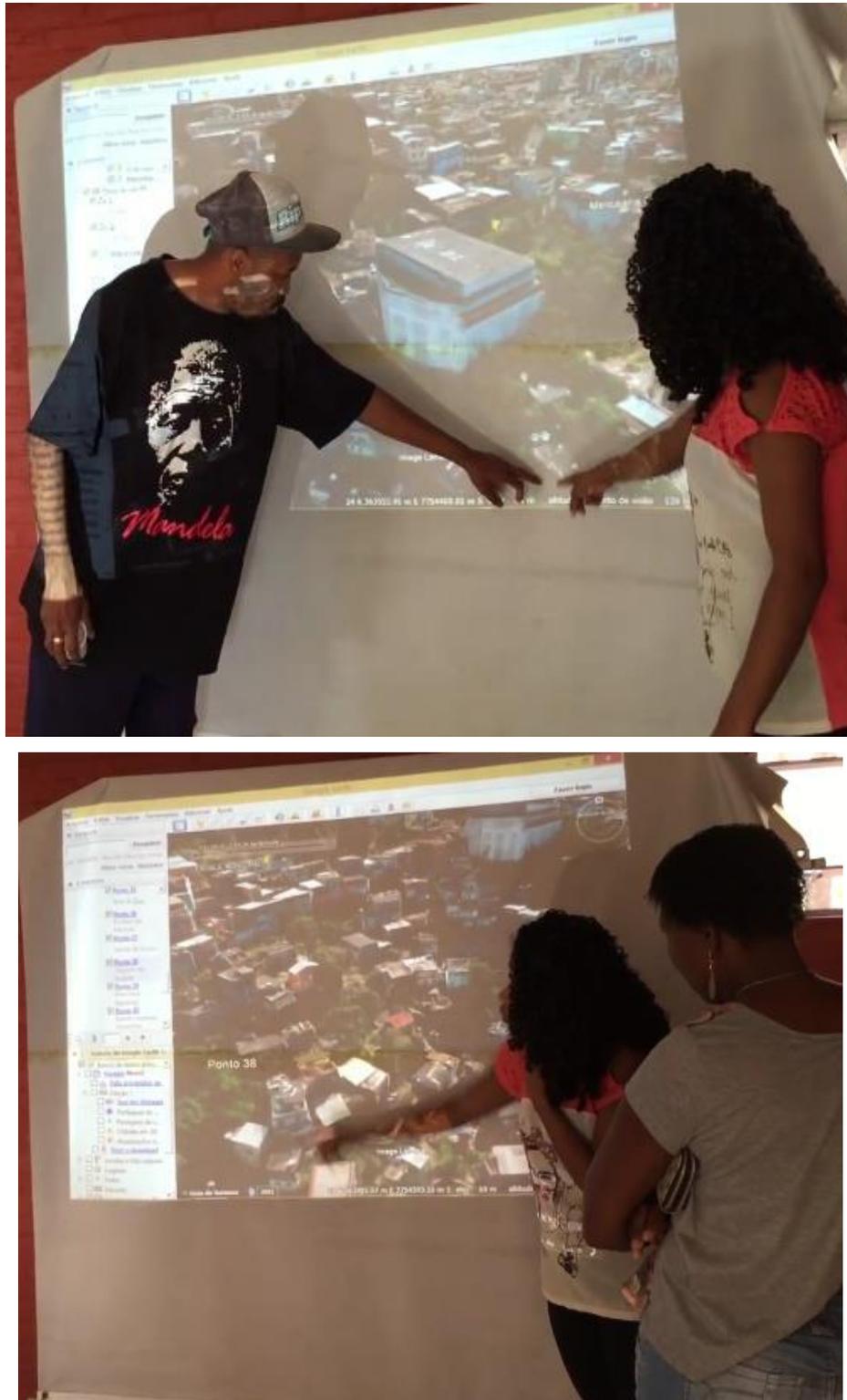


Figura 29 - Na oficina 2, participantes localizam e corrigem pontos indicados na oficina 1
Fotografia: a autora (2015).

Mostrou-se os pontos que foram sugeridos na oficina 1 e também os pontos coletados e georreferenciados em campo. Foi avaliada a incompatibilidade de nomes e localizações, conforme relatado no depoimento dos participantes:

Agente – “Todo mundo só fala da Geralda... Por isso é o Beco dela. Escadaria da Geralda é o início depois é rua [...]. É o início que tem uma escadinha depois é rua que dá no Beco dela.”[...] “Eles falam que é escadaria da Loura.... Porque ela mora aqui ó!!!”

Morador A – “Pra mim é o Beco da casa do Geilson, quem não conversa com ele vai falar ah é o Beco da casa da Aparecida [...]”.

Apontaram as dificuldades de se ter vários nomes e como funcionava o Correio e como está na atualidade.

Agente – “Antes o correio não vinha aqui porque não tinha nome de rua. Nome de rua a gente não tem na cabeça, só da rua que a gente mora [...]. Antes o correio chegava, mas ficava tudo lá no SECRI, aí o morador ia lá e pegava lá [...]. Algumas ficam lá ainda, se não panha elas ficam lá”.

Falaram dos projetos existentes na PMV e o que poderia ser feito para melhorar a mobilidade. Mencionaram o tráfico como motivo para ficarem recolhidos à noite em suas casas e pelo desaparecimento do convívio social nas ruas.

Moradora D - “Ah [...]. Aqui não tem isso mais não [...]. Acabou [...]”.

Agente – “Mas, aqui tem músico, não tem que senta, mas antigamente tinha, a gente ia para o bar bebia, batia um samba [...].

Moradora C – “Eu particularmente assim da comunidade eu não gosto, e mesmo se tive eu não vou tenho medo também [...]. Prefiro saí para fora, a gente sabe que é perigoso”.

Agente – “Acabou também por isso”.

Moradora D – “Assim as famílias do São Benedito, Bairro da Penha num se reúne mais assim, sai todo mundo para fora [...]. Porque num tem [...] num tem como [...] é perigoso.

Mordora C – “O que a gente tem medo é do tiroteio”

Agente – “O lugar para circular é tranquilo, mas tem que andar sempre atento, entendeu? Você vê o movimento como é que ta [...]”.

Mesmo assim, a moradora C, que está há três anos morando em São Benedito e residiu durante 30 anos em Inhaúma, no Complexo do Alemão, diz:

“A cidade tão bonita de se morar, aqui a cidade é boa de tudo”.

A experiência anterior da moradora C no município do Rio de Janeiro mostra a força do tráfico se não for controlado. Nas palavras dessa participante:

“lá você dorme e acorda com tiroteio, qualquer hora dessa te acertam com uma bala dessa aí”.

Mesmo com a pacificação, ela afirma que nada melhorou, que é um tormento e as pessoas têm que ficar todo o tempo dentro de casa; não se pode ficar no quintal e nem na varanda.

Conforme já mencionado anteriormente, durante as oficinas e visitas no bairro São Benedito, em uma das etapas de reconhecimento da área e coleta dos pontos georreferenciados, a equipe foi surpreendida com o toque de recolher feito pelo tráfico em represália a uma divulgação na matéria de capa do Jornal "A Gazeta" publicada no dia anterior. Recortes do mesmo veículo de comunicação, do ano de 2012, mostram a dificuldade que a comunidade encontra-se há anos (figura 30).



Figura 30 – Jornal “A Gazeta” publica reportagem em 2012 sobre tráfico de drogas no bairro São Benedito. Fotografia: autora (2015).

De um lado a UPP Capixaba, do outro, o tráfico. O sonho da população de possuir um teleférico articulado entre as comunidades, como aponta a ATA do Meeting Brasil X Alemanha (MOREIRA, 2014), mesmo que fosse viável economicamente e fosse implantado pelo governo, só se justificaria se o teleférico fosse controlado, afinal, a falta de segurança não deixa as pessoas circularem ou saírem de suas casas no morro do Alemão, no estado do Rio de Janeiro.

A moradora C fala ainda que o Complexo do Alemão está maravilhoso como uma favela-bairro. Que foram construídas praças para as crianças, escadarias e vielas completadas:

“Lá tem sempre corrida daa [...] daquele país que vem, que vem de longe, igual tem o pan americano aí que tem aquelas corrida que sobe correndo, lá sempre tem, todo ano tem. Então lá tá liindo, maravilhoso! Mas não tem segurança, os cara enfrenta a poliça mesmo, mete a bala na poliça. Né que nem aqui (São Benedito) que os cara corre da poliça não, lá os cara enfrenta e arma pesada minha filha.... Deus me livre, tá muito bonito aquele canto de lá cê olha assim a escadaria.... Mas lá cê não sabe se chega em casa. Essas festinha em cima da laje você não vê mais de jeito nenhum, aqui ainda vê”.

Fica claro que a abertura de vias, implantação de equipamentos para mobilidade, como a escada sugerida pelo projeto dos alemães ou o sonho do teleférico (figura 31 e 32) não resolvem a questão da mobilidade na região, tendo em vista o exemplo do Complexo do Alemão.

4 CIDADES
 8 ABRIL 2014 (SEGUNDA-FEIRA) | P. 02 A03 | R\$ 1,00

SÃO BENEDITO E JABURU

Alemães propõem até escada rolante para o acesso aos morros de Vitória

Propostas foram apresentadas à prefeitura e aos moradores das regiões

EM OBRAS

Se imagina subir no morro de São Benedito e Jaburu, em Vitória, de escada rolante? Fica a uma das propostas apresentadas por alemães como soluções para melhorias nas áreas da Capital.

No total, algumas propostas ligadas à intervenção urbana, habitação, mobilidade, equipamentos e produção de materiais para a construção (construção) das regiões. Ainda não se sabe quando tudo poderá acontecer para a população - se em 2014 ou em 2015. Porém, as propostas são de autoria de arquitetos e engenheiros da Alemanha e Espanha. Atualmente, a Universidade Tecnológica de Berlim se encontra em contato com a prefeitura e moradores de ambas as regiões para avaliar as propostas.

Entre as ideias estão a construção de escadas rolantes para o acesso aos morros de São Benedito e Jaburu, a construção de vias para o transporte de materiais por caminhão, e a construção de centros comunitários com espaços abertos para a realização de atividades esportivas e culturais.

As propostas também incluem a construção de centros comunitários para a realização de atividades esportivas e culturais, a construção de vias para o transporte de materiais por caminhão, e a construção de centros comunitários com espaços abertos para a realização de atividades esportivas e culturais.

DEBATE NA MOBILIDADE?
 Os moradores de São Benedito não se dá ao trabalho de sair de casa para ir ao trabalho. “Não temos aqui o mesmo todo, mas é preciso implantar alguma coisa de imediato para a coisa seguir em frente”.

MARIA RAQUEL LOPES mora em São Benedito há 42 anos

que facilitasse o acesso de pessoas em locais de construção. Mas não quer que sejam obrigados a usar o transporte público. “Não temos aqui o mesmo todo, mas é preciso implantar alguma coisa de imediato para a coisa seguir em frente”.

ESPERANÇA
 “Muito interessante é que quando as pessoas nem dão materialização, sabem que é mais possível que o caso aconteça”.

PAOLA ALVARO SPALANCO, professora de Arquitetura da Universidade Tecnológica de Berlim

ALBERTO PETERLE, coordenador do Programa TEMA em São Benedito

PROJETOS APRESENTADOS

- Engenheiros alemães**
 Construção de pontes e locais de circulação de pedestres entre as vias de acesso ao topo do morro
- Mobilidade**
 Construção de escadas rolantes para o acesso aos morros de São Benedito e Jaburu
- Centros comunitários**
 A construção de um centro comunitário para as pessoas que vivem no morro de São Benedito
- Abertura de vias para o transporte de materiais por caminhão**
- Centros comunitários**
 A construção de um centro comunitário para as pessoas que vivem no morro de São Benedito
- Abertura de vias para o transporte de materiais por caminhão**
- Mobilidade**
 A construção de escadas rolantes para o acesso aos morros de São Benedito e Jaburu
- Engenheiros alemães**
 Construção de pontes e locais de circulação de pedestres entre as vias de acesso ao topo do morro
- Mobilidade**
 Construção de escadas rolantes para o acesso aos morros de São Benedito e Jaburu

Sinapro
 Sinapro abre concorrência para escolher agência para o Colibri 2014

O Sinapro desenvolve o edital para a escolha da agência que fará a organização do Festival e Teatro Colibri 2014. As propostas interessadas são até o dia 24 de abril para a inscrição e apresentação de proposta. Até agora houve uma grande participação de interessados e a Liga de Marketing tempestivo pela organização do evento para que a conta da campanha fique mais interessante para os agenciadores. Foi definido um prazo máximo de prazo de 60 dias para a entrega das propostas para a criação da campanha, no valor de R\$ 7.500,00.

Para a concorrência, a agência deverá apresentar apenas uma proposta, impressa, que contenha o nome e a sede jurídica para o envio e que contenha uma proposta detalhada. A decisão da agência vencedora da licitação do Festival Colibri 2014 será encaminhada de imediato para a comissão e a escolha será feita por sorteio público. O edital do edital encontra-se disponível em: www.sinapro.org.br

Tudo isso, o Festival segue no intuito de se tornar um evento de referência em conteúdo no Estado. A perspectiva é novamente trazer pessoas de fora e impulsionar as equipes locais de trabalho.

Publicidade em rede
 Espaço de atuação no âmbito de gestão econômica e político-social, o grupo de trabalho Publicidade em Rede, formado por representantes de diversas organizações e instituições, apresenta a proposta de criação de uma rede de publicidade em rede para o Estado de São Paulo. O objetivo é fortalecer a atuação das organizações de trabalho por meio da criação de uma rede de publicidade em rede para o Estado de São Paulo.

Figura 31 - Reportagem das propostas de mobilidade sugeridos pelos alemães em jornal local
 Fonte: <http://www.labtar.net.br/site/2014/04/a-gazeta-alemaes-propoe-ate-escada-rolante-para-o-acesso-aos-morros-de-vitoria>. Acesso em: 14/09/15.



Figura 32- Propostas de mobilidade realizadas pelos alemães para o “Território do Bem”
 Fonte: <http://www.labtar.net.br/site/eventos/jilc/>. Acesso em 14/09/15.

O problema da violência no Rio de Janeiro é narrado pela participante da oficina:

“Eu peguei o teleférico em Bonsucesso sem saber, cheguei em casa meu marido : pelo amor de Deus num vai de teleférico não! O bondinho já levou uma, uns tiro e ficou um mês parado. O teleférico tá funcionando lá mas tá levando bala, já furou. Vinte minutos de Bonsucesso a Inhaúma eu peguei”.

Diante desse debate pergunta-se: de que adianta ter infraestrutura e a higienização realizada se na realidade as pessoas continuarem sem poder ir e vir no horário que bem desejarem? Assim, até os turistas ficam indispostos a conhecer esse espaço. Segundo a mesma participante:

“Ajudou em nada não (a pacificação), antes tava assim de turista, agora eles não vem mais, porque os turistas também têm medo. O que tem matado de gente lá de bala perdida. Morreu três horas da manhã com um bebe de três aninhos do lado velando o corpo da mãe, aí chegou de manhã tava lá no sofá. Já pensou menina um negócio desse? É triste viver naquele lugar lá. Na minha cidade graças a Deus não tem isso. Lá eles soltam tiro e a casa treme, a terra parece que tá tremendo, cê tá durmino, sua casa parece que tá balançando.... Uma doidera que num tem noção no Rio de Janeiro”.

Um dos orgulhos da comunidade de São Benedito é a vista que se tem da laje das casas dos moradores, local em que se reúnem as famílias e amigos. Outro ponto onde levam seus visitantes é a torre de sinalização para os aviões; já é uma área de reserva e é projetada para ser um parque; lá de cima avistam-se todas as praias, bairros e outros municípios ao redor da Ilha de Vitória. Para os participantes:

Agente – “Aqui o primeiro lugar imperdível é a nossa laje [...]. Aí a gente leva no ponto mais alto.”

Moradora C – “Meu primo veio do Rio e nós levamos ele lá em cima para tirar foto. Nossa Senhora [...] coisa mais linda!”.

Morador B – “Quem gosta de esporte seria um lugar para pular de parapente, coloca no piloto automático e vai e vai chegar no final tem a UPP. O ônibus só vai até a praça, daqui para lá se quiser ir a pé ou de carro. Só o 031 (linha de ônibus) passa aqui, que sobe o bairro, só um”.

A torre de sinalização e alguns pontos turísticos capixabas avistados do bairro São Benedito são visualizados na figura 33 e 34:



Figura 33 – Torre de sinalização
Fotografia: autora (2015).



Figura 34 - Vista de alguns pontos turísticos da região metropolitana: destaque à Terceira Ponte, Morro do Moreno e Convento da Penha
Fotografia: autora (2015).

No que se refere à Torre de Sinalização, que representa um ponto muito admirado e cultuado pelos moradores não é valorizado por uma das parceiras e representantes da AAI. Em suas palavras, essa parceira diz ter “raiva” dessa torre porque a comunidade deixa de enxergar o que tem de bonito ao seu lado. Quando um morador leva um visitante direto para a torre, deixa de valorizar o caminho e seus potenciais, e, segundo ela, essa visão tem que mudar e as pessoas de fora têm que entrar, consumir e admirar esse contexto e não apenas subir para apreciar o visual.

Essa parceira é outra força que também colabora nas decisões do “Território do Bem” junto com as pessoas que vêm de fora para contribuir na ONG, juntamente com seus investidores (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Oi Futuro, PMV, Instituto Unimed, Instituto Energias de Portugal, Governo do Estado do Espírito Santo e outros), parceiros (Rummos, Serviço de Engajamento Comunitários, Igreja Santa Rita, Prefeitura Municipal da Serra, Petrobrás e outros) e os fóruns e redes (Fórum Bem Maior, Fórum de Economia Popular Solidária (FEPS), Rede Brasileira de Bancos Comunitários e outros). Esses agentes influenciam de forma direta ou indiretamente nas decisões tomadas na participação e negociação constante que ocorre nos processos, inclusive no mapeamento participativo.

Quanto aos desafios encontrados na oficina 2, destacam-se: muitas ruas, becos não mapeados ou mapeados com nomes diferentes tanto no município, quanto nos correios e ainda denominadas pela população com outros nomes. Isso acontece com bairros, ruas etc. Numeração das casas e CEP muitas vezes não existem, conforme relatado pelos moradores participantes da oficina:

Morador B – “Ah [...]. O correio (não vai) Não [...]. Sim, alguns locais num tem rua; tem rua que tem dois, três CEPs, então aqui além de CEP diferente [...]. Deixa eu te dar um exemplo prático: o beco que a gente mora, eu e Marly mora, Rua do Cafezal, não é?”.

Agente – “É [...]. A prefeitura considera aquilo ali como Gurigica. Se perguntar para mim eu vou falar que é moro em São Benedito, mas para a prefeitura ali é Gurigica; o correio também tem outros nomes”.

Morador B – “Isso se tiver CEP, agora os nomes pode ser que tenha confusão de nome aí [...]”.

Nessa **fase V** do “Mapa do Bem”, a equipe técnica realizou revisão técnica e formatação das informações no banco de dados junto com a agente comunitária contratada pelo projeto e concluiu o mapeamento do bairro São Benedito.

Na **fase VI**, a comunidade deveria, durante a realização da oficina 3 do “Mapa do Bem”, apropriar-se da metodologia GPS e OSM para aplicar e dar continuidade ao processo de forma autônoma, mas essa oficina formativa não aconteceu por mudanças de rumos estabelecidos pelo grupo do IFES. O motivo da mudança na metodologia foi a de falta de tempo hábil para a entrega do “Mapa do Bem”, prevista para final de 2016, tendo em vista que nesse formato escolhido nenhum grupo da comunidade assumiu o projeto para seu desenvolvimento.

Com esse piloto do mapeamento participativo no bairro São Benedito, pretende-se, por enquanto, dar continuidade ao mapeamento nos demais bairros do “Território do Bem” com a própria equipe técnica junto com o líder e o agente comunitário remunerado pelo projeto. No encerramento do “Mapa do Bem”, quando o produto final estiver pronto no final de 2016, pretende-se fazer uma oficina formativa para que a comunidade dê continuidade ao mapeamento. Espera-se que com um produto em mãos a comunidade envolva e se aproprie do resultado.

Com os depoimentos da população mencionados acima, na fase IV, conclui-se que a falta de planejamento no início em que o bairro São Benedito foi construído repercute no atual contexto, pois a ausência ou duplicação de nomes, seja nas ruas e becos, assim como a não localização por CEP dificulta o estudo e entendimento da região.

Após a finalização do quadro de procedimento de metodologia participativa das oficinas realizadas junto ao “Mapa do Bem”, o mesmo foi apresentado para avaliação individual, através de entrevista, a alguns participantes do projeto que foram escolhidos

com a intenção de se verificar a clareza, fazer a validação e reconhecimento do processo da metodologia. Essas conversas, que estão todas documentadas por meio de gravação de áudio, foram realizadas junto à presidente da ONG AAI, ao líder comunitário do bairro São Benedito, à agente comunitária, à técnica da PMV e à técnica do “Mapa do Bem” e estão relatadas abaixo.

A presidente da ONG AAI diz que se a metodologia chegar através de um grupo conhecido é mais fácil e que é óbvio que o Fórum Bem Maior ajudaria, mas as pessoas trabalham e só encontraríamos as lideranças à noite o que seria complicado, pois seria um trabalho noturno. Preocupa-se também com o tempo que demandaria para um processo inicial desse ser realizado pelas mãos da comunidade. Sugere que no momento de se fazer a expansão do Mapa do Bem sejam utilizadas algumas ferramentas como a Varal Agência de Comunicação para fazer os *spots* de rádio, a bicicleta de som para percorrer a comunidade, além de agora poder contar também com a mobilização através do próprio aplicativo E-Dinheiro, que pode enviar SMS para todos os que são cadastrados. Lembra ainda que essa é a linguagem mais fácil para que as pessoas possam entender melhor o que é o georreferenciamento. Pergunto se ela acha que uma metodologia dessa funcionaria em uma região que não fosse o “Território do Bem” e ela responde:

“Sem mobilização comunitária não, com certeza não. Isso é um processo em uma comunidade que tem que ter no mínimo uma organização, algo funcionando senão....”.

Já o líder comunitário do São Benedito é claro ao dizer, sem sombra de dúvida, que, se a metodologia do “Mapa do Bem” partisse de um grupo já organizado as chances de darem certo aumentariam consideravelmente, tendo em vista a experiência de que a pesquisa foi a própria comunidade que fez, que partiu deles, que fizeram e até hoje colocam em prática o planejamento estratégico e não fogem dele. Ressalta que a cada ano eles se fortalecem. Diz que o lema deles é aprender fazendo e que só vai aprender quem tiver a oportunidade de fazer, sem o que a comunidade não vai entender. Lembra que precisa envolver o maior número possível de atores com opinião, para elas se apropriarem de tudo: da visita técnica, dos equipamentos e de como funcionam. Acha que todos deveriam entender para depois iniciar o mapeamento. Disse que quando o líder está envolvido, a comunidade sabe que o projeto terá início, meio e fim e que quando envolve as pessoas, junta conhecimento de fora com o de dentro. Fala que nenhuma das pessoas que estão mapeando frequentam o Fórum Bem Maior. E conclui, dizendo:

“Sabe o que corre o risco de acontecer? A gente se fechar, num foi construído junto com a comunidade, e aí? Uma importância tão grande dessa, quê adianta? Eu gosto da ideia de capacitar os próprios moradores e aí nós vamos fazer o mapeamento. Eu concordo com isso aí, pode mandar ver!”.

A agente comunitária (pessoa da comunidade que atua no “Mapa do Bem” com remuneração proveniente do grupo de pesquisa do IFES), por sua vez, diz que passa a ser uma coisa só do grupo que está ali e que não sabe se depois as pessoas continuariam a desenvolver. Acha que tem que ter uma referência para continuar essa multiplicação e também tem que se preocupar com o subsídio, como as pessoas seriam auxiliadas, como seriam estimuladas para darem a continuidade do projeto.

A profissional técnica do “Mapa do Bem” salienta que o “Mapa” é um projeto nascido da demanda do Ateliê de Ideias e será uma tecnologia social, entregue para o Ateliê de Ideias. Essa tecnologia contempla a criação de um site, de um software e de um aplicativo colaborativo. Diz que a construção da metodologia ocorre dessa forma porque o Ateliê está lá presente, porque senão poderíamos optar por outro caminho. Ressalta ainda que o caminho metodológico é construído ao caminhar, aperfeiçoando acertos e corrigindo e revendo erros.

Existe um planejamento flexível e disposto a mudanças. Segundo a técnica entrevistada, o Ateliê de Ideias solicitou que não fossem mobilizadas pessoas da comunidade que já estavam mobilizadas; isso porque eles querem atingir um perfil de público diferente daquele que vem sendo trabalhado até agora pelo Ateliê, que é um público mais desfavorecido do “Território do Bem”. Querem envolver pessoas que estão em um nível socioeconômico melhor. Dessa forma, a mobilização pensada pela equipe técnica do “Mapa do Bem” sempre foi a de comunicar que estão na região fazendo o “Mapa” e que quando entregarem o produto final, podem ou não ser demandados pela ONG, para dar continuidade ao projeto mobilizando as pessoas para colaborarem.

A agente técnica do “Mapa do Bem” declarou que no momento da entrega do projeto será decidido qual a melhor forma para se dar continuidade e ter uma sustentabilidade. Uma das opções é utilizar o GPS *Essentials* e o OSM, treinando as pessoas em oficinas formativas, ou ainda, trabalhar como é feito no aplicativo *Foursquare*, em que a pessoa não precisa sair a campo com o GPS na mão marcando os pontos, mas você está em um local qualquer, como exemplo, em um bar e entra no aplicativo e deixa registrado seus comentários sobre aquele local em que se encontra. Tudo isso ainda será estudado e pensado. Observa que existem duas preocupações presentes no “Mapa do Bem”: a sustentabilidade do projeto com relação à mobilização e também com relação ao

lado técnico da informática. As dificuldades também se encontram na falta de recursos para manter os bolsistas e na formação dos mesmos. Ainda não se tem as respostas e estão procurando parceiros, mas um ponto é fundamental e sempre lembrado, qual seja:

“A gente tem que lembrar que está numa instituição de ensino e temos o compromisso de formar essas pessoas. Temos que conseguir terminar o projeto num prazo razoável para que os alunos consigam começar e terminar o projeto antes de se formarem. Se seguíssemos a sua metodologia, desde o início, com a dimensão do “Território do Bem”, o projeto terminaria em cinco anos. Poderíamos fazer a sua proposta se fôssemos para um outro território, com outra demanda ou aplicá-la apenas em São Benedito”.

A agente técnica da PMV disse que a participação da prefeitura nesse nível de colocar a comunidade para desenhar o método não existe. Ressaltou que a Poligonal 1, como é denominada a região do “Território do Bem”, oficialmente é muito articulada, politizada e em tese uma comunidade mais fácil de se entrar. Comentou também que nessa região as pessoas já passaram por um processo de participação comunitária voltado para um todo, inclusive com cursos de capacitação. Então as lideranças comunitárias e o Fórum Bem Maior já estão mais preparados para receber uma metodologia como essa e dar continuidade sem que ela se perca.

Se escolher formar outro grupo, todo o processo tem que ser realizado desde o início ou então se corre o risco de se perder tudo com pessoas que não estão preparadas. No processo de participação ocorre toda uma mudança de comportamento, de saber o que pode cobrar, uma verdadeira transformação que não é fácil de atingir. Imagina que essa metodologia pode ser irradiada a partir do Fórum Bem Maior ou do Ateliê de Ideias. Avaliou, também, que talvez de fato os adolescentes sejam os grandes multiplicadores dessa metodologia, que tende a se difundir nas mãos deles já que é uma realidade muito dinâmica vivida nessas regiões e é difícil alimentar os dados.

Ocorre uma dificuldade enorme, por exemplo, em se cadastrar habitação. A profissional entrevistada exemplifica que acontece o cadastro e logo depois chove e aquela habitação cai, ou, vende-se aquele imóvel e muda para o lado, ou ainda, faz-se um “puxadinho”. Salaria que essa questão dinâmica pode estar disponível por essa metodologia apresentada e isso pode contribuir muito para o trabalho realizado pela PMV.

A agente técnica disse ainda que acha que é uma estrutura que funciona, mas que tem que ter um produto de entrada e um de saída. Desde a primeira oficina tem que se trabalhar em cima do foco desejado no produto de saída, que seja mobilidade, equipamento de lazer ou regularização fundiária. Sugere que para entender o uso do GPS e o georreferenciamento, o ideal seria trabalhar com mapeamento cadastral como um benefício concreto e questão central.

CAPÍTULO 4 – PROPOSTA DE METODOLOGIA DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO PARA MOBILIDADE URBANA EM ÁREAS DE OCUPAÇÃO INFORMAL

A partir do estudo realizado, considerando as referências teóricas, sobre mapeamento participativo, sobre mobilidade em áreas de ocupação informal e somadas à observação e análise das informações da comunidade, bem como da vivência junto à experiência de oficinas do Mapa do Bem, retoma-se neste capítulo a metodologia proposta no capítulo 1 para considerações e proposições. Pela figura 35 é possível visualizar a proposta metodológica sistematizada, a fim de ser interpretada e aplicada.

Com base na figura exposta na página 111, percebe-se que a metodologia é sustentada em oito fases, sendo essas norteadas por diversas atividades e ações da mesma forma que o quadro proposto para as oficinas. Para facilitar o entendimento do momento em que os grupos atuam, as fases foram divididas por cores e legendadas de acordo com o grupo de atuação. A cor amarela se refere à equipe técnica, a cor rosa significa que as atividades serão realizadas no âmbito de cada segmento e a cor verde mostra que o GT composto pela equipe técnica e os segmentos estarão trabalhando juntos nesses momentos.

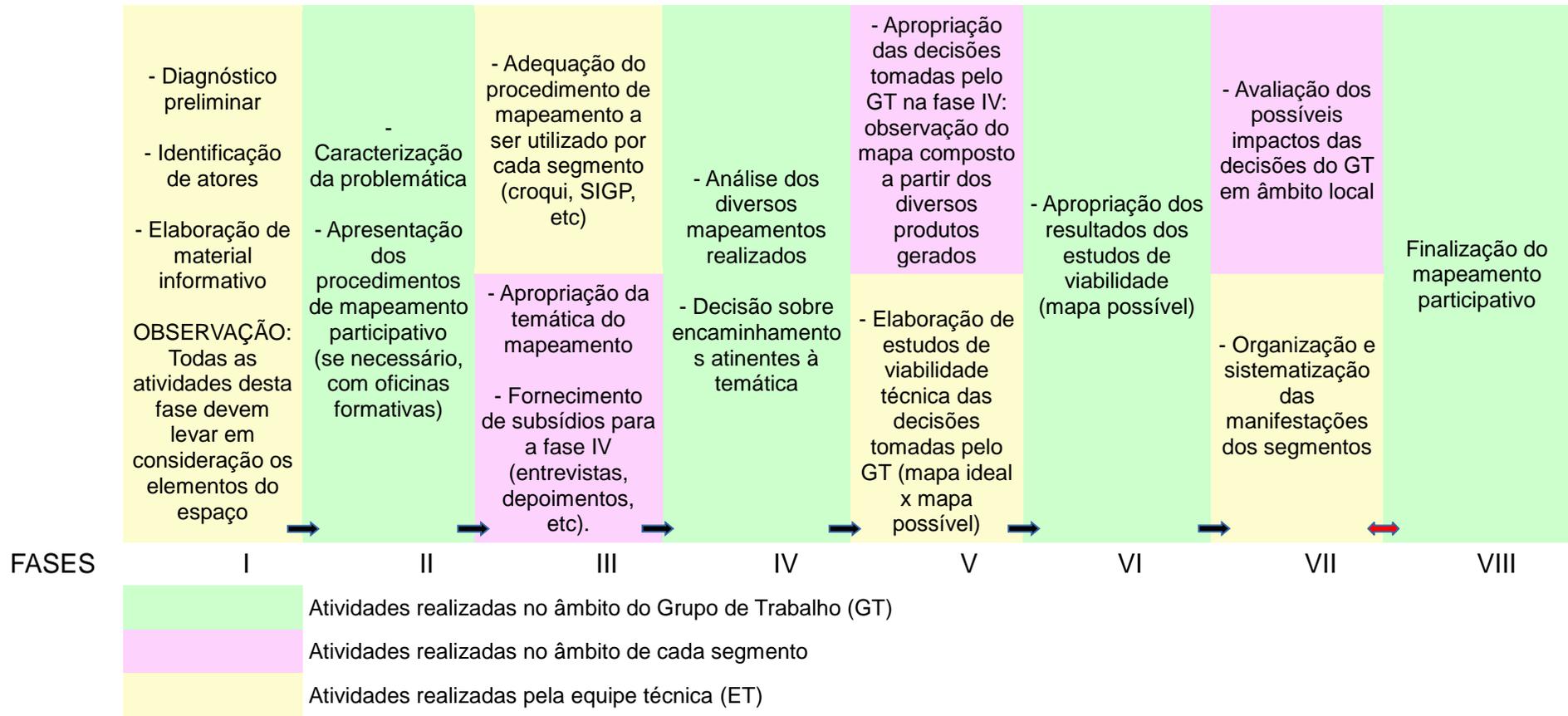


Figura 35 - Proposição de metodologia para mapeamento participativo visando tomadas de decisões, com base no modelo de Pereira (2009)
 Fonte: Adaptação e organização da autora (2015).

No que se refere à **fase I**, essa será composta por atividades propostas abaixo e todas devem levar em consideração os elementos do espaço:

1. Diagnóstico preliminar/ levantamento de dados:

Milton Santos defende que o mais importante no contexto do espaço geográfico é o fato de que “a cada momento histórico cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser medido na sua relação com os demais elementos e com o todo” (SANTOS, 2008, p. 9). Isso fica claro no exemplo dado na sequência de o quanto o território é dinâmico e como os projetos e as várias propostas sugeridas e estudadas podem não ser mais viáveis em pouco tempo.

Sempre teremos que buscar quais são os projetos que já foram propostos, avaliados ou estão aguardando verba para serem consolidados. No bairro São Benedito, projetos como a Praça do Chafariz estão prontos na prefeitura aguardando verba para implantação (figura 36); outros terão que ser remodelados: como exemplo, temos a área da UPP que inicialmente possuía o projeto abaixo (figura 37) na PMV, no entanto, esse projeto não foi executado e tende a ser revisto. As necessidades mudaram já que a UPP está ocupando um pedaço da praça e, portanto, a PMV está estudando as possibilidades de realocar os outros equipamentos.

Agora, a polícia também é um segmento e tem a demanda de sair rápido. Então, não se pode ocupar com nada na frente. Terá que ser discutido com a comunidade e com a própria polícia. Acaba que tudo que é projetado tem que ser reavaliado, já que alguns demoram até cinco anos para a execução e mudam os atores envolvidos no processo, segundo a profissional técnica da PMV. Trata-se um território dinâmico.

A profissional da prefeitura também declarou que às vezes as demandas que já estão aceitas pela prefeitura, mas não foram executadas, acabam perdendo força porque surgem outras demandas de grupos diferentes ou do mesmo grupo. Isso acaba enfraquecendo as demandas que já estavam mais concretizadas e o projeto acaba ficando “esquecido na gaveta”.

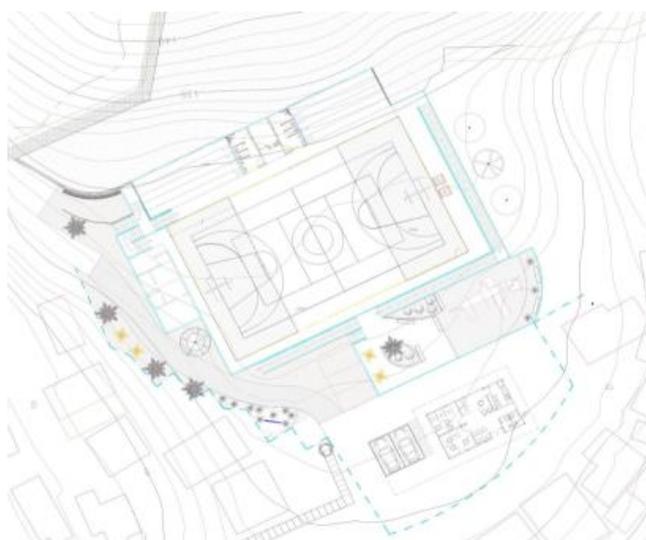


Figura 36 – Da esquerda para direita: e de cima para baixo escadaria transformada em rampa, novo acesso ao Parque São Benedito, UPP Capixaba em parte da área de onde seria o campo de futebol projetado e projeto da PMV para o Parque São Benedito
Fonte: Fotografia autora (2015) e PMV (2013).



Figura 37 – Proposta de implantação da Praça do Chafariz, corte esquemático e visualização da futura praça com suas escadarias de acesso. Abaixo, a Praça do Chafariz em 2015.
Fonte: PMV (2013) e Fotografia autora (2015).

Um dos problemas levantados na pesquisa foi a dificuldade de locomoção no bairro, que fica clara quando nas oficinas escutamos os depoimentos que estão registrados no capítulo 3. A nomenclatura dada aos bairros pela comunidade e a oficial já demonstra a dificuldade que acontecerá ao adentrar nas ruas e becos. O problema dos Correios com o CEP:

Morador B – “Ah [...]. O correio (não vai) Não [...]. Sim, alguns locais num tem rua; tem rua que tem dois, três CEPs, então aqui além de CEP diferente [...]. Deixa eu te dar um exemplo prático: o beco que a gente mora, eu e Marly mora, Rua do Cafezal, não é?”.

Agente – “É [...]. A prefeitura considera aquilo ali como Gurigica. Se perguntar para mim eu vou falar que moro em São Benedito, mas para a prefeitura ali é Gurigica; o correio também tem outros nomes”.

Morador B – “Isso se tiver CEP, agora os nomes pode ser que tenha confusão de nome aí [...]”.

Como já mencionado ao longo deste trabalho, Silva (2014) destaca que a acessibilidade é uma das limitações que ocorrem nas áreas informais e é um fator preocupante, devido a um número expressivo de pessoas, principalmente idosos, obesos, crianças e portadores de necessidades especiais que residem nessas áreas e encontram dificuldades, por vezes intransponíveis, para se locomover. A dificuldade de mobilidade no São Benedito faz com que as pessoas que necessitam de ambulâncias e serviços de entrega também sofram com isso:

Morador B – “A comunidade tem que ajuda a fazer isso, já tive que fazer isso, tem que levar a pessoa atéeee na ambulância, que só vai na principal. Às vezes tem gente que usa cadeira de roda e tem que fazer exame periódico, ou que são mais idosos e não podem sair de casa [...] Eu não sei como fazem com essas pessoas, mas dão um jeito. Não conheço muito bem essa realidade”.

Moradora C - “O gás foi entregar lá em casa, e tive que ir lá em cima buscar. Liguei e ele ficou perdido lá em cima”.

Sendo assim, novamente, infere-se que a ausência ou duplicação de nomes, seja nas ruas e becos, assim como a não localização por CEP dificulta o estudo e entendimento da região, mas o tráfico também é responsável pela falta de mobilidade, pois esse é um dos motivos pelos quais os moradores ficam recolhidos à noite em suas casas e pelo desaparecimento do convívio social nas ruas. Dessa forma, segurança também se torna uma demanda para a mobilidade na região.

Podemos citar outro exemplo relatado anteriormente, o qual dialoga com a realidade do bairro São Benedito. Refere-se ao estudo de caso do Morro da Providência, no centro do Rio de Janeiro. Segundo Silva (2014, p. 37), no Morro da Providência e em muitas das favelas brasileiras, a alta densidade populacional, aliada à estrutura orgânica, com vias estreitas e becos, dificulta a instalação de um sistema viário adequado à

chegada dos serviços, como caminhão de lixo, ambulâncias. Essa autora menciona que a inexistência de mapeamento, identificação e reconhecimento de logradouros também funciona como um obstáculo à criação de um plano de circulação viária, localização das demandas por serviços e a efetivação das entregas de correios e mercadorias aos moradores (SILVA, 2014).

As áreas informais de Vitória, hoje, possuem uma boa oferta de serviço e infraestrutura: tem escola, unidade de saúde, o ônibus chega e ocorre coleta de lixo todo dia. Atualmente, no município não se encontra uma favela com esgoto correndo a céu aberto, com lixo desenfreadamente largado, porque mesmo que você tenha algum ponto irregular de lixo, em geral a coleta é feita todos os dias, senão os resíduos estariam muito mais acumulados. Os moradores da capital, que residem em imóveis em situação de risco geológico ou estrutural, contam também com o Bônus Moradia, que dá suporte financeiro para a compra de outro imóvel.

Para a colaboradora técnica da PMV, esses benefícios ou condições atribuídos aos moradores das áreas informais não deveria ser o suficiente para que os moradores fiquem satisfeitos, mas somada aos benefícios da PMV inflacionam o mercado. Assim, segundo a referida servidora:

“as pessoas sabem que as pessoas estão alugando o imóvel com o recurso da PMV e isso aumenta o valor tanto da compra quanto do aluguel. Tá inflacionado!”.

Outro estudo de caso apresentado ao longo da dissertação foi o da comunidade de South of Market (SoMa) em São Francisco – EUA. Nesse estudo, Paker (1998) descreve que um dos prestadores de serviços, sem fins lucrativos, desenvolveu um mapa vivo do bairro, que foi uma ferramenta importante para ajudar na batalha contra a gentrificação da comunidade residencial descontrolada. Entre os resultados obtidos, destaca-se o fato de que muitas empresas estavam começando a se mover, citando problemas com rendas crescentes e despejos, devido às pessoas estarem construindo, demolindo e renovando suas habitações em estilo *loft*.

Tal articulação forçou o Departamento de Planejamento a se envolver em seu próprio estudo utilizando a mesma metodologia usada pela comunidade: GIS. Em seguida, foram realizadas uma série de oficinas de planejamentos públicos para determinar onde deveriam ser criadas zonas de proteção industriais e de uso misto e bairros planejados. O deslocamento devido à gentrificação foi descoberto. Sem o GIS, este tipo de análise teria sido quase impossível de fazer (PAKER, 1998).

Já no Morro da Providência, centro do Rio de Janeiro, a gentrificação surge depois de um processo de especulação fundiária e imobiliária que elevou o preço dos terrenos disponíveis.

2. Identificação do perfil dos atores:

Levamos em consideração o quadro de Rambaldi et al (2006), já discutido no Capítulo 1, e, através desse quadro, inferimos que na fase de planejamento devemos levar em consideração cada caminho construído, pois cada caminho tem implicações no papel dos envolvidos, de acordo com o tipo de participação praticada. E, sob essa questão, a profissional técnica do “Mapa do Bem” deixou bem marcada em sua entrevista de validação da metodologia:

“Quando a gente pensa num caminho metodológico, a gente pensa num caminho que se faz ao caminhar. Quando você fala que sua metodologia só serve para tal lugar, talvez possa servir para outro, alguém pode prostituí-la e fazer dar certo de outro modo e ligar e falar obrigada, peguei sua dissertação e só fiz alguns ajustes e deu super certo, eu acredito nisso”.

Como vimos no capítulo 1, Arnstein (1969), objetivando dar visibilidade às diferentes formas e participação, criou uma ordenação, em forma de escada, situando no nível inferior a manipulação dos sujeitos, indicando que não há uma participação propriamente dita e no topo da escada os cidadãos teriam controle completo do processo. Chambers (2006) reconstruiu a escada e a denominou “escada de participação com papéis e responsabilidades”. Assim, a participação pode variar de um mero personagem figurante, em que a população apenas obedece e o agente externo possui todo o controle, até uma participação em que a população é auto-mobilizadora e controla o processo. Deve-se ressaltar que cada comunidade tem suas necessidades e variações específicas.

Para McCALL e Dunn (2012, apud ROQUETE, 2015), a ‘escada de participação’ não implica, porém, que a máxima participação deve ser sempre almejada, mas deve ser apropriada às tarefas, competências e relações específicas entre atores.

Cargo e Mercer (2008, apud SYDENSTRICKER NETO, 2008, p.82), ao abordarem a questão da participação, identificaram as seguintes razões para os diferentes níveis e momentos de se inserir no processo: “[...] especialidade ou competência (expertise), acesso a recursos e informações, interesse e habilidade de representar potenciais usuários, beneficiários e outros indivíduos com algum tipo de interesse (*stakeholders*)”.

O ideal para que a conclusão do projeto seja a mais satisfatória possível é o trabalho de uma equipe multidisciplinar envolvida. No caso do “Mapa do Bem” são três professores pesquisadores de diferentes áreas como Psicologia, Engenharia Cartográfica e Letras, todos eles ligados diretamente ao projeto. Os bolsistas e grupos de

pesquisadores estão ligados indiretamente à Informática, à Geografia, à Biologia, à Engenharia de Agrimensura e outros, portanto, consolidando uma equipe e trabalho multidisciplinares. No modelo proposto por Pereira (2009), essa é a denominada equipe técnica.

Para o envolvimento de não acadêmicos temos diversos motivos considerando que em qualquer comunidade existem várias partes interessadas, com diferentes conceitos, vivências, níveis econômicos e objetivos. As relações de poder também aparecem nesse contexto interno e podem influenciar as decisões finais. As demandas e percepções são muito diferentes, depende muito do grupo com o qual se esteja conversando. Às vezes, tem muita gente participando, mas as pessoas estão ali com o mesmo olhar. Foi-nos relatado um exemplo clássico disso pela técnica colaboradora da PMV. Nas palavras dessa agente, tem-se que:

“Isso aconteceu com o orçamento participativo. Se mobilizou um grupo e gerou uma demanda em Santa Martha (região informal de Vitória). As mães queriam uma creche e os homens um campo de futebol, quem se mobilizou foram os homens, então o campo de futebol ganhou de muito. O município cria uma instância participativa, é o momento da participação e as pessoas que poderiam ir lá não vão. Como é que você vai dizer que a outra demanda é prioritária?”.

Esses são os segmentos interferentes no processo participativo denominados por Pereira (2009) que podem ser proprietários de bar, representantes de um grupo religioso, confeitarias, mães e homens na disputa por seus interesses, como no caso acima.

No mapeamento participativo temos envolvidos diversos usuários (que podem ser pessoas físicas ou jurídicas), o poder público e a sociedade civil organizada. No caso do “Território do Bem”, como exemplo, temos: a comunidade com seus vários segmentos e interesses, a PMV e a ONG AAI, respectivamente. A ONG foi quem trouxe a demanda e receberá o produto final. Além disso, a AAI é quem determina qual o público a ser mobilizado e atingido. Ou seja, o projeto “Mapa do Bem” só existe porque a ONG está presente no território. Cada um desses grupos possui distintos interesses. Esses interesses são apresentados e negociados no grupo de trabalho, denominado, assim, por Pereira (2009).

O grupo de trabalho é formado por atores heterogêneos (*stakeholders*), tendo em sua composição representantes de todas as forças sociais interessadas na temática. O grupo de trabalho é o segmento que traça as ações estratégicas da metodologia, atua na mobilização dos segmentos e toma as decisões. Deve-se atentar para a questão da representatividade no grupo de trabalho, pois as decisões impactarão a todos, como vimos no exemplo mencionado acima. Todas as regras (quem vota, quem e como

representa, quem tem assento no grupo de trabalho, qual será a equipe técnica) devem ser previamente conhecidas e aceitas pelos envolvidos, de modo a garantir a legitimidade do processo.

“É importante definir quem deve participar, em que fase do projeto um determinado grupo ou indivíduo deve ser chamado a participar e, finalmente, a que objetivo específico essa participação atende” (SYDENSTRICKER NETO, 2008, p.82).

Possuir no grupo de trabalho um “Fórum do Bem” favorece e adianta muito os trabalhos a serem realizados. O Fórum já é uma alternativa aos grupos já formados como o de lideranças e associações comunitárias. Eles já passaram por um processo de participação voltado para um todo. Começar a fomentar isso em outro grupo demora muito até chegar no nível que os outros estão, razão pela qual talvez seja mais adequado pegar um novo grupo e inserir nesse contexto, porque senão é rompida uma participação que vem de longa data.

Existe também um caso de sucesso na Poligonal 2, região instituída pela PMV e que compreende os bairros do Forte São João, Romão e Cruzamento. Segundo a técnica colaboradora da PMV, nessa região, a população instituiu o que denominaram de Conselho Comunitário. Inicialmente, eles identificavam-se como pertencentes a três bairros, mas com o passar do tempo, empoderaram-se de tal forma que eles deliberavam sobre o que ia ser feito ou não na comunidade. Perceberam que juntos são mais fortes.

A PMV tenta fazer um processo de construção de lideranças através de cursos de capacitação em que aprendem sobre cidadania, direitos e como eles devem se envolver nesse processo. Primeiramente, aparecem muitas pessoas, mas a identificação de quem vai de fato permanecer como liderança, como ponto focal e que venha a ser um articulador demora pelo menos um ano. Algumas lideranças despontam depois desse processo. Mesmo em locais com lideranças formais consolidadas, a prefeitura realiza esse trabalho com o intuito de oferecer a oportunidade de novas lideranças surgirem. Dessa forma, é formado o espaço da comissão de moradores, que não pode ser confundido com o espaço do movimento comunitário, associação de moradores ou outras entidades.

Entender a qualificação da participação e as relações entre esses atores contribuem para identificar um denominador comum e concluir com sucesso o processo de mapeamento participativo. Dentre essas relações, podemos citar, como exemplo, as divisões religiosas, a cultura, o grau de parentesco, a atividade econômica desenvolvida e outros. Para que esse entendimento ocorra mais adequadamente, Acselrad (2013) aponta como ideal, fazer um estudo etnográfico da comunidade. Em nosso entendimento, importa

também considerar os elementos do espaço, formulados por Milton Santos.

As visões diferentes de atores internos por si só já justifica a participação que enriquece e complementa um ao outro. Na literatura, alguns autores também sugerem questões que ajudam a definir qual é a melhor combinação de participação entre colaboradores:

“os valores que embasam o projeto, os resultados esperados, a implementação do projeto, a utilização ou aplicação adequada dos resultados do projeto, incluindo a continuidade e sustentabilidade de ações e, finalmente, a legitimidade do processo como um todo” (CARGO e MERCER, 2008, apud SYDENSTRICKER NETO, 2008, p. 83).

Sydenstricker Neto (2008) ainda aponta sugestões para que a participação estabeleça-se e o resultado seja o esperado, como:

“identificação e engajamento dos participantes, formalização das parcerias, mobilização e envolvimento efetivo dos indivíduos em atividades concretas para executar o projeto e sustentar a parceria e colaboração até o final do projeto. Em paralelo e em consonância com essas atividades, ocorrem monitoramento, avaliação e os necessários ajustes de conduta para o bom andamento do projeto proposto” (SYDENSTRICKER NETO, 2008, p.84).

Para esse teórico, a diversidade de elementos e atores sociais que se relacionam de forma a produzir o espaço impõe que o espaço seja considerado em sua totalidade. De acordo com Santos (2002), o interesse é captar como a sociedade escreve a sua história e como o espaço a influencia. Homens, firmas, instituições, meio ecológico e infraestruturas devem ser avaliados, pois interferem diretamente no comportamento e na participação.

A técnica colaboradora da PMV, conhecedora das áreas de ocupação informal na cidade de Vitória e com muita experiência em participação, planejamento e execução de projetos, mostrou-nos várias realidades encontradas na região da Grande Vitória. Em geral, as comunidades são menos articuladas e participam com um foco muito no individual. Assim, sendo, não se tem uma continuidade. Em muitas regiões da Grande Vitória, tem-se que definir estratégias para a entrada, e isso dependerá muito da característica da região. Ou entra pelas escolas, ou pelos agentes comunitários de saúde ou pela Igreja.

Segundo a colaboradora entrevistada, monta-se um escritório dentro do local com a intenção de ampliar o diálogo com as pessoas da comunidade. Divulga-se que são da PMV e que estão fazendo um trabalho e estarão abertos em tais horários para escutar as demandas. A entrevistada justifica ainda, afirmando:

“Porque às vezes as pessoas para saírem lá de São Pedro (bairro informal de Vitória) e virem aqui no Palácio do Governo, não vão saber a quem procurar, o que falar, se será bem recebido ou não. Então a gente vai lá e abre as portas desse espaço para a comunidade. É o primeiro contato”.

Em um segundo momento, identificam-se as possíveis lideranças as quais podem ser capacitadas. Muitas vezes essas pessoas não possuem ligação com entidade nenhuma e nunca participaram de nada até por falta de oportunidade. Os equipamentos existentes na região também são identificados, assim como os líderes comunitários, presidentes de associações comunitárias etc.

A colaboradora da PMV diz ainda que a sensação que possui é que o quê enfraquece o grupo são determinadas lideranças e não o tráfico. A resistência das associações de moradores em tratar a região como única ou ainda só de trocar a liderança comunitária já enfraquece todo o grupo. Quando os participantes estão unidos, a força é maior. As reuniões são feitas em locais neutros como na unidade de saúde para que todos possam participar. Algumas vezes foi necessário fazer a mesma reunião em bairros diferentes e vizinhos.

Todos têm que entender essa dinâmica, quem chega de fora e a comunidade também. Não é possível construir-se uma quadra em cada microterritório. A PMV tem que resolver da melhor forma. Exemplo: no morro da Conquista havia uma demanda por uma creche e uma escola de nível fundamental. O raciocínio da prefeitura foi colocar a creche no alto, em função do deslocamento ser menor e as crianças serem menores, e a escola ficaria na baixada, porque os meninos podem ir sozinhos. Ao se conversar com a comunidade, a demanda era o contrário, porque em cima os meninos ficam protegidos, já que eles são mais visados pelo tráfico do lado rival, e as crianças eles preferiam levar e buscar. Então, esse é o exemplo de um pensamento que vem da nossa lógica e vivência e não da deles, por isso é necessário fazer uma imersão no território.

No estudo de caso de Londres, Harrison e Haklay (2002) adotaram uma metodologia qualitativa para explorar a relevância de PPGIS para mobilizar. Isso influenciou na coleta de dados, no recrutamento, na estrutura e no comportamento da oficina, na abordagem para análise no uso do SIG como ferramenta de planejamento. Recrutaram pessoas com alguma experiência do sistema de planejamento local, para que os participantes pudessem comparar as suas experiências existentes do sistema de planejamento com a sua experiência em SIG.

No referido estudo inglês, na primeira oficina os participantes eram ativos na comunidade e em organizações ambientais, além de terem ampla experiência do sistema

de planejamento local. Já na segunda oficina, os participantes foram recrutados de acordo com o interesse em participar do projeto.

3. Elaboração de material informativo:

Material das oficinas deve homogeneizar as informações para o grupo de trabalho, a fim de auxiliar no bom entendimento do processo, já que possuímos pessoas com vários graus de entendimento teórico, técnico e experimental. Caso isso não ocorra, o material deve ser revisto e adequado para que não prejudique a tomada de decisão participativa. Deve-se avaliar também o uso de cartilhas. A participação de acadêmicos em projetos participativos justifica-se por várias razões como, por exemplo, fornecer o suporte teórico que fundamenta o projeto, conduzir as metodologias específicas, trabalhar sobre problemas específicos “[...] que exigem algum conhecimento mais rigoroso ou aprofundado, traduzir conceitos abstratos em procedimentos concretos e agir como facilitador e gerenciador de rotinas que mobilizem os envolvidos” (SYDENSTRICKER NETO, 2008, p.83). Devido à especialização cada vez maior em todas as profissões, o ideal para que a conclusão do projeto seja a mais satisfatória possível é o trabalho de uma equipe multidisciplinar envolvida.

No que se refere à **fase II**, ela será composta pelas atividades descritas abaixo:

1. Caracterização da problemática

A prefeitura avalia as possibilidades de mobilidade na região. Como exemplo, temos a fala da colaboradora da PMV:

“Você pensa, vamos levar o ônibus até lá, só que você leva o ônibus e as pessoas começam a comprar carro, os carros não têm onde parar e aí as pessoas estacionam na rua. O ônibus vai subir e não tem onde parar, vai descer um caminhão, pára tudo, não consegue fazer um retorno, então a gente tem evitado essa via porque a gente viu que é mais problema”.

Quando conversamos com a colaboradora da PMV ela ainda nos informou que hoje nos morros de Vitória, as pessoas não conseguem mais subir rapidamente, sem mexer com grande parte da população, o que é um transtorno.

Tinha uma demanda na comunidade pequena no centro de Vitória, que ia remover 40% da população para fazer a rua chegar lá em cima. Aí você para e pensa, porque eu vou fazer essa rua se eu vou ter que remover todo mundo para a rua chegar lá? Vai sobrar quem para ser atendido por ela? E acaba que nesses lugares você não consegue fazer via adequada com soleira das casas. A rua passa e a casa tá lá em cima, então essa casa continua não tendo acesso direto para a rua. Analisando tudo isso, vemos que às vezes, a solução, inicialmente pensada, não é uma solução ideal para os morros de Vitória, hoje.

É importante, nesse momento, deixar o grupo ciente que tudo que decidirem terá implicações; todas as intervenções realizadas no meio ecológico deverão ser avaliadas. A

área de informal passa a ser formal e impostos passarão a incidir sobre o valor do imóvel, que também é valorizado. No entanto, muitas pessoas vendem porque não conseguem pagar os impostos ou porque terão algum tipo de rendimento em relação àquele terreno e deslocam-se para outro lugar. Essa é a chamada gentrificação, já exemplificada e avaliada na **fase I**, no “Território do Bem”. Também podemos associar a localização central e uma vista privilegiada de toda a cidade e das praias para que a gentrificação ocorra.

2. Apresentação dos procedimentos de mapeamento participativo (se necessário, com oficinas formativas):

O mapeamento livre significa que o mapa está nas mãos dos usuários e não mais dos cartógrafos e cientistas de SIG. Isso já é uma realidade em alguns grupos, mas para outros a falta de conhecimento das tecnologias ou dos próprios mapas representa um obstáculo. Nesse primeiro momento, devemos nos adequar à realidade de cada comunidade, respeitando as habilidades individuais e o domínio dos conhecimentos sobre a alfabetização cartográfica e tecnológica.

Conforme analisamos no exemplo do estudo de caso da África do Sul, a metodologia de pesquisa utilizada nesse estudo combinou os mapas convencionais com uso de SIG. Foram também realizados exercícios de mapeamento mental com os participantes, que tanto foram desenhados como fotografados, gravados e transcritos. Três foram os tipos de público escolhidos para a participação: pessoas que já se beneficiaram do programa de reforma agrária, as pessoas que já tinham apresentado suas reivindicações e ainda estão para se beneficiar e as não-beneficiadas. Essas pessoas eram de diferentes tribos ou comunidades. A informação gerada pela população foi integrada em um formato multimídia ao SIG, concluindo-se que essa informação tem o potencial para se tornar uma poderosa ferramenta para a tomada de decisões em torno da reforma agrária. Porém, a conexão com as políticas locais e a identificação com o projeto foi difícil o que demonstra que a produção e utilização do sistema é localmente dependente.

Já no estudo de caso de Londres, nas oficinas, os facilitadores treinados trabalharam junto aos participantes para ajudá-los a navegar a sua maneira no sistema, e, para auxiliar a responder as perguntas. Desse modo, mesmo aqueles que usaram computadores pela primeira vez foram capazes de ganhar alguma experiência de base do sistema. Os facilitadores, chamados de “guias”, eram pesquisadores e estudantes de Pós-Graduação familiarizados com SIG, com o conteúdo do sistema específico e com os objetivos do *workshop*. O estudo desenvolveu um SIG interativo utilizando-se o Arcview

da ESRI. Todos os entrevistados eram predominantemente brancos e de classe média, e se sentiram “marginalizados”, tanto pela sua falta de experiência do sistema de planejamento quanto no SIG público (HARRISON e HAKLAY, 2002).

No estudo de Lima e Costa (2012), realizado no Pará – Brasil, a metodologia foi composta por observação, através de oficinas, na qual a ênfase foi dada aos símbolos produzidos para a legenda do mapa. Foram realizadas as seguintes etapas: produção de croquis, georreferenciamento dos elementos socioculturais, adaptação gráfica dos croquis e confecção final do mapa. Na etapa de georreferenciamento, os jovens eram auxiliados pelos pesquisadores no processo sobre a forma correta de usar o GPS; os dados foram lançados no programa *Trackmaker*, para identificar e renomear a localização dos pontos, assim como digitalizar as trilhas percorridas e os desenhos foram digitalizados e vetorizados, a partir do programa Corel-Draw 5X. Segundo os autores, no mapeamento e na Cartografia Social, os participantes reconheceram e se sentiram apoderados politicamente do mapa produzido.

No que se refere à **fase III**, ela será composta pelas seguintes atividades:

1. Adequação do procedimento de mapeamento a ser utilizado por cada segmento (croqui, SIGP etc.).

A equipe técnica deve avaliar quais os melhores procedimentos de mapeamento participativo a serem utilizados por cada segmento. Informar-se-á a respeito da existência de internet na região e se os computadores comportam os programas sugeridos, o que será compatível com a realidade da comunidade. Algumas perguntas fomentarão as análises, tais como: usar o GPS, o mapa mental, o OMS e/ou foto georreferenciada? A imagem de satélite? Ou podemos usar todos? Existe verba? E pessoas disponíveis? Cada caso irá se adequar à necessidade de sua realidade, conforme vimos nos estudos de caso acima.

O material e os meios de elaborar mapas, seja papel ou SIG, a forma como os participantes são incluídos e a relação de poder interferem sempre nos resultados. “O comportamento dos facilitadores e dos controladores é determinante para o sucesso do processo” (RAMBALDI et al., 2006, p. 107).

Harris e Weiner (2003), ao discutirem a implementação de um SIG para a reforma agrária na província de Mpumalanga, África do Sul, abordaram questões como: acesso da comunidade à tecnologia, dados e conhecimentos, bem como a forma em que as comunidades *pós-apartheid* estiveram representadas dentro de um SIG coordenado pelo Estado. E ainda, como eles gostariam de ver a sua terra usada se eles tivessem acesso à terra em um programa de reforma agrária.

Já no caso de SOMF em São Francisco - EUA, foi criado um "guia de bairro *online*" e uma "Cooperativa de compra *online*", que vai se tornar parte de um *website* global interativo para a *South of Market* comunidade. Para os que não têm computadores, o site estará disponível através de quiosques públicos localizados em todo bairro. Não resta dúvida de que o mapa vivo do bairro possui um grande potencial no desenvolvimento de comunidades em uma era da crescente globalização econômica e da internet (PAKER, 1998).

Paker (1998) lembra que o mapeamento baseado na internet é aplicável apenas em lugares onde a conexão com a internet e energia elétrica baratas estejam disponíveis. No caso do bairro São Benedito, existem as *LAN houses*. A conexão à internet deve ser preferencialmente de alta velocidade. As comunidades também precisarão de acesso a equipamentos de vídeo, câmeras digitais e ou ainda um *smartphone* para a gravação do conhecimento local.

2. Apropriação da temática e elaboração do mapeamento participativo:

No bairro São Benedito, os moradores já estavam apropriados da temática e demandaram a abordagem do tema da mobilidade e também dos pontos gastronômicos e de cultura do "Mapa do Bem". Nos locais, em geral, deve-se mostrar o que o trabalho pretende: entender, levantar as proposições, conversar com os órgãos competentes, estudar a viabilidade com as forças etc. Todo esse processo visa a gerar uma proposta de abertura de vias para melhoria da mobilidade. Nesse momento, mostra-se o motivo de se abordar a temática da mobilidade.

Assim, é importante reforçar acerca das dificuldades geradas aos moradores com os impactos oriundos a partir do problema da mobilidade no bairro São Benedito. Conforme já analisado, podemos citar, como exemplo, o problema dos Correios com o CEP e também a dificuldade de mobilidade que as pessoas, as quais necessitam de ambulâncias e serviços de entrega sofrem no São Benedito. Segundo os entrevistados:

Morador B – "Ah [...]. O correio (não vai) Não [...]. Sim, alguns locais num tem rua; tem rua que tem dois, três CEPs, então aqui além de CEP diferente [...]. Deixa eu te dar um exemplo prático: o beco que a gente mora, eu e Marly mora, Rua do Cafezal, não é?"

Agente – "É [...]. A prefeitura considera aquilo ali como Gurigica. Se perguntar para mim eu vou falar que é moro em São Benedito, mas para a prefeitura ali é Gurigica; o correio também tem outros nomes".

Morador B – "A comunidade tem que ajuda a fazer isso, já tive que fazê isso, tem que levar a pessoa atéeee na ambulância, que só vai na principal. Às vezes tem gente que usa cadeira de roda e tem que fazer exame periódico, ou que são mais idosos e não podem sair de casa [...] Eu não sei como fazem com essas pessoas, mas dão um jeito. Não conheço muito bem essa realidade".

Moradora C - "O gás foi entregar lá em casa, e tive que ir lá em cima buscar. Liguei e ele ficou perdido lá em cima".

3. Fornecimento de subsídios para a fase IV (entrevistas, depoimentos etc.):

Cada segmento vai fazer o mapeamento dele, do próprio segmento, do entendimento dele, do negócio dele, do que for melhor para ele. Como exemplos nos estudos de casos avaliados, temos: o estudo de Harris e Weiner (2003), na África do Sul, que entrevistou grupos de homens e mulheres separadamente e convidou os grupos a desenhar um mapa de como eles gostariam de ver a sua terra usada se eles tivessem acesso à terra em um programa de reforma agrária. E o caso de SoMa, São Francisco – EUA, estudo descrito por Paker (1998), em que entrevistas revelaram a gentrificação que estava ocorrendo no local já que muitas empresas estavam começando a se mover.

No que se refere à **fase IV**, essa será composta pelas atividades descritas:

1. Análise dos diversos mapeamentos realizados:

O grupo de trabalho irá colocar todas as demandas dos segmentos em questão e mostrará o que cada segmento precisa ou deseja. O grupo analisará a viabilidade de se juntar alguma das ideias que foram levadas para o grupo ou então concluirá que só é possível trabalhar com uma das ideias.

2. Decisão sobre encaminhamentos atinentes à temática:

Serão tomadas decisões sobre os encaminhamentos. No bairro São Benedito, tanto o segmento da comunidade quanto o da prefeitura querem a ligação desse bairro com o bairro Bonfim.

No que se refere à **fase V**, essa será composta pelas atividades elencadas a seguir:

1. Apropriação das decisões tomadas pelo grupo de trabalho na fase IV - observação do mapa composto a partir dos diversos produtos gerados:

Cada segmento investigará o que foi decidido na **fase IV** e avaliará se concorda ou não. Não é possível realizar uma previsão desse momento já que depende do que acontecerá anteriormente. Podemos usar mais uma vez como exemplo o mapa feito na África em que o mapa formal realizado com SIG foi sobreposto ao mapa mental. Segundo as conclusões obtidas por Harris e Weiner (2003, p. 70), temos que:

“[...] paisagem política e lutas pela inclusão de histórias espaciais da comunidade socialmente diferenciados e mapas cognitivos em um SIG para produzir representações de ecologias políticas locais e regionais. Formas não-hegemônicas de conhecer e explorar a natureza e ambiente foram incorporados ao SIG multimídia”.

2. Elaboração de estudos de viabilidade técnica das decisões formadas pelo grupo de trabalho (mapa ideal X mapa possível):

Avaliação do que foi apontado como necessidade ou desejo de todos. Serão feitos os estudos de viabilidade. Como exemplo, temos o sonho da população de possuir um teleférico articulado entre as comunidades do “Território do Bem”.

No que se refere à **fase VI**, essa será composta pelas seguintes atividades:

1. Apropriação dos resultados de viabilidade (mapa possível):

Mapa possível mais projeto que o segmento/participação trouxe junto com o projeto que a equipe técnica considerou viável.

Apresentação de cenários dentro das diversas possibilidades demandadas e estudadas, devido a sua viabilidade econômica, técnica etc.

No caso da mobilidade nas áreas informais, um exemplo frequentemente mais viável é a via de microtrator que percorre o morro. Nessa via, mesmo que não se consiga transitar de carro, irá facilitar a circulação de moto, bicicleta, maca e outros.

Segundo a colaboradora técnica da PMV, a prefeitura tem tido dificuldades em abrir vias carroçáveis, porque as áreas já estão muito adensadas e, então, envolve um processo de desapropriação e remoção que é muito grande e acaba que não faz uma rua como, realmente, é demandada. A prefeitura estuda outras formas de mobilidade: o próprio *funiculaire*, o elevador e até o teleférico. A colaboradora da prefeitura continua destacando que até captação de recursos conseguiu-se para a execução dessas intervenções, só que houve algumas resistências por conta da comunidade, principalmente pela inviabilidade financeira desse sistema. Isso ocorreu, porque são sistemas que não se sustentam financeiramente e mesmo que a prefeitura faça-o integrado com o transporte, não se consegue o pagamento pela população da manutenção do sistema. E a profissional técnica concluiu:

”O município está reavaliando e segurou os recursos que hoje inclusive já não estão mais disponíveis, mas a Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (SEDEC) continua estudando o tema”.

Existe também a previsão de uma rua no “Território do Bem” e a prefeitura está estudando a ligação sugerida entre o Bairro São Benedito e o Bonfim, mas essa, para se ter viabilidade, provavelmente será na lógica do microtrator, com caixa de dois metros e que vá passar na curva de nível.

Constata-se a alternativa mais adequada após avaliação dos prós e contras.

No que se refere à **fase VII**, essa será composta pelas respectivas atividades:

1. Avaliação dos possíveis impactos das decisões do grupo de trabalho em âmbito local:

Reflete se a solução encontrada realmente é satisfatória.

2. Organização e sistematização das manifestações dos segmentos:

Após a coleta dos dados extraídos dos segmentos estudados, faz-se a sua organização e sistematização, visando facilitar a alocação das ideias e o desenvolvimento do próprio projeto.

No que se refere à **fase VIII**, essa será composta da seguinte forma:

1. Finalização do mapeamento participativo:

Encontro do grupo de trabalho para avaliação final das propostas e avaliações realizadas nos segmentos e na ET para se chegar a uma conclusão ótima para todos. Caso seja necessário retorna-se a **fase VII** para nova avaliação. Esse “*loop*”/ retorno deve ser realizado com um número estipulado para que haja uma finalização do processo e que o mesmo seja bem sucedido a fim de satisfazer a todos de forma equilibrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, objetivou-se organizar um procedimento metodológico para mapeamento participativo com foco na mobilidade urbana em áreas de alta densidade ocupacional e baixa infraestrutura, considerando como área focal de estudo o bairro São Benedito localizado no “Território do Bem”.

Os objetivos específicos foram: 1 – discutir, a partir de revisão bibliográfica e de análise de experiências, o mapeamento participativo, bem como os elementos do espaço geográfico como fundamento para o entendimento do contexto; 2 – analisar a realidade social das comunidades inseridas nessa região; e, 3 - propor e testar metodologia de mapeamento participativo na região em estudo.

Em relação ao primeiro objetivo percebemos que o mapeamento participativo ainda é um tema muito novo no contexto mundial e que experiências estão sendo realizadas principalmente em áreas rurais, com grupos tradicionais e pouco nas áreas urbanas de ocupação informal. Percebeu-se que nas áreas urbanizadas, as pessoas, mesmo mais instruídas e de nível socioeconômico mais privilegiado, sentem-se excluídas diante das tecnologias utilizadas, e, que a cartografia vem sendo descoberta e usada como instrumento de combate a hegemonias por movimentos e lutas sociais para colaborar na transformação da sociedade. Por meio desta pesquisa, foi possível avaliar projetos e relatos de mobilidade realizados em região de ocupação informal e comparar com os que foram executados e os que estão sendo propostos na região do “Território do Bem”. No presente estudo, analisou-se a importância dos elementos do espaço na contextualização da participação e os diferentes interesses envolvidos dentro de um mesmo segmento e suas forças. A partir dessa perspectiva, concluiu-se que ainda temos muito que evoluir para que o mapeamento seja realmente participativo e os governos acompanhem as mudanças que ocorrem de forma dinâmica, mas que a inovação das tecnologias, como aplicativos em celulares e mapeamentos baseado na internet ou mapas iterativos de fácil acesso, associadas à difusão da internet e à facilidade de uso dessas tecnologias que são georreferenciadas, a população poderá alcançar a participação mais próxima do ideal e ajudar as autoridades a entenderem melhor suas reais necessidades.

Já no segundo objetivo observaram-se os elementos do espaço contidos em cada uma das oito comunidades do “Território do Bem”, as quais são muito diferentes, pois cada uma desenvolveu uma história ao longo dos anos e uma forma de gentrificação. Atualmente, não possuímos uma área informal em Vitória como vimos em cidades do entorno. A região do “Território do Bem” recebeu infraestrutura que somada a vários

fatores como centralidade e uma das vistas mais bonitas da cidade, tornou-se um local de moradia cobiçado. Percebemos claramente a união das lideranças comunitárias no “Fórum Bem Maior”, a organização da comunidade e a presença da ONG Associação Ateliê de Ideias, que possui várias frentes de trabalho; isso faz com que a realidade encontrada por nós seja mais fácil de ser trabalhada; as demandas já foram exaustivamente discutidas e chegam prontas para os pesquisadores. Dessa forma, a obtenção de dados para a pesquisa torna-se mais ágil, as pessoas já estão imbuídas do processo de participação, entendem e valorizam os trabalhos realizados. Muitos já são graduados e pós graduados, comerciantes, pessoas escolarizadas, politizadas e bem informadas com imóveis e automóveis, enquanto outros vivem da criminalidade realizando furtos ou na guerra do tráfico. Uns possuem saneamento básico, casas de alvenaria e outros ainda vivem em casas improvisadas de ripas de madeira construídas sobre palafitas com banheiro no quintal. Realidades e públicos muito diferentes dentro de um mesmo bairro como São Benedito, bairro escolhido para sediar a base da UPP capixaba. Assim, é possível evidenciar que o São Benedito possui uma região e uma população rica em contrastes, unida e determinada. A participação ativa que acontece no “Território do Bem” é fundamental para a mudança que ocorre na vida da comunidade e é referência para o cidadão que possui o objetivo de melhorar a qualidade de vida, independente de seu nível socioeconômico.

Quanto ao terceiro objetivo, a proposta de mapeamento participativo foi aceita e testada no bairro São Benedito, região do “Território do Bem”. Devido ao que já foi citado acima, tivemos uma maior facilidade de iniciar a metodologia, principalmente porque somos parceiros do LabTTEC no projeto do “Mapa do Bem” e a Agência de Comunicação Varal da ONG AAI já havia passado qual o perfil dos atores que gostariam que participassem do mapeamento participativo. Além disso, o líder comunitário de São Benedito e a presidente da ONG já conheciam a autora deste projeto há mais de dez anos por outro meio profissional. Consideramos ainda que a problemática também nos foi entregue, tanto a questão da mobilidade quanto a questão da gastronomia e dos pontos culturais, pois esses pontos já haviam sido definidos como demandas pela comunidade. Assim, nossa metodologia testada na região suprimiu algumas fases sugeridas no capítulo 4, em que foi delineada uma metodologia para regiões que não possuem a organização, o conhecimento e a participação já estruturadas como no “Território do Bem”. Assim, sendo, pudemos partir para a elaboração dos materiais para a oficina e o convite para a participação desses eventos.

O projeto do “Mapa do Bem” utilizou de uma metodologia nas oficinas diferente ao

que foi sugerido nas fases IV e VI da figura 3 deste trabalho no que se refere à adequação do procedimento de mapeamento a ser utilizado por cada segmento e elaboração do mapeamento, isso ocorreu porque que o projeto possui um prazo e uma determinada quantidade de pessoas para executá-lo. A previsão de término é no final de 2016 e até a conclusão desta pesquisa já foram concluídos outros três bairros, como: Floresta, Engenharia e Jaburu. No caso da proposta das oficinas apresentadas na figura 11,concluimos serem viáveis tendo em vista o embasamento, os estudos e as avaliações individuais feitas a alguns participantes escolhidos que são envolvidos no “Mapa do Bem” e ainda a uma técnica colaboradora da PMV. Essas pessoas verificaram a clareza, fizeram a validação e o reconhecimento do processo da metodologia através de suas experiências na área de participação.

O “Mapa do Bem” foi parceiro na reta final da minha dissertação. Colaborou para que a metodologia sugerida fosse aplicada no bairro São Benedito e consolidasse a ideia de que toda metodologia de mapeamento participativo depende do contexto humano envolvido no projeto. Cada qual com seus interesses e tempos diferentes. Sem o projeto “Mapa do Bem” a minha pesquisa de dissertação teria seguido um outro caminho, mas a proposta da metodologia continuaria sendo a mesma. Isso prova que a rigidez e a flexibilidade devem estar juntas na metodologia de mapeamento participativo, para podermos sempre adequar às necessidades exigidas de cada elemento do espaço.

Deixo como sugestão que a comunidade organizada, através de grupos já existentes nas igrejas ou nas escolas por exemplo, seja qualificada e seja a executora da metodologia de mapeamento participativo para que o processo seja inserido e disseminado na comunidade. Com o envolvimento das pessoas o mapeamento terá continuidade e sustentabilidade mantendo-o sempre atual.

Quanto à figura 27 está fundamentada e estudada teoricamente, não sendo testada por completo pelos motivos registrados acima. Mas, ela representa uma sugestão de como deve ser a metodologia de mapeamento participativo para mobilidade urbana feita por completo em áreas de ocupação informal.

Esperamos que esta proposta possa ser utilizada pela comunidade do “Território do Bem”. A pesquisa termina aqui, mas a temática não se esgota. Esperamos ter fornecido uma contribuição para as metodologias de mapeamento participativo.

REFERÊNCIAS

ABBOT, J. et al. Participatory GIS: opportunity or oxymoron? **PLA Notes**, v. 33, out. 1998. Disponível em: <http://www.iapad.org/publications/ppgis/participatory_gis_opportunity_or_oxymoron.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, Henri. **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008. p. 13-43.

ACSELRAD, Henri (Coord.). **Guia para experiências de mapeamento comunitário**. Rio de Janeiro: ETTERN, 2013.

ARNSTEIN, S. R.A ladder of citizen participation. **Journal of the American Planning Association**, v. 35, n. 4, p. 216-224, jul. 1969.

ASSOCIAÇÃO ATELIÊ DE IDEIAS. **História**. 2015. Disponível em: <http://web3.ufes.br/habitat/atelie_ideias.html>. Acesso em: 15 jun. 2015.

A GAZETA. PM do morro: medo dá lugar à esperança. Caderno Cidades, **A GAZETA**, Vitória, 2012.

_____. Vitória teve dois homicídios em junho. Caderno Cidades, **A GAZETA**, Vitória, 2015.

A Gazeta: “Alemães propõem até escada rolante para o acesso aos morros de Vitória”. 2014. Disponível em: <<http://www.labtar.net.br/site/2014/04/a-gazeta-alemaes-propoe-ate-escada-rolante-para-o-acesso-aos-morros-de-vitoria/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 9 abr. 2015.

_____. **Lei n. 12.587**, de 03 de janeiro de 2012. Aprova a Lei de Mobilidade Urbana. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>. Acesso em: 8 mar. 2015.

_____. **Ministério das Cidades**. Mobilidade e desenvolvimento urbano. Brasília: MCidades, 2006.

CÂMARA, Gilberto. et al. Análise espacial e geoprocessamento. In: DRUCK, S. et al. (Ed.). **Análise espacial de dados geográficos**. Brasília: EMBRAPA, 2004.

CARTILHA MANUAL DE OPERAÇÕES E-DINHEIRO. **Manual de Operações para comércio e estabelecimentos**. Vitória, 2015.

CARTILHA NOSSA HISTÓRIA NOSSO BEM. **Ateliê de Idéias e Fórum de Desenvolvimento Comunitário Bem Maior**. Vitória, ES, 2009.

CHAMBERS, Robert. Participatory mapping and geographic information systems: whose map? Who is empowered and who disempowered? Who gains and who loses. **EJISDC**, v. 25, n. 2, p. 1-11, 2006. Disponível em: <<http://dev.opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/123456789/84/rc248.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

CORDIOLI, Sergio. **Enfoque participativo**: um processo de mudança. Conceitos, instrumentos e aplicação prática. Porto Alegre: Genesis, 2001.

CRAMPTON, Jeremy W.; KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 113-151.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FONDO INTERNACIONAL DE DESARROLLO AGRÍCOLA (FIDA). **Buenas prácticas encartografía participativa**, 2009. Disponível em <http://www.ifad.org/pub/map/pm_web_s.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2015.

FREEMAN, R. E. **Strategic management**: A stakeholder approach. Boston: Pitman, 1984.

GOLDSTEIN, Roberta Argento et al. A experiência de mapeamento participativo para a construção de uma alternativa cartográfica para a ESF. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 18, n. 1, p. 45-56, 2013.

GOUDART, Izabel Cristina da Silva. **Cartografias da aprendizagem em rede**: rastros da dinâmica comunicacionais do Visualizar 11. 2012, 240 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUC, 2012.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. **Confins**, n. 5, 2009. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/pphist/documentos/2%20-%20John%20Brian%20Harley%20-%20Mapas,%20saber%20e%20poder.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

HARRIS, Revor; WEINER, Daniel. Implementing a community integrated GIS. Perspective from South African fieldwork. In: Graig, W.; HARRIS, Revor; WEINER, Daniel (ed.). **Community Participation and Geographic information System**. London: Taylor e Francis, 2003.

HARRISON, Carolyn; HAKLAY, Mordechai. The potential of public participation geographic information systems in UK environmental planning: appraisals by active publics. **Journal of environmental planning and management**, v. 45, n. 6, p. 841-863, 2002.

JOLIVEAU, T. O lugar dos mapas nas abordagens participativas. In: Acselrad, H (Org.). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: editora UFRJ/IPPUR, 2008.

KITCHIN, Rob; DODGE, Martin. Rethinking maps. **Progress in Human Geography**, v. 31, n. 3, p. 331-344, 2007.

LIMA, Marcos Vinícius da Costa; COSTA, Solange Maria Gayoso da. Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia. **Revista Geografares**, n. 12, p.76-113, jul. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/3189/2399>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

MARQUES, Marcelo de Souza; PEREIRA, Pedro Henrique Machado. Sociedade Civil e Participação: A Influência das Ongs na Democracia Brasileira. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, **Anais**...., v. 1, n. 1, Vitória, UFES, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/index>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

MENDES, C. A. B.; CIRILO, J. A. **Geoprocessamento em Recursos Hídricos: princípios, integração e aplicação**. ABRH: Porto Alegre, 2001.

MILAGRES, C.S.F.. **O uso da cartografia social e das técnicas participativas no ordenamento territorial em projetos de reforma agrária**. 2011. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: UFV, 2011.

MOL, Leonora Michelin; PINTO, Mirian. ONG Associação Ateliê de Ideias. In: PINTO, Mirian. **Redes de colaboração para inovação: a experiência do Living LabHabtat**. Vitória: EDUFES, 2014. P. 19-36.

MOREIRA, Pedro Fonseca. Desenvolvimento urbano em escala local: Poligonal 1(Território do Bem). In: MIRANDA, Clara Luiza et al. (Org.). **Meeting Brasil Alemanha: soluções para urbanização do Território do Bem-Vitória/ES**. Vitória: LabTAR e UFES, 2014, p. 78-95.

NAME, Leo; NASCIF, Cristina Lontra. Notas sobre mapas, mapeamentos e o planejamento urbano participativo no Brasil na perspectiva de uma cartografia crítica. **Revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales**, Universidad de Barcelona, v. 18, n. 1018, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1018.htm>>. Acesso em: 9 abr. 2015. ok

OLIVA, Jaime Tadeu. O espaço geográfico como componente social. In: AGB. **Paradigmas da Geografia**. São Paulo: Revista Terra Livre, 2001.

PARKER, C. Living neighborhood maps: The next wave of local community development. In: NCGIA, **Specialist Meeting on Empowerment, Marginalization and Public Participation GIS**. Santa Barbara: CA, 1998.

PATHWAYS THROUGH PARTICIPATION. Usando mapeamento participativo para explorar participação em três comunidades. **Caminhos através da participação**, jun. 2010. Disponível em: <http://pathwaysthroughparticipation.org.uk/wp-content/uploads/2009/09/Using-participatory-mapping-to-explore-participation-in-three-communities_June-2010.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

PEREIRA, Andressa Cristiane. **Procedimento metodológico participativo e embasamento em análise multicritério para avaliação de configurações de barramentos**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). 2009. 120 f. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Centro Tecnológico, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

PICKLES, John. **A History of spaces. Cartographic reason, mapping and the geocoded world**. London: Routledge, 2004.

PLANO BEM MAIOR DO TERRITÓRIO DO BEM. **Contextualizando o Território do Bem e a organização comunitária**. Vitória, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. **Terra mais igual**: um programa participativo de desenvolvimento humano e urbano. Vitória, 2013. Disponível em: <http://solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2014/03/AF%20-%20ES%20TERRA%20MAIS%20IGUAL_web.pdf>. Acesso em: 16 set. 2015.

PRIMEIRAS JORNADAS IBEROAMERICANAS SOBRE LABORATÓRIOS CIUDADANOS. 2015. Disponível em: <<http://www.labtar.net.br/site/eventos/jilc/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Quem somos**. 2015. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com/>>. Acesso em: 16 set. 2015.

RAMBALDI, Giácomo. Who owns the map legend? **URISA Journal**, v. 17, p. 5-13. 2005.
RAMBALDI, Giacomo et al. A ética na prática do SPIG pelos praticantes, facilitadores, intermediários de tecnologia e pesquisadores. **Aprendizagem e ação participativas**, abr. 2006.

RAMBALDI, Giácomo et al. Practical ethics for PGIS practitioners, facilitators, technology intermediaries and researchers. **Participatory Learning and Action 54.IEED**, London, UK, p. 106-113, abr.2006b.

REIS, Yuri Correa dos; DECANINI, Mônica Modesta Santos; PUGLIESE, Edmur Azevedo. Método de esboço cartográfico para seleção de informação de guia de rota: um estudo preliminar. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS GEODÉSICAS E TECNOLOGIAS DA GEOINFORMAÇÃO, 3., **Anais eletrônicos...** Recife – PE: UFPE, 2010. Disponível em: <https://www.ufpe.br/cg_tg/SIMGEO_III/IIISIMGEO_CD/artigos/CartografiaeSIG/Cartografia/A_169.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

RODRIGUÉZ, Carlos. Medellín: mobilidade como instrumento de equidade. Apresentação no Workshop Inserção do Transporte Sustentável no Morar Carioca. Rio de Janeiro: IAB/RJ, out. 2011. Disponível: <[em:http://pt.slideshare.net/EMBARQNetwork/carlos-rodriguez-medelln-mobilidade-como-instrumento-de-equidade](http://pt.slideshare.net/EMBARQNetwork/carlos-rodriguez-medelln-mobilidade-como-instrumento-de-equidade)>. Acesso em: 15jun. 2015.

ROQUETE, Maria Elisa Tosi. **Mapeamento Participativo em um contexto de conflito territorial**: e experiência com a população indígena da Chapada do Á, Anchieta – ES – Brasil. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES, 2015, em fase de publicação.

RUNDSTROM, Robert. A critical appraisal of applied cartography. In: KENZER, Martin (org.). Applied cartography: Issues, questions, and concerns. **Dordrecht: Kluwer**, p.175-191, 1989.

RWEAIT. OpenStreetMap data license is ODbL. **OSM Foundation.**, v. 1, set. 2012.

SALAROLI, Douglas Rafael. **Análise dos elementos do espaço geográfico no projeto executivo de enquadramento de corpos de água em classes e plano de bacia para os rios Santa Maria da Vitória e Jucu/ES**. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES, 2013. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6814_douglas.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: EdUSP, 2002.

_____. **Espaço e Método**. 5^o ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012b.

SANTOS, Renato Emerson dos. Disputas cartográficas e lutas sociais: sobre representação espacial e jogos de poder. In: COLÓQUIO DE GEOCRÍTICA, 7. **Anais...** Bogotá: Universidade Nacional da Colômbia, 2012a. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/16-R-Nascimento.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

SEEMANN, Jörn. Subvertendo a cartografia escolar no Brasil. **Geografares**, Vitória, ES, n.12, p. 138-174, 2012.

SILVA, Vania Regina Amorim da. **Mobilidade urbana e integração: o caso do programa morar carioca no Complexo da Providência**. 2014. 194 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. Disponível em: <<http://redpgv.coppe.ufrj.br/index.php/pt-BR/producao-da-rede/dissertacoes-e-teses/2014/822-vania-regina-amorim-da-silva-mobilidade-urbana-e-integracao-o-caso-do-programa-morar-carioca-no-complexo-da-providencia/file>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/ rápido participativo (DRP). **Em extensão**, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 34 - 47, jan./jul.2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/viewFile/20380/10850>>. Acesso em: 9 abr. 2015.

STEINBERGER, Marília. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: LGE/Parelelo 15, 2006.

SYDENSTRICKER NETO, John. Mapeamentos participativos pressupostos, valores, instrumentos e perspectivas. **R. B. Estudos urbanos e regionais**, v.10, n. 2, nov. 2008. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/201/185>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

SWAN, J. Using cognitive mapping in management research: decisions about technical innovation. **British Journal of Management**, v. 8, p. 183-198, 1997.

VARGAS, Ana Carolina Colmin. **A problemática da participação no âmbito institucional das Organizações Não-Governamentais**: uma perspectiva psicanalítica de sujeito, grupos e instituições. 2012. 215 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <file:///H:/Documents%20and%20Settings/Convidado/Desktop/vargas_me.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2015.

VERACIDADE. “**Território do bem**”. Disponível em: <<http://www.veracidade.com.br/>>. Acesso em: 20 out. 2015.

VILAS NOVAS, Bruno. **A (re)construção do espaço público no morro de São Benedito, Vitória/ES**. 2011. 198 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES, 2011.

WHITE; RAMBALDI, Giacomo. **Seleção de um Método de Mapeamento para Atender a um Propósito Específico**. Escolha do Método de Mapeamento Segundo finalidade, recursos e contexto [sinelocu], 2013. 1 apostila.

WOOD, Denis; FELS, John. **The natures of maps**: Cartographic constructions of the natural world. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

APÊNDICE A – ELEMENTOS DO ESPAÇO E MOBILIDADE NO SÃO BENEDITO



Figura 38 – Elementos do espaço e mobilidade no São Benedito
Fotografia: autora (2015).



Figura 39 – Elementos do espaço e mobilidade no São Benedito
Fotografia: autora (2015).



Figura 40 - Elementos do espaço no São Benedito
Fotografia: autora (2015).



Figura 41 - Elementos do espaço no São Benedito
Fotografia: autora (2015).